



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EMANOEL RODRIGUES ALMEIDA

**O PAPEL DA PRODUÇÃO SOCIAL NA GÊNESE, NO DESENVOLVIMENTO E NO
DEVIR DO GÊNERO HUMANO**

FORTALEZA-CE

2017

EMANOEL RODRIGUES ALMEIDA

O PAPEL DA PRODUÇÃO SOCIAL NA GÊNESE, NO DESENVOLVIMENTO
E NO DEVIR DO GÊNERO HUMANO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em educação. Área de concentração: Educação brasileira

Orientadora: Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo.

Coorientadora: Prof. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A446p Almeida, Emanuel Rodrigues.
O papel da produção social na gênese, no desenvolvimento e no devir do gênero humano / Emanuel Rodrigues Almeida. – 2017.
163 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo.
Coorientação: Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo.
1. Produção social. 2. Capital. 3. Reino da liberdade. I. Título.

CDD 370

EMANOEL RODRIGUES ALMEIDA

A PRODUÇÃO SOCIAL NA GÊNESE, NO DESENVOLVIMENTO
E NO DEVIR DO GÊNERO HUMANO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação brasileira.

Aprovada em: 12/06/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Josefa Jackline Rabelo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (Coorientadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dra. Betânea Moreira de Moraes
Universidade Estadual do Ceará – (UECE)

Prof. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará – (UECE)

Prof. Dr. Osterne Nonato Maia Filho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos (às) trabalhadores (as) de todo o mundo!

AGRADECIMENTOS

Ao Cristo, fundamento último de todas as formas de ser, presença real em todos os momentos de minha vida.

À minha mãe Ruth Rodrigues dos Santos Almeida e ao meu pai Manuel Arteiro de Almeida por terem cuidado tão bem de minha formação.

À minha amável esposa Karla Érika Ferreira Ferro, apoio e compreensão constantes em todo o desenvolvimento deste trabalho.

Às minhas irmãs e companheiras: Cleuda, Cleide, Cleia e Martha.

Aos meus queridos filhos Izaak e Felipe.

À Associação da Igreja Metodista que, através da Faculdade de Teologia, me proporcionou minha primeira graduação.

Aos meus amigos e amigas: Júlio, Rafaela, Beto, Bete, Marco Antônio, Priscila, Karoline.

À minha orientadora Josefa Jackline Rabelo que me aproximou da ontologia do ser social.

À minha coorientadora Maria das Dores Mendes Segundo por ter-me iniciado no caminho da economia política marxiana.

Aos demais membros da banca, Osterne, Rute e Betania, pelas valiosas contribuições teóricas ao longo de minha formação.

Aos demais professores (as) da Linha Marxismo, Educação e luta de Classes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira.

Aos camaradas de turma da linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, em especial à Helena Freres, Daniele e Fabiano.

Παντες δε οι πιστευοντες ησαν επι το αυτο και ειχον απαντα κοινα. Και τα κτηματα και τας υπαρξεις επιπρασκον και διεμεριζον αυτα πασιν καθοτι αν τις χρειαν ειχεν.¹ (NESTLE-ALAND, 1993, p.326)

¹ Os que criam mantinham-se unidos e tinham tudo em comum. Vendendo suas propriedades e bens, distribuíam a cada um conforme a sua necessidade. (Tradução livre do autor)

RESUMO

A pesquisa de Karl Marx orbitou em torno de dois distintos, mas simultâneos momentos metodológicos: o que é a realidade social e como reproduzi-la idealmente, investigação e exposição, respectivamente. O processo analítico de apreensão e reprodução ideal de seu objeto real de estudo se iniciou no seio da tradição filosófica hegeliana, atravessa a tradição dos socialistas utópicos, até chegar à tradição dos economistas clássicos. Esse movimento se deu através de um processo de superação: Karl Marx se apropriou destas tradições, apreendeu-as em seus fundamentos, condicionamentos e limites, avançando criticamente. Neste empreendimento, Marx descobre: 1) que a existência real dos homens determina a consciência; 2) que a produção dos bens materiais e espirituais foi o primeiro ato histórico dos homens e que, como exigência desse processo real, 3) a reprodução ideal da vida real dos homens deve tomar como ponto de partida a produção social. Assim, como resultado de sua pesquisa, Karl Marx nos deu uma teoria do ser social: sua gênese e seu afastamento das barreiras naturais em direção à (de) generidade humana. Isto posto, o objetivo geral de nosso estudo é reproduzir idealmente o movimento da produção social na gênese, no desenvolvimento e nas tendências do ser social. Decorrem dele, os seguintes objetivos específicos: 1) reproduzir o movimento da produção social na gênese do ser social; 2) revelar a produção social através da dissolução da valorização do valor no processo de reprodução do ser social; 3) rastrear, nas tendências do ser social, as possibilidades ontológicas para a produção do valor supremo com vista à efetivação do reino da liberdade. A partir da perspectiva ontológica marxiana-lukacsiana, iremos proceder com o estudo de nosso objeto, ancorados fundamentalmente nas obras: MARX (1985; 2011), ENGELS (1986), LUKÁCS (2012; 2013), e nos estudos de ROSDOLSKY (2001), RUBIN (1980), RUMIANTSEV (1980), DUSSEL (2012), entre outros. São resultados de nossa pesquisa: 1) a produção social permitiu a passagem da forma orgânica à forma social do ser; 2) na gênese do ser social, a produção social se realizava na forma de valores de uso; 3) com a formação da propriedade privada, a reprodução do ser social se deu através do processo de valorização do valor; 4) a agudização das contradições do processo de valorização do valor pôs em movimento a valorização do valor e a desvalorização da produção social; 5) ao mesmo tempo, tem criado condições objetivas necessárias para uma possível produção social de valor supremo; 6) embora a produção social crie as condições objetivas para a emancipação humana, ela, enquanto coroamento da humanidade, será uma escolha dos homens, em última instância.

Palavras-chave: Produção social. Capital. Reino da liberdade.

ABSTRACT

Karl Marx's research orbited around two distinct but simultaneous methodological moments: what is social reality and how to ideally reproduce it, research and exposition, respectively. The analytical process of apprehension and ideal reproduction of its real object of study began within the Hegelian philosophical tradition, traverses the tradition of utopian socialists, until it reaches the tradition of classical economists. This movement took place through a process of overcoming: Karl Marx appropriated these traditions, seized them in their foundations, constraints and limits, advancing critically. In this enterprise, Marx discovers: 1) that the real existence of men determines consciousness; 2) that the production of material and spiritual goods was the first historical act of men and that, as a requirement of this real process, 3) the ideal reproduction of the real life of men must take as its starting point the social production. Thus, as a result of his research, Karl Marx gave us a theory of social being: its genesis and its removal from natural barriers towards (of) human being. Thus the general aim of our study is to ideally reproduce the movement of social production in the genesis, development, and tendencies of the social being. The following specific objectives derive from it: 1) to reproduce the movement of social production in the genesis of the social being; 2) to reveal the social production through the dissolution of the valorization of value in the process of reproduction of the social being; 3) to trace, in the tendencies of the social being, the ontological possibilities for the production of the supreme value for the realization of the realm of freedom. From the Marxian-Lukacsian ontological perspective, we will proceed with the study of our object, anchored fundamentally in the works: MARX (1985, 2011), ENGELS (1986), LUKÁCS (2012, 2013), ROSDOLSKY, RUBIN (1980), RUMIANTSEV (1980), DUSSEL (2012), among others. These are the results of our research: 1) social production allowed the passage of the organic form to the social form of being; 2) in the genesis of the social being, social production took the form of use values; 3) with the formation of private property, the reproduction of the social being occurred through the process of valorization of value; 4) the exacerbation of the contradictions of the valorization process of value set in motion the valorization of value and the devaluation of social production; 5) at the same time, it has created necessary objective conditions for a possible social production of supreme value; 6) although social production creates the objective conditions for human emancipation, it, as a crowning of humanity, will be a choice of men, ultimately.

KEYWORDS: Social production. Capital. Kingdom of freedom.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	A PRODUÇÃO EM GERAL.....	20
2.1	A vida e a obra de Karl Marx.....	20
2.2	A produção em geral e concreta.....	25
2.3	O método: do abstrato ao concreto.....	33
3	A PRODUÇÃO SOCIAL E A GÊNESE DO SER SOCIAL.....	41
3.1	A produção social como mediação entre a forma orgânica e social do ser.....	43
3.2	A produção de valores de uso como protoforma e a comunidade primitiva.....	55
3.3	A contradição da produção social: o excedente.....	63
4	A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL NOS MODOS DE PRODUÇÃO.....	71
4.1	O modo de produção tributário.....	74
4.2	O modo de produção escravista.....	82
4.3	O modo de produção feudal.....	92
5	O CAPITAL E AS TENDÊNCIAS DO SER SOCIAL.....	110
5.1	O capital como uma totalidade: o valor em movimento.....	110
5.1.1	<i>A produção social sob o movimento do valor.....</i>	112
5.1.2	<i>A valorização do valor com protoforma e o capital.....</i>	123
5.1.3	<i>A contradição do capital: valorização do valor e desvalorização da produção.....</i>	129
5.2	O reino da liberdade: uma possibilidade ontológica.....	132
5.2.1	<i>As tendências da produção social: as possibilidades ontológicas.....</i>	135
5.2.2	<i>A produção livre e associada: o reino da liberdade como uma totalidade.....</i>	142
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	BIBLIOGRAFIA.....	160

1 INTRODUÇÃO

O ato de pesquisar compreende dois momentos distintos, mas inseparáveis: a investigação e a exposição. Através da exposição apreendemos as determinações últimas do ser. A exposição consiste na reprodução ideal do movimento do ser. A reprodução ideal, por estar ancorada no ser, deve seguir seu movimento real.

A pesquisa de Marx foi nucleada pela produção social burguesa. Ancorado no ser social, ele obteve a anatomia da sociedade burguesa através da economia política: “que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política” (MARX, 1982, p. 25).

Como resultado de sua pesquisa, ele nos deu uma compreensão teórica da ordem burguesa: a reprodução ideal do movimento do ser social em sua forma histórica mais complexa e desenvolvida.

A sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. As categorias que expressam suas condições e a compreensão da sua organização permitem, ao mesmo tempo, compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo mesmo como resíduos não superados, parte que nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é a chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga, etc. (MARX, 2011, p.58)

Através da crítica à economia política clássica, Marx nos deu a anatomia da sociedade capitalista. Para construir esta anatomia ele tomou como ponto de partida a apreensão da produção social desta forma de sociedade. Após apreendê-la ele a reproduziu idealmente e com isto nos deu anatomia do ser social em sua forma histórica mais desenvolvida, o capitalismo.

Ao reproduzir o movimento do modo de produção capitalista como uma totalidade concreta, historicamente determinada, Marx nos forneceu uma teoria do ser social: sua gênese e seu movimento em direção à (de) generidade humana.

O ser social é uma totalidade de totalidades: a produção, a distribuição, a a circulação e o consumo. Nele, a produção social é seu momento predominante, pois é através dela que “o material” necessário à reprodução do ser social é produzido. Por ela produzir o material, a produção social, além de ter se tornado a mediação entre a forma de ser ogância à forma social do ser, ela se tornou o modelo para as demais totalidades sociais.

No entanto, apesar da totalidade da produção social ser o momento predominante do ser social, para ela se realizar ela necessita da real efetivação das totalidades sociais. Ou seja, a produção social determina materialmente as totalidades sociais, todavia tais totalidades determinam ideal e politicamente a produção social. Podemos afirmar que há uma relação de determinação recíproca entre as totalidades do ser social, sendo a totalidade da produção social o momento predominante dele.

O modo de produção capitalista é a forma histórica do ser social mais desenvolvida. Nele, as totalidades sociais aparecem na forma mais complexa e social.

A apreensão do ser social, por determinação ontológica, deve iniciar-se pela produção social. Como a produção social é o momento predominante do ser social, ela forçosamente será a categoria analítica através da qual nos colocaremos no lugar privilegiado para a devida apreensão e reprodução ideal do movimento do ser social.

Seguindo os rastros da vida de Karl Marx, devemos manter viva a revolucionária preocupação com ser social: seu movimento em direção a uma possível emancipação humana. Marx reproduziu idealmente o movimento do ser social como uma totalidade concreta. Ao fazer isto descobriu a gênese do gênero humano, percebeu seu desenvolvimento e identificou, nas contradições da forma histórica mais desenvolvida do ser social, as possibilidades para a realização do reino da liberdade.

A reprodução do ser social como uma totalidade concreta foi fundamental na luta contra o processo de declínio ideológico de seu tempo, marcado pelas reproduções abstratas e caóticas do ser social.

Nosso tempo tem sido marcado por reproduções do movimento do ser social cada vez mais ideologicamente decadente. Estas reproduções restringem o ser social a uma totalidade caótica ou na melhor das hipóteses a uma totalidade abstrata, como fez a economia política clássica. Estamos vivendo aquilo que Lukács denominou de decadência ideológica. Estamos vivendo em tempos de vulgares reproduções do ser social.

Resgatar a perspectiva ontológica do ser social de Marx é fundamental, tanto para compreendermos a gênese do ser social, como para percebermos a direção de seu movimento.

Apreender e reproduzir idealmente o movimento da produção social na gênese e no desenvolvimento do ser social é fundamental para a construção de uma teoria do gênero humano. Nesse sentido, reafirmar o lugar privilegiado da produção na gênese e no desenvolvimento do ser social é essencial para se indicar o caminho da emancipação do gênero humano. A produção social na medida em que afasta os homens das barreiras naturais,

poderá conduzi-los à sua emancipação. É claro que, a emancipação humana, como coroamento da humanidade, será uma escola dos homens, em última instância.

Ter a emancipação humana como horizonte, exige de nós uma apreensão devida do movimento do ser social desde a sua gênese até às suas tendências atuais. Esta devida apreensão nos dará condições de reproduzir idealmente seu movimento e perceber as possibilidades reais da emancipação do gênero humano.

Esta reprodução ideal do ser social fortalecerá, cientificamente, o movimento dos homens na direção de sua emancipação. Uma ideologia ancorada na ontologia do ser social é fundamental para combater a decadência ideológica presente nas ciências de hoje, em particular na economia. Reproduzir idealmente o movimento da produção social ancorados na ontologia marxiana é combater o estado de decadência ideológica das ciências.

A economia vulgar tem defendido a não centralidade da produção social no processo de desenvolvimento do ser social. Demonstrar a relação de correspondência entre o desenvolvimento da produção social e a evolução do gênero humano é essencial para advogar contra essa ideologia. Nestas circunstâncias, há necessidade de estudos que reafirmem a centralidade da produção social em todos os momentos históricos do ser social.

Como na ontologia marxiana, toma a produção social como o momento predominante do ser social, ela torna-se o procedimento analítico devida no processo de reprodução ideal da produção social. Como a produção social é o objeto de estudo economia, tal ciência tem lugar privilegiado no processo analítico do ser social.

Para a ontologia marxiana, o progressivo prosseguimento do ser social em direção a uma possível emancipação do gênero humano foi posto em movimento pelo desenvolvimento da produção social. Assim, retomar a ontologia marxiana é reafirmar a centralidade da produção social no ser social, reafirmação tão cara em nosso tempo que persiste na centralidade da política

Além disso, a economia política vulgar insiste em perenizar a produção capitalista. Reafirmar o movimento de progressivo prosseguimento do gênero humano é demonstrar a produção social capitalista apenas como um momento histórico e, portanto, transitório do ser social. Esse estudo responde a essa necessidade na medida em que demonstra através da ontologia marxiana o capitalismo como uma das fases de prosseguimento do ser social.

Para a economia política vulgar, o futuro é a continuação do capitalismo. A continuação do ser social, no entanto, poderá nos oferecer a emancipação do gênero humano

como uma perspectiva do futuro. Esta perspectiva histórica e dialética da produção social nos permite perceber, nas contradições antagônicas da produção burguesa, as possibilidades ontológicas para a realização de uma nova sociedade fundada sob a produção livre e associada. Nesse sentido, este estudo, ao rastrear as tendências do ser social, percebe as possibilidades ontológicas e nela a esperança de uma explicitação da generalidade humana para além da individualidade vulgar burguesa.

Diante disto, este estudo segue nos passos da crítica ao capitalismo efetivada por Karl Marx, Engels, Lukács e demais estudiosos da economia marxiana como Rubin, Rumiantsev, Rosdolsky, Dussel, entre outros.

Por procurar compreender o movimento do ser social a partir da totalidade da produção social, este texto se junta às pesquisas já produzidas em nossa linha *Marxismo, Educação e Luta de Classes* que se propõem compreender o movimento do ser social a partir de diferentes totalidades sociais.

Assim, este trabalho surgiu da necessidade de examinar a produção social na gênese, no desenvolvimento e nas tendências do ser social: qual o papel da produção social na constituição do ser social e de seu processo de afastamento das barreiras naturais em direção à sua emancipação?

Desta forma, o objetivo geral de nosso estudo é reproduzir idealmente o movimento da produção social na gênese, no desenvolvimento e nas tendências do ser social. Decorrem dele, os seguintes objetivos específicos: 1) reproduzir o movimento da produção social na gênese do ser social; 2) revelar a produção social através da dissolução da valorização do valor no processo de reprodução do ser social; 3) rastrear, nas tendências do ser social, as possibilidades ontológicas para a efetivação do reino da liberdade.

Percebemos, na ontologia marxiana, que o movimento do ser determina, ontologicamente, o movimento analítico do sujeito da pesquisa: a existência real dos homens - os indivíduos reais e suas condições materiais de vida determina o processo analítico. É a realidade objetiva do ser social que indica quais são os procedimentos metodológicos adotados pelo sujeito pesquisador. A prioridade do objeto sobre o sujeito, impõe ao sujeito pesquisador que ele transforme o concreto real em concreto pensado. É a partir desta perspectiva metodológica que iremos proceder com o estudo de nosso objeto real: a apreensão e reprodução ideal do movimento da produção social na gênese, na processualidade e nas tendências do ser social. Para isso, iremos apoiar-nos nas obras de Marx (2011;1985),

ENGELS (1986), LUKÁCS (2012; 2013) e nos estudos de ROSDOLSKY (2001), RUBIN (1980), RUMIANTSEV (1980), DUSSEL (2012), entre outros.

No primeiro capítulo trataremos dos elementos conceituais relacionados com a produção social em geral. Como nosso trabalho está assentado na ontologia marxiana, iniciaremos este capítulo demonstrando o caminho analítico de Karl Marx. Em seguida, faremos uma exposição do conceito de produção social em geral. Finalizaremos com a questão do método na ontologia marxiana. Para desenvolver este capítulo nos apoiaremos nas obras de Marx (1982), Lukács (2012) e nas contribuições de Dussel (2012).

No segundo capítulo trataremos do movimento da produção social na gênese do ser social. A produção social dos bens materiais, como mediação entre a forma de ser orgânica à forma de ser social, é a categoria principal que irá orientar o desenvolvimento deste capítulo. Para isto, nos basearemos nas obras de Marx (1985), Engels (1986), Lukács (2012, 2013) e Rumiantsev (1980). Além da produção social, demonstraremos a singularidade das demais totalidades do ser social, como a distribuição e o consumo. Trataremos da relação de determinação recíproca que estas totalidades exercem no interior do ser social. Mostraremos, sobretudo o papel do momento ideal tanto na produção como na reprodução do ser social.

O terceiro capítulo trata do movimento da reprodução do ser social através do desenvolvimento dos modos de produção: tributário, escravista e feudal. Demonstraremos como a reprodução do ser social, aos poucos, passou a ser posta em movimento pelo processo da valorização do valor. Mostraremos, através do desenvolvimento dos modos de produção, a reprodução do ser social. Para isto, nos basearemos nas obras de Marx (1985), Rubin (1980), Dussel (1984), Houtart (1982), Pinsky (1984), entre outros. Demonstraremos que aos poucos as totalidades do ser social – produção, distribuição, circulação e consumo – e o momento ideal passaram a ser dominados pela valorização do valor.

O quarto capítulo trata de demonstrar as tendências do ser social através do movimento do capital. Na primeira parte do capítulo demonstraremos o movimento da produção social sob a valorização do valor. Na segunda parte, rastreamos nas tendências do ser social as possibilidades ontológicas para o florescimento do reino da liberdade. Para isto, apoiar-nos-emos nas obras de Marx (1985), Lukács (2012, 2013), Rosdolsky (2001), Dussel (2012). Demonstraremos que essas tendências têm ocorrido principalmente no campo da produção social, embora o momento ideal tenha se caracterizado por uma profunda decadência ideológica.

Nosso trabalho está organizado em três momentos. O que iremos realizar nestes três momentos é recuperar o movimento analítico já desenvolvido por Karl Marx. Através deles, pretendemos fazer uma revisão da ontologia marxiana, em linhas gerais.

Neles, pretendemos apresentar o movimento e as leis da produção na gênese, no desenvolvimento e nas tendências do ser social. Para evitar cair numa abstração, procuraremos expor o movimento da produção social em sua historicidade concreta: gênese, desenvolvimento e tendências. Os procedimentos, histórico e analítico, estarão articulados em nossa exposição, garantindo-lhe uma base materialista.

Iniciaremos o primeiro momento de nossa exposição demonstrando o movimento da produção social e das demais totalidades sociais na gênese do ser social. Demonstraremos o papel da produção social na formação do homem e da comunidade primitiva através da economia de apropriação. Com isto, reafirmaremos o caráter de mediação da produção social: ao mesmo tempo em que mediou a forma orgânica à comunidade primitiva, ela se tornou a eterna inter-relação entre o homem e a natureza, em todos os modos de produção: tributário, escravista, feudal e capitalista. Além da produção social, demonstraremos, também, o papel das demais totalidades sociais – distribuição e consumo – e do momento ideal no processo de mediação da forma de ser orgânica à forma do ser social.

Apresentaremos, na economia de reprodução da comunidade primitiva, como o movimento da produção social na forma de valores de uso se tornou protoforma das demais totalidades da comunidade primitiva. Mostraremos que neste contexto houve uma relação de correspondência recíproca entre a produção social e as demais totalidades: distribuição e consumo. Esta relação de correspondência marcou, por um longo tempo, o maior da história do ser social, o afastamento dele das barreiras naturais. Apresentaremos, em linhas gerais, o papel que o momento ideal exerceu sobre o ser social neste estágio da humanidade.

Demonstraremos o caráter contraditório da produção social, caracterizando-se sempre por produzir o novo e mais do que os homens necessitam para a reprodução de sua existência. Mostraremos que o afastamento do ser social das barreiras naturais, acionado pela produção social, criou a propriedade privada e com ela iniciou-se um processo de dissolução da comunidade primitiva. Mostraremos que, embora a formação da propriedade tenha se iniciado na produção social, ela somente se realizou na efetivação das demais totalidades sociais: distribuição, consumo, etc.

Assim, de forma geral, no primeiro momento de nosso trabalho apresentaremos a produção social como fundamento objetivo tanto do salto ontológico como também do

afastamento da comunidade primitiva das barreiras naturais. Demonstrando sempre a relação de determinação recíproca entre ela e as demais totalidades sociais: o que caracterizará a dependência ontológica e a autonomia relativa destas totalidades com a totalidade da produção social.

No segundo momento de nosso trabalho, apresentaremos o movimento de reprodução do ser social através do desenvolvimento dos modos de produção: tributário, escravista e feudal. Demonstraremos que a reprodução do ser social, aos poucos, passou a ser movimentada através da valorização do valor. Iniciou-se um processo de inflexão em todo o interior do ser social. Essa inflexão inicia-se na produção social e em seguida espalha-se por todas as totalidades do ser social: distribuição, circulação e consumo.

Mostraremos como a propriedade privada transformou a luta comunal para produzir os bens materiais numa luta de classe com vista à valorização do valor. A luta comunal ganhou um caráter de classe e a produção dos bens materiais forçosamente se manifestou como um processo de valorização da propriedade privada. Revelaremos que a partir da propriedade privada o afastamento do ser social das barreiras naturais foi posto em movimento pelo processo de valorização do valor. Demonstraremos que, como decorrência do processo de valorização do valor surgiu no ser social o que Marx denominou de reificação das relações sociais e personificação das mercadorias.

Apresentaremos o modo de produção tributário como o momento que marcará o início desse processo de valorização do valor no ser social. Mostraremos que ele representará o fim da comunidade primitiva - os clãs - e ao mesmo tempo o germe da sociedade de classe - a instância política. Ele nasce das contradições do modo de produção primitivo e se desenvolve a partir da relação de correspondência entre as totalidades sociais: produção, distribuição, circulação e consumo. Sua decadência inicia-se no momento em que as suas contradições agudizam-se.

Em seguida, continuaremos demonstrando o movimento do ser social através do modo de produção escravista. Neste estágio do ser social, o processo de valorização do valor transformará parte da humanidade em mercadorias. Com ele o ser social se tornará efetivamente uma totalidade fundada sob a luta de classe: os senhores e os escravos. Demonstraremos o movimento da produção escravista em sua relação de correspondência recíproca com as demais totalidades sociais. Mostraremos que o desenvolvimento das forças produtivas tornou as relações de produção entre os senhores de escravos e os escravos

incompatíveis. Além da agudização desta contradição, outras contribuíram para o seu declínio.

Encerraremos o segundo momento de nosso trabalho apresentando o movimento do modo de produção feudal. Mostraremos que sua gênese ocorrerá a partir das ruínas da forma conservadora da produção escravista. Mostraremos que seu caráter progressista pôs em movimento o processo de valorização do valor. Demonstramos o desenvolvimento do processo de valorização do valor como a principal causa do desaparecimento do modo de produção feudal.

O terceiro momento de nosso trabalho irá demonstrar o movimento do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, rastrear em suas tendências as possibilidades para a efetivação do reino da liberdade.

Demonstraremos que no capitalismo o processo de valorização do valor alcança seu estágio maior desenvolvimento e complexidade. Mostraremos como o capital subsumirá todas as totalidades do ser social, inclusive a produção social.

Neste estágio do ser social, o movimento de exposição da produção deve iniciar-se pelo processo de valorização do valor. Por esta razão, iniciaremos a nossa exposição pelo desenvolvimento do processo de valorização do valor, desde sua forma mais opaca e sem brilho, até a sua forma mais complexa e desenvolvida: o capital. Revelaremos que o caráter de mediação da produção social, nestas condições objetivas, somente pode se manifestar no caráter de mediação do processo de valorização do valor. Ou seja, nas sociedades mercantis, em especial na sociedade mercantil-capitalista, o processo de valorização do valor forçosamente faz com que as relações sociais entre os homens se manifestam como relações sociais entre as mercadorias. De qualquer maneira, uma vez realizada a dissolução da valorização em atos práticos dos homens, revelaremos que o afastamento do ser social, em última instância, é motivado pelo caráter de mediação da produção social. Com isto, dissolveremos o processo de valorização do valor num processo de relações de produção.

Depois disto, revelaremos como o processo da produção social no modo de produção capitalista se manifesta como um processo de valorização do valor. Apresentaremos como o caráter privado da produção social se tornou modelo para as demais totalidades do modo de produção capitalista.

Em seguida, apresentaremos o processo contraditório do capital: a valorização do valor e a desvalorização da produção social. Demonstraremos através da agudização das contradições do capital a relação de não correspondência entre as relações de produção e as

forças produtivas, como também a relação de não correspondência entre a totalidade da produção social e as demais totalidades.

Finalizaremos o terceiro momento de nosso trabalho expondo as tendências do modo de produção capitalista. Pretendemos rastrear, nas tendências do movimento do capital, as possibilidades ontológicas para a efetivação de uma nova forma do ser social, o reino da liberdade. Para isso, exporemos o problema posto no ser social pela agudização das contradições do capital. Demonstraremos que o progressivo prosseguimento do ser social nos dá a perspectiva do futuro. Mostraremos como a economia política vulgar tenta petrificar o movimento do ser social: para ela, o futuro é a continuação do capitalismo. Demonstraremos, no entanto, que o salto qualitativo em direção ao futuro será dever ontológico do socialismo, cuja produção social, embora conserve alguns elementos da produção burguesa, afasta-se dela em direção de uma produção social livre e associada: o reino da liberdade.

2 A PRODUÇÃO EM GERAL

Neste capítulo, trataremos dos elementos conceituais relacionados com a produção social em geral. Como nosso trabalho está assentado na ontologia marxiana, iniciaremos demonstrando o caminho analítico de Karl Marx. Iremos fazer a exposição do percurso analítico de Karl Marx em três momentos: democratismo radical, fundação do materialismo histórico e marxismo científico.

Em seguida, faremos uma exposição do conceito de produção social em geral. Definiremos a produção social como a síntese entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Demonstraremos, em linhas gerais, a relação que a totalidade da produção social mantém com as demais totalidades do ser social.

Finalizaremos com a questão do método na ontologia marxiana, demonstrando a necessidade do processo analítico partir das abstrações ao concreto pensado. Dessa forma, mostraremos como Karl Marx superou às formas de reproduções abstratas e caóticas de seu tempo.

2.1 A vida e a obra de Karl Marx

A vida e a obra de Karl Marx evidenciaram uma profunda preocupação com a compreensão e a transformação da história humana: “Ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social”² (LUKÁCS, 2012, p. 25). Sua vida foi marcada por um profundo engajamento em favor da emancipação humana. No século XIX, Marx participou dos momentos decisivos da luta dos trabalhadores, como a revolução de 1848, denominada por Hobsbawm (2001) de *primavera dos povos*. Teoricamente, Marx contribuiu de forma crucial com o movimento dos trabalhadores, dando-lhes maior cientificidade. Sua vida analítica sempre esteve ancorada nas condições reais de seu tempo.

Podemos afirmar que a pesquisa dele orbitou em torno de dois distintos, mas simultâneos momentos metodológicos: o que é o ser social e como reproduzir idealmente seu movimento.

² Lukács, através de sua grande ontologia, faz renascer o marxismo no campo da filosofia: “de fato, o aporte essencial de Lukács ao renascimento do marxismo operou-se no plano teórico-filosófico – com a *Estética* e com a *Ontologia*”. (NETTO, 2012, p. 14). Em suas obras, em particular na *Para Ontologia do Ser Social II*, ele descreve o ser social como um complexo de complexos no qual o trabalho toma acento central na produção e reprodução do ser social.

Do ponto de vista metodológico, é preciso observar desde o início que Marx separa dois complexos: o ser social, que existe independente de ser mais ou menos corretamente conhecido, e o método de sua apreensão ideal, mais adequada possível. (LUKÁCS, 2012, p. 303)

Na medida em que ele se aproxima e enfrenta seu objeto de estudo - o ser social - compreendendo-o em suas mais íntimas determinações, sua elaboração teórica ficava mais clara e rica. Quanto maior e precisa tornava-se a apreensão do movimento do objeto real de seu estudo, mais objetiva e crítica tornava-se a reprodução ideal dele.

Esse processo analítico de apreensão e reprodução ideal de seu objeto real de estudo, corresponde ao processo de amadurecimento de sua elaboração teórica. A construção desse processo se inicia no seio da tradição filosófica hegeliana, atravessa a tradição dos socialistas utópicos, até chegar à tradição dos economistas clássicos. Esse movimento se deu através de um processo de superação: Karl Marx se apropria destas tradições, apreende-as em seus fundamentos, condicionamentos e limites, avançando criticamente.

A trajetória da vida de Marx começa pelo movimento que denominamos democratismo radical, marcado pelo aprofundamento da filosofia hegeliana. Esse movimento compreende o período que vai de 1837 a 1843. Sob a influência do pai, estuda Direito, História, Filosofia, Arte e Literatura na Universidade de Bonn. Mais tarde, na Universidade de Berlim, ingressa nos círculos hegelianos.

Em outubro de 1836, o Dr. Heinrich mandou o filho estudar em Berlim, que era uma grande cidade e contava, já na ocasião, com mais de trezentos mil habitantes. A Universidade de Berlim, por sua vez, na qual Karl se matriculou, se caracterizava por um ambiente mais sério do que o da de Bonn. Sobre ela se projetava a sombra espiritual do maior pensador que o mundo tivera nas décadas precedentes, que ali lecionara e morrera em 1831: Georg Wilhelm Friedrich Hegel. (KONDER, 1999, p. 18)

Em Berlim, Marx inicia-se no idealismo hegeliano e conclui seus estudos na Universidade de Iena com a tese de doutoramento intitulada “A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro”.

Com a tese, entretanto, Marx não conseguiu resolver o seu problema pessoal, econômico. Não pôde obter a cátedra que pretendia, pois o governo não queria hegelianos de esquerda pontificando nas universidades. E, em lugar de Marx alcançar o posto de professor universitário, como seu amigo Bruno Bauer, foi este quem perdeu o emprego: em outubro de 1841, Bruno Bauer foi proibido de continuar lecionando na Universidade de Bonn. (KONDER, 1999, p. 18)

Diante das dificuldades financeiras, impossibilitado de assumir a função de professor, Marx passa a escrever para o jornal Gazeta Renana, assumindo sua direção em 1842.

A colaboração de Marx na *Gazeta Renana* teve tanto sucesso que, em 11 de outubro de 1842, ele se mudou para Colônia e assumiu a direção do jornal! Sob a direção de Marx, a *Gazeta Renana* aumentou rapidamente sua circulação. Mas a alegria durou pouco. Após um violento artigo contra o absolutismo russo, publicado em janeiro de 1843, o czar Nicolau I pressionou o governo prussiano e este fechou o jornal. (KONDER, 1999, p. 24)

Esse primeiro movimento de Marx, influenciado pelos círculos de esquerda hegelianos, demonstra seu radical espírito democrático. Para Chasin (2000) é nesse período que ele está profundamente ligado às estruturas tradicionais da filosofia política, ou seja, à determinação ontopositiva da politicidade.

Nos artigos de *A Gazeta Renana*, Marx é um adepto vibrante da linha de pensamento que identifica na política e no Estado a própria realização do humano e de sua racionalidade. Em outros termos, estado e liberdade ou universalidade e civilização ou hominização se manifestam em determinações recíprocas, de tal forma que a politicidade é tomada como predicado intrínseco ao ser social. (...) Em suma, à época de *A Gazeta Renana*, Marx está vinculado às estruturas tradicionais da política, ou seja, à determinação ontopositiva da politicidade, e enquanto tal, formalmente, a uma das inclinações mais fortes e características do neo-hegelianismo. (CHASIN, 2000, p. 132)

Os escritos de Marx, nesse período, são marcados pela filosofia hegeliana, logo, pelo idealismo, segundo o qual o mundo das ideias funda e determina o mundo material.

A transição desse primeiro movimento ao segundo dar-se-ia motivado por dois problemas: 1) ainda quando Marx trabalhava na *Gazeta Renana* se deparou com problemas de interesse material ligados à relação dos camponeses com a terra. Essas situações materiais já não encontravam os devidos encaminhamentos e solução nas estruturas tradicionais da filosofia política hegeliana; 2) Marx havia se deparado com as ideias socialistas e comunistas, mas não as conhecia profundamente. Esses dois problemas motivaram Marx a uma investigação que implicou numa forte crítica à filosofia de Hegel:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de sociedade civil, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (MARX, 1982, p. 25)

Essa investigação de Marx marca a transição da democracia “radical” para a democracia revolucionária.

O segundo movimento, que denominamos de fundação do materialismo histórico, é marcado pela influência que ele sofreu do movimento socialista dos operários franceses, que dividimos em dois períodos, conforme Mandel (1980).

O primeiro período compreende os anos de 1843 a 1845. Ocorre, a partir daí, a emergência do pensamento propriamente marxiano. Dar-se, então, uma inversão ontológica no pensamento de Marx:

Ora, a inversão ontológica alcançada e retida é precisamente uma configuração que impulsiona em direção oposta a tudo isso. [...] Ou, para usar os termos verdadeiros e muito incisivos de Maximilien Rubel, quando refere *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: é neste volumoso manuscrito que Marx rompe definitivamente com a ideia de Estado como instituição racional. (CHASIN, 2000, p. 138)

Como já foi dito, essa inversão ontológica teve forte influência do movimento socialista francês. Ao transferir-se para Paris, Marx entra em contato com o movimento socialista dos operários franceses:

Foi em Paris que Marx teve oportunidade de entrar em contato com o movimento socialista dos operários franceses. E esse contato com trabalhadores coletivamente dedicados à luta política pela transformação da sociedade impressionou-o profundamente. (KONDER, 1999, p. 28).

Alguns nomes foram importantes na sua formação, como os dos socialistas utópicos Saint-Simon, Babeuf, Charles Fourier, Joseph Fourier, Louis Blanc, Proudhon.

A partir desse momento, Marx passa a compreender o proletariado como uma massa capaz de promover a mudança da ordem social, econômica e jurídica, afirmando que o poder material só pode ser derrotado pelo poder material. (MARX; ENGELS, 2009). É o embrião do materialismo histórico.

Os textos produzidos por Marx nesse período dão testemunho dessa inversão ontológica. As obras *A questão Judaica*, *Introdução a uma crítica da filosofia do direito de Hegel*, *Manuscritos econômico-filosóficos* e *Manuscritos econômico-filosóficos* representam a afirmação para o caráter da determinação negativa da politicidade. *Manuscritos econômico-filosóficos*, representa uma ruptura com o caráter ontopositivo da politicidade, mas não se constitui em uma obra econômica, tendo em vista que, nesse momento, ele ainda não tinha resolvido o problema do valor e da mais-valia, conforme Mandel (1980).

Esse segundo movimento compreende também o período que vai de 1845 a 1847. Exilado na Bélgica, Marx constrói os fundamentos do materialismo histórico. Esse período

marca o início da amizade com Friederich Engels. O primeiro texto publicado por eles, em 1845, *A Sagrada Família*, revela um rompimento com a esquerda hegeliana.

Trata-se de obra caracteristicamente polêmica, que assinala o rompimento com a esquerda hegeliana. O título sarcástico identifica os irmãos Bruno, Edgar e Egbert Bauer e dá o tom do texto. Enquanto a esquerda hegeliana depositava as esperanças de renovação da Alemanha nas camadas cultas, aptas a alcançar uma consciência crítica, o que negava os trabalhadores, Marx e Engels enfatizavam a impotência da consciência crítica que não se tornasse a consciência dos trabalhadores. E, nesse caso, só poderia ser uma consciência socialista. (GORENDER, 1985, p. 12).

Ainda conforme Gorender (1985), *A Sagrada Família*, enquanto revelava um rompimento com a esquerda hegeliana, mostrava-se um tanto alinhada com o pensamento do socialismo utópico, já que ambos nutriam um profundo respeito por Owen, Saint-Simon e Fourier, nesse período.

Entre 1845-1846, Marx e Engels elaboram a *Ideologia Alemã*. Nessa obra, Marx e Engels fundam, explicitamente, a teoria do *materialismo histórico*, opondo-se ao caráter contemplativo do materialismo feuerbachiano.

A Ideologia Alemã encerra a primeira formulação da concepção histórico-sociológica que receberia denominação de materialismo histórico[...] A formulação do materialismo histórico desenvolve-se no corpo da crítica às várias manifestações ideológicas de maior consistência que disputavam, então, a consciência da sociedade germânica, às vésperas de uma revolução democrático-burguesa. A parte mais importante é a inicial, dedicada a Feuerbach. O rompimento com este se dá sob o argumento do caráter abstrato de sua antropologia filosófica. (GORENDER, 1985, p. 13)

Na *Ideologia Alemã*, fica evidente que é a produção material compreendida como a síntese entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, que move a sociedade, e não o mundo das ideias, conceitos basilares para a definição de modo de produção.

De acordo com Mandel (1980), as contribuições que concorreram para o progresso do pensamento econômico de Marx, na *Ideologia Alemã*, referem-se a uma visão mais dialética do capitalismo e do comércio mundial, bem como das necessidades humanas decorrentes da expansão industrial. Essas necessidades não poderiam ser atendidas nas condições da produção mercantil, senão, dentro de uma sociedade comunista: “a partir da *Ideologia Alemã*, Marx e Engels estabelecem claramente os laços que unem a abolição da produção mercantil e o advento de uma sociedade comunista” (MENDEL, 1980, p. 41).

Depois da influência da filosofia hegeliana e de entrar em contato com as ideias socialistas e comunistas na França, Marx vive o terceiro movimento decisivo em sua vida e

obra. Esse terceiro movimento é decorrente do seu encontro com a economia política inglesa. Denominano esse movimento de marxismo científico, conforme Mendel (1980).

Estava claro para Marx que o movimento dos trabalhadores carecia de maturidade ideológica e política. A derrota das revoluções dos trabalhadores em 1848 denunciava a falta de organização, maturidade e cientificidade do movimento proletário.

O contato com a economia política clássica foi fundamental no processo de desenvolvimento analítico de Karl Marx. Através dela, ele apreende os conceitos de valor trabalho, categoria fundamental na ontologia marxiana. A economia política clássica representou um momento de avanço no processo de apreensão e reprodução do ser social. No entanto, esta apreensão e reprodução encontrava seus limites na medida em que estava condicionada a uma forma de consciência burguesa.

A economia marxiana, distinta e oposto ao sistema dos clássicos burgueses, tem sua primeira redação em 1858-1859, na obra denominada de *Grundrisse*. Essa obra representa o laboratório do pensamento marxiano, pois nela encontramos os elementos fundamentais que iriam compor o desenvolvimento de *O Capital*.

Uma redação mais definitiva acerca da economia marxiana vem ao público em 1859: a *Crítica da Economia Política*. Nessa obra, há dois documentos fundamentais do marxismo: o *Prefácio* e a *Introdução*. O livro é composto apenas de dois capítulos: um sobre a mercadoria e outro sobre o dinheiro. Em 1867, finalmente, vem ao público o primeiro livro de *O Capital* como resultado das investigações de Marx acerca da Economia Política Clássica.

O resultado desse movimento dialético de aproximação, enfrentamento e compreensão crítica de seu objeto real foi uma profunda elaboração teórico-metodológica articulada à sua inserção prática no movimento dos trabalhadores. Nela, a teoria consiste na reprodução ideal do movimento do real. Essa concepção expressa os elementos do materialismo dialético e o do materialismo histórico, simultaneamente. Com isto, Marx havia desenvolvido os procedimentos analíticos necessários para lidar com os dois momentos de sua pesquisa: o que é o ser e como reproduzi-lo idealmente - a investigação e a exposição do ser.

2.2 A produção em geral e concreta

Antes de fazermos a conceituação da produção social em geral, nos deteremos em demonstrar a importância que a economia ocupa para a ontologia marxiana no processo de reprodução do ser social.

Após o contato com os clássicos da Economia Política, Marx descobre que a economia política é a ciência através da qual é possível expor a anatomia do modo de produção capitalista e com isto sua forma de produção social:

Que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. Comecei o estudo dessa matéria em Paris, mas tive que continuá-lo em Bruxelas, para onde me transferi em consequência de uma ordem de expulsão do Sr. Guizot. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos. (MARX, 1982, p.25)

Por tomar a produção social como seu objeto de estudo, a ciência econômica, entre as demais ciências, é o campo teórico ontologicamente necessário para descrever a devida reprodução do ser social. Evidentemente, em todos os seus passos, esta ciência deve estar ancorada na ontologia.

Acima, referimo-nos ao contato de Karl Marx com a economia política. Ele descobre a Economia por conta de problemas materiais enfrentados por ocasião de seu trabalho como jornalista e por sugestão de Engels que, em 1843, elabora *um esboço de crítica da economia política*. Em 1844, Marx produz uma obra de conteúdo parcialmente econômico: *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Na *Miséria da Filosofia*, ele avança em seu sistema econômico, aceitando a teoria do valor-trabalho dos clássicos da economia política.

Já tomamos conhecimento que o processo de amadurecimento teórico de Marx decorreu também de seu envolvimento com as lutas dos trabalhadores. A revolução dos trabalhadores, denominada por Hobsbawm (2001) de primavera dos povos, foi um dos momentos de intensa participação política de Marx. Como uma primavera, a revolução demorou pouco tempo, sendo destituída pelo poder material dos capitalistas. Marx atribui o fracasso da revolução dos trabalhadores, entre outras coisas, à falta de cientificidade do movimento.

Esta situação despertou em Marx a necessidade de oferecer maior cientificidade ao movimento dos trabalhadores. “Após o fracasso da revolução de 1848, o centro de seus interesses passou a ser a fundação de uma ciência da economia” (LUKÁCS, 2012, p. 290), fundamentada num rico processo de cientificidade ontológica:

A economia marxiana está impregnada de um espírito científico que jamais renuncia a essa tomada de consciência e de visão crítica em sentido ontológico, acionando-as, muito antes, na verificação de todo fato, de toda conexão, como metro crítico permanentemente operante. (LUKÁCS, 2012, p. 293)

A economia é uma representação teórica da existência real. Por ela brotar da existência real, necessariamente seu movimento deve ser ontológico. Seus procedimentos

analíticos devem estar ancorados, o tempo todo, na existência real. A análise ontológica do modo de produção capitalista indicava os limites do materialismo utópico.

Era necessário superar o materialismo utópico que orientou a luta dos trabalhadores e fundamentar, a nova ciência, no materialismo científico, essencialmente ontológico. Diferente da economia política clássica que absolutizava uma forma histórica de produção social (a produção capitalista), a economia marxiana tomava a totalidade histórica, com todas as suas consequências ontológicas, como pressuposto de análise:

A economia marxiana, ao contrário, parte sempre da totalidade do ser social e volta a desembocar nessa totalidade. Como já expusemos, o tratamento central e, sob certos aspectos, frequentemente imanente dos fenômenos econômicos encontra seu fundamento no fato de que neles deve ser buscada e encontrada a força motriz, em última análise decisiva do desenvolvimento social em seu conjunto. (LUKÁCS, 2012, p. 291)

No entanto, a superação crítica e objetiva de Marx à Economia Política Clássica se deu com a produção dos *Grundrisse* (1857-1859), com a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e com o *Capital* (1867). Nestas últimas obras, temos a economia marxiana elaborada sistematicamente. Nelas, as categorias da mais valia, da composição orgânica do capital, entre outras categorias fundamentais aparecem claramente.

Na concepção de Marx, a economia é sempre economia política, ela não está restringida à pura técnica, à produção em si, mas trata também das relações sociais: “no se ocupa en modo alguno de la ‘producción’, sino de las relaciones sociales de los hombres en la producción”³ (RUMIANTSEV, 1980, p. 53). Marx compreendia a economia política numa perspectiva da totalidade, estando ela relacionada com a filosofia, a história, a sociologia, a estatística, etc. Seus estudos de economia política são atravessados por diferentes áreas do conhecimento, relacionando sempre o campo econômico com os demais campos sociais. Nesta “verdadeira ciência econômica” (LUKÁCS, 2012, p.304), o econômico e o extra econômico estão inter-relacionados dialeticamente:

Mas seu senso da realidade vai além dos limites da pura economia. Por mais audaciosas que sejam as abstrações que ele desenvolve nesse campo, com coerência lógica, permanece sempre presente e ativa, nos problemas teóricos abstratos, a vivificante interação entre economia propriamente dita e realidade extraeconômica no quadro da totalidade do ser social, o que esclarece questões teóricas que, de outro modo, permaneceriam insolúveis. (LUKÁCS, 2012, p. 309)

Esta vivificante interação das ciências articuladas pela economia, confere à economia marxiana um caráter de totalidade histórica que recusa qualquer economicismo: “o

³ Não se ocupa em modo algum da produção, senão das relações sociais dos homens na produção. (Tradução livre do autor).

fato de a economia ser o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada sobre o “economicismo” (LUKÁCS, 2012, p. 285).

A economia marxiana está ancorada na história concreta, por isso ela é, essencialmente, ontológica: “a economia política é, portanto, uma ciência essencialmente histórica. A matéria sobre que versa é uma matéria histórica, isto é, sujeita a mudança constante” (ENGELS, 1979, p.127). Decorre deste caráter histórico da economia política marxiana sua contraposição à economia política clássica que apresentava como naturais as leis econômicas.

O fato de Marx ter desenvolvido sua análise científica fundamentalmente no campo da economia não foi casual. Tomar a economia política como campo científico capaz de fornecer a anatomia da sociedade não foi apenas uma opção metodológica de Karl Marx, mas uma exigência ontológica do ser social, neste caso, do modo de produção capitalista. O momento produtivo – entendido aqui como o momento da produção dos bens materiais e espirituais – é o momento predominante do ser social. No capitalismo, este momento produtivo assume um caráter essencialmente econômico.

Desta forma, começar a análise do capitalismo no campo econômico é ancorar o movimento analítico no movimento ontológico do ser social: “a prioridade metodológica atribuída à Economia Política tem sua explicação ontológica na conclusão de que nela reside a anatomia da *sociedade civil*, cujo conceito compreende a totalidade das relações materiais de vida” (GORENDER, 1982, p.11).

A análise econômica deve reproduzir o momento econômico como uma totalidade concreta. Como concreto pensado, esta análise do momento econômico não incorrerá no idealismo ou nos equívocos do materialismo utópico: “desse modo, é a própria essência da totalidade econômica que prescreve o caminho a seguir para conhecê-la. Esse caminho correto, contudo, se não se tem constantemente presente a dependência real ao ser, pode levar a ilusões idealistas” (LUKÁCS, 2012, p.304).

Ou seja, a reprodução ideal deve iniciar-se pelo movimento real daquele momento que consideramos predominante no ser social: a produção social de riquezas, que no capitalismo aparece na forma de mercadorias.

Desta forma, como exigência ontológica, a ciência econômica oferece primazia à produção em relação aos demais complexos sociais: distribuição, circulação e consumo. A produção social tem lugar privilegiado no movimento do ser social por ter sido ela o ato vital e primeiro de todos os atos históricos. Antes de fazer política, arte, etc, os homens produzem os

bens vitais necessários à sua reprodução. Evidentemente, para a produção social se realizar ela dependeu da real efetivação das demais totalidades sociais: distribuição, circulação e consumo. Nesse sentido, podemos afirmar que o momento ideal, a consciência, a linguagem foram fundamentais no processo de realização da humanização do homem através da produção social.

A reprodução ideal do ser social deve seguir o seu movimento real. No movimento do ser social, a produção social ocupa o lugar central. Por ela, são produzidos “os materiais” sem os quais não seria possível haver distribuição, circulação e consumo.

Se produção, distribuição, circulação são pressupostos e determinantes umas das outras, cabe à produção a determinação fundamental. É ela o ponto de partida sempre recorrente do processo, sua razão de ser mais essencial, o resumo de todas as distintas fases. Por isso mesmo Marx chamará de modos de produção a organização social da atividade econômica, criando um conceito axial para todo o seu sistema teórico. (GORENDER, 1982, p. 12)

Assim, a produção tem prioridade ontológica em relação aos demais complexos do ser social em razão de que não é possível, ontologicamente, haver distribuição, circulação e consumo sem os “materiais” produzidos pela totalidade da produção. Desta forma, ela é o protótipo de toda as demais totalidades sociais: distribuição, circulação, consumo. Como a economia é a ciência que toma como objeto de estudo a produção social, a ontologia marxiana lhe outorga clara primazia, prioridade ontológica no processo analítico do ser social.

Desta forma, o objeto de estudo da ciência econômica refere-se às modificações que ocorrem nas relações de produção como decorrência do desenvolvimento das forças produtivas nos diversos momentos históricos, com destaque para o capitalismo: “analisa as relações de produção da sociedade capitalista e seu processo de modificação, enquanto provocado por modificações das forças produtivas, e o crescimento das contradições, que geralmente se expressam nas crises” (RUBIN, 1980, p.15). Por isso, ela é uma ciência das relações entre as pessoas no processo de produção. Ela procura compreender a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção:

La producción social comprende el proceso de interacción del hombre con la naturaleza (lo que caracteriza el estado de las fuerzas productivas) y el conjunto de las relaciones económicas que surgen aquí (el aspecto social del proceso de producción). El proceso de interacción del hombre con la naturaleza es el *proceso de trabajo*, que se produce siempre bajo una determinada forma social.⁴ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 4)

⁴ A produção social compreende o processo de interação do homem com a natureza (o que caracteriza o estado das forças produtivas) e o conjunto das relações econômicas que surgem aqui (o aspecto social do processo de

A história da humanidade foi marcada por diferentes formas de produção social: a produção da comunidade primitiva, a produção tributária, a produção feudal, etc. Portanto, toda produção social é concreta.

No entanto, podemos falar em produção em geral, no sentido de que em todas estas formas concretas de produção existem determinações comuns a todas elas.

Quando se trata, pois, de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso quer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que propriamente constitui o nosso tema. Mas todas as épocas da produção têm suas características comuns, certas determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhado e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. (MARX, 1982, p. 4)

Esses traços comuns em todas as formas de produção são: um sujeito, um objeto trabalhado, um instrumento e um trabalho passado:

Estas determinações são os momentos essenciais de toda *produção*. Limitam-se, de fato, como veremos, a certo número de determinações muito simples. No caso da produção, estas determinações são: um *sujeito* que produz, que trabalha (a humanidade); um objeto trabalhado, material universal ou natureza; um instrumento como qual se trabalha, “mesmo que este instrumento seja apenas a mão; um trabalho passado, acumulado. (DUSSEL, 2012, p. 34)

Tais traços comuns são as determinações em geral, mas abstratas ou essenciais. Todos os estágios da produção social têm estes traços comuns que o processo analítico fixa-os como determinações gerais.

Toda produção é social no sentido de que a sociedade é sua premissa incondicional. Cada forma histórica de sociedade – primitiva, tributária, escravista, feudal, etc, - determinou uma forma específica de produção. Na produção social, as forças produtivas e as relações de produção, são dois aspectos inseparáveis.

Marx descubrió dos aspectos de la producción social unidos inseparablemente: las *fuerzas productivas* y las *relaciones de producción*. Pertenecen a las primeras los médios de producción y los hombres que poseen determinada experiencia de producción y hábitos de trabajo y ponen en acción estos medios de producción. Los hombres son el elemento fundamental de las fuerzas productivas de la sociedad. Las fuerzas productivas vienen a ser el aspecto rector de la producción social. El nivel de desarrollo de las fuerzas productivas se distingue por el grado de división social del trabajo y el correspondiente desarrollo de los medios de trabajo, en primer término, la técnica, como asimismo por el grado de desarrollo de los hábitos y los

produção). O processo de interação do homem com a natureza é o processo de trabalho, que se produz sempre sob uma determinada forma social. (Tradução livre do autor)

conocimientos científicos de los hombres. Esta es la razón de que no sea justo identificar las fuerzas productivas nada más que con la técnica o nada más que con los elementos de la naturaleza.⁵ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 7)

Há três categorias presentes no interior das forças produtivas: a força de trabalho, o objeto de trabalho e os meios de trabalho, em que os dois últimos se constituem nos meios de produção.

Embora, as forças produtivas e as relações de produção entre si sejam momentos heterogêneos, constituem no processo da produção social uma unidade indissolúvel. A produção social somente se processualiza na relação de constante reciprocidade entre estes dois momentos. Em geral, há uma relação de correspondência recíproca entre estes dois momentos. Neste caso, o grau de desenvolvimento das forças produtivas é medido pelo grau de produtividades das relações de produção. Quando as forças produtivas alcançam o alto grau de desenvolvimento elas entram em contradição com as relações de produção causando uma nova forma de produção social. Às vezes, ocorre o contrário, o desenvolvimento das relações de produção acaba por revolucionar as forças produtivas. O fato das forças produtivas serem os fundamentos sob os quais tais relações se assentam e se desenvolvem não quer dizer que há uma relação de determinismo entre estes dois momentos.

As relações de produção são as relações estabelecidas entre os homens com vista a produzir e reproduzir a existência, em um processo de produção determinado.

Las fuerzas productivas existen únicamente como fuerzas productivas sociales. Como hemos señalado ya, la producción es siempre social. Al entrar en activa interacción con la naturaleza, los hombres contraen, a la vez, relaciones sociales entre sí, mediante las que sólo es posible dicha interacción. Las relaciones que los hombres contraen independientemente de la voluntad y la conciencia en el proceso de la producción de bienes materiales se denominan *relaciones sociales de producción o relaciones económicas*.⁶ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 7)

⁵ Marx descobriu dois aspectos da produção social que são unidos inseparavelmente: as forças produtivas e as relações de produção. Pertencem às primeiras os meios de produção e os homens que possuem determinada experiência de produção e hábitos de trabalho que põem em ação esses meios de produção. Os homens são o elemento fundamental das forças produtivas da sociedade. As forças produtivas vêm a ser o aspecto direto da produção social. O nível de desenvolvimento das forças produtivas se distingue pelo grau da divisão social do trabalho e o correspondente desenvolvimento dos meios de trabalho, em primeiro plano, a técnica, como também pelo grau de desenvolvimento dos hábitos e os conhecimentos científicos dos homens. Esta é razão pela qual não é justo identificar as forças produtivas como nada além da técnica ou dos elementos da natureza. (Tradução livre do autor).

⁶ As forças produtivas existem unicamente como forças produtivas sociais. Como já temos dito, a produção é sempre social. Ao entrar em ativa interação com a natureza, os homens contraem, por sua vez, relações sociais entre si mediante as quais só é possível pela dita interação. As relações que os homens contraem independentemente da vontade e da consciência no processo de produção de bens materiais se denominam relações sociais de produção ou relações econômicas. (Tradução livre do autor).

A humanidade começa a se diferenciar do reino animal produzindo bens materiais. O que os homens são depende, em última análise, das condições materiais de sua produção, que pressupõe relações sociais entre eles. O grau de desenvolvimento das forças produtivas se reflete no aperfeiçoamento das relações de produção. Dessa forma, as relações de produção, em essência, são relações de propriedade:

La apropiación de medios de producción engendra relaciones sociales especiales entre los hombres. Dichas relaciones, a tono con las que guardan los hombres con los medios de producción y los resultados del trabajo (suyos y ajenos) se denominan relaciones de propiedad. Constituyen una condición indispensable para la participación de los hombres en la producción conjunta de medios de subsistencia y en la utilización de los mismos. Por eso se llama relaciones económicas, de producción.⁷ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 8)

Assim, as relações de propriedade vêm se constituindo historicamente como a dimensão central das relações de produção. No contexto das formas de propriedade privada, há três elementos que constituem as relações de produção: as relações de trabalho, as formas de propriedades e as relações de distribuição e de troca.

Há uma relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção: “na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais”. (MARX, 1982, p. 25)

Dessa afirmação, decorrem duas premissas: as relações estabelecidas entre os homens não são casuais ou fortuitas, mas nascem das determinações as quais os homens estão sujeitos. Assim, há uma relação de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. Tal articulação é estabelecida a partir da determinação exercida pelas forças produtivas, sobre as relações de produção e, ao mesmo tempo, a partir do condicionamento que estas exercem sobre aquelas.

A relação entre as forças produtivas e as relações de produção constitui a base material sob a qual se apoia toda a sociedade. Decorre daí que o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social e vice-versa.

Já nos referimos que o ser social é uma totalidade de totalidades. A produção social é a totalidade predominante desta forma de ser. Ela determina materialmente as demais

⁷ A apropriação de meios de produção gera relações sociais especiais entre os homens. Tais relações, a combinar com as que guardam os homens com os meios de produção e os resultados do trabalho (seus e alheios) se denominam relações de propriedade. Constituem uma condição indispensável para a participação dos homens na produção conjunta de meios de subsistência e na utilização dos mesmos. Por isso se chamam, também, relações econômicas de produção. (Tradução livre do autor).

totalidades sociais. No entanto, para ela se realizar ela depende da efetivação das totalidades da distribuição, da circulação e do consumo. Estas por sua vez exercem uma determinação específica sob o ser social. A produção, por exemplo determina idealmente, tendencialmente a produção social. É o caráter específico de cada totalidade que permite o ser social se reproduzir. Além das totalidades sociais, o momento ideal é fundamental tanto na produção quanto na reprodução do ser social.

Após descrevermos o conceito e os elementos principais da produção social, passaremos à exposição dialética da produção social burguesa efetivada por Karl Marx.

2.3 O método: do abstrato ao concreto

O movimento analítico de sua pesquisa não poderia ser outro, senão o movimento de seu objeto real: o ser social em sua forma histórica mais desenvolvida: o capitalismo. Marx o examina utilizando em seu método os procedimentos do materialismo dialético e do materialismo histórico.

É claro, portanto, que o método da economia política, que Marx designa como uma viagem de retorno, pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante, os quais evidenciam as leis e as tendências. A inter-relação orgânica, e por isso fecunda, dessas duas vias do conhecimento, todavia, só é possível sobre a base de uma crítica ontológica permanente de todos os passos dados, já que ambos os métodos têm como finalidade compreender, de ângulos diversos, os mesmos complexos da realidade. (LUKÁCS, 2012, p.306)

O método de pesquisa em Marx compreende dois momentos distintos, mas unitários ao mesmo tempo, de investigação e de exposição. Estes momentos tomam o real como ponto de partida e ponto de chegada. Investigação e exposição correspondem aos dois momentos metodológicos: o que é o ser e como reproduzi-lo idealmente.

O primeiro momento metodológico tem primazia sobre o segundo. O movimento do ser existe independentemente de sua reprodução ideal (correta) ou não. “O que é o ser” é a questão, ontologicamente, primeira. Para Marx o ser tem prioridade sob a consciência porque “não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1978, p.130).

“Como reproduzir idealmente o ser” é a questão secundária. Embora importante, pois permite desvelar o ser para além de suas manifestações. O movimento do pensamento, o movimento teórico deve seguir o movimento do ser. Ou seja, a ordem das categorias do pensamento forçosamente é a mesma ordem das categorias do ser. Como a produção social é

o momento predominante do ser social, ela forçosamente será a categoria através da qual Marx se colocará no lugar privilegiado e devido para a apreensão do ser social e, assim, reproduz idealmente o seu movimento.

O movimento real do ser social determina o seu processo de reprodução ideal. O processo analítico acompanha os mesmos passos do movimento do ser social. As categorias ontológicas do seu objeto real, tornam-se as categorias analíticas de seu processo de pesquisa. O real, historicamente determinado, determina os processos analíticos de sua apreensão. As categorias do método dialético são determinadas pelo ser, ou seja, o “como conhecer” é um conhecer do próprio objeto real. As ideias devem ser encontradas no próprio movimento do real. O movimento analítico é o movimento do ser enquanto objeto pesquisado.

As categorias são ontológicas e reflexivas. O processo de apreensão e reprodução do real, efetivado pela razão, é orientado pela ordem do movimento das categorias presentes no próprio ser pesquisado.

As categorias reflexivas de seu método são, ao mesmo tempo, as categorias ontológicas do seu objeto real de estudo, isto é, elas são expressão das leis do mundo objetivo:

A base de qualquer conhecimento da realidade, independentemente de se tratar da natureza ou da sociedade, é o reconhecimento da objetividade do mundo exterior, isto é, da sua existência independentemente da consciência humana. Qualquer interpretação do mundo exterior nada mais é do que reflexo, por parte da consciência humana, do mundo que existe independentemente da consciência. (LUKÁCS, 2013, p.18)

A consciência é um processo que se tem decorrente da existência real. O concreto é pensado porque é resultado, no campo do pensamento, de múltiplas determinações, é síntese do real.

Para Marx, o método correto compreende um percurso analítico que parte do abstrato até culminar no concreto. As categorias ontológicas do seu objeto são refletidas nas mesmas categorias analíticas de seu método de pesquisa: é somente por elas que o concreto, como síntese de múltiplas determinações, pode se tornar concreto pensado. Totalidade, contradição e mediação, categorias ontológicas de seu objeto, são agora instrumentos analíticos fundamentais no processo de reprodução ideal do movimento de seu objeto real.

Vejamos, em linhas gerais, como Marx opera seu processo analítico em vista de seu objeto real: o ser social em sua forma mais desenvolvida: o modo de produção capitalista. Começemos pelo “caminho de ida: do real concreto às determinações abstratas”

Marx entende que o método devido tem que partir das abstrações ao concreto. O processo analítico parte do real existente, do real concreto, ou seja, do modo de produção

capitalista. Inicialmente, o real concreto aparece no campo do pensamento como uma representação plena, uma totalidade, mas uma totalidade caótica. Neste instante, a produção social burguesa, no plano do pensamento é sua pura imediaticidade.

A representação plena não corresponde ao real concreto, ao real existente. O conhecimento que se tem do real nesta etapa do processo analítico é inicial, ingênuo, cheio de sentidos, mas confuso e caótico.

Marx, através da abstração, como um ato analítico, separa da representação plena um a um os seus múltiplos conteúdos: produção, distribuição, circulação e consumo.

Ele separa inicialmente a produção social da totalidade, do todo e a considera como um todo. Este procedimento de separar inicialmente a produção não foi uma opção metodológica de Marx, mas uma determinação do movimento real de seu objeto. Esse deve ser o devido procedimento metodológico inicial. Já nos referimos acima que a produção social tem um lugar predominante no ser social, nela estão contidas, *in nuce*, as determinações das demais totalidades. Isto a torna o protótipo de todo o ser social. Daí a necessidade de iniciar o procedimento analítico por ela.

Além de separar analiticamente a produção, pela abstração, Marx encontra as determinações abstratas da produção. Pela abstração, Marx separa analiticamente a produção social (relaciona-a com o todo: distribuição, circulação e consumo) e encontra nela suas determinações abstratas.

Essas determinações são abstratas na medida em que consistem num momento do pensamento, num momento conceitualizado, uma vez que são separadas não diretamente do real concreto, mas de sua representação plena.

Esse processo de separar e analisar abstratamente, Marx realiza com as demais partes do todo, da totalidade social: distribuição, circulação e consumo, procedendo da mesma forma que fez com a produção social.

Do conjunto das determinações abstratas, Marx chega ao modo de produção capitalista como uma totalidade abstrata, uma totalidade em geral.

Este processo, até então, consiste no caminho de ida. Caminho este, que já era conhecido pela Economia Política Clássica, mas não com toda a riqueza das determinações abstratas que Marx chegou.

A Economia Política Clássica reproduziu, no plano do pensamento, o modo de produção capitalista, mas como uma totalidade abstrata, uma totalidade em geral.

Smith, em seu processo de abstração, encontrou a origem da riqueza: “não foi por ouro ou prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo” (SMITH, 1983, p. 63).

David Ricardo, ainda no campo da Economia Política Clássica, identifica na abstração do modo de produção capitalista o caminho de como é feita a distribuição da riqueza.

O produto da terra – tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital – se divide em três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. (RICARDO, 1982, p. 39)

Tanto em Smith como em Ricardo, a economia política clássica investigou o modo de produção capitalista como uma totalidade abstrata. Não obstante, restringiram-se à abstração do modo de produção capitalista como uma abstração em geral.

Os clássicos da Economia Política transformaram a produção capitalista, numa produção em geral, abstrata. Para eles, a produção que gera riqueza é a produção em geral, abstrata. Pelo ato da abstração, encontraram a determinação abstrata da riqueza, das mercadorias: a produção em geral, nesse caso a produção abstrata. Transformaram uma forma histórica de produção – a produção capitalista – numa produção em geral. Com isto, eles tentaram perenizar um momento histórico de produção do ser social.

Por estar ancorado na ontologia, Marx apreende os passos analíticos da Economia Política Clássica e supera-os analisando o modo de produção capitalista como uma totalidade concreta, dialética e histórica.

O caminho de ida, assim, constitui-se no primeiro momento do ontométodo. O estudo das determinações abstratas, as simples e as complexas, é o momento inicial da pesquisa, posto que na representação plena do modo de produção capitalista, o conhecimento a seu respeito é, embora cheio de sentidos, pré-científico, pré-dialético; portanto, confuso e caótico.

Passemos, agora, a explicitar o “caminho de volta - do abstrato ao concreto”.

O último é, manifestamente, o método científico correto. O concreto é concreto por que é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento[...] O método consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, em reproduzi-lo como concreto espiritual. (MARX, 2011, p.54)

O caminho de ida nos dá uma certa clareza do objeto real, embora muito simples. O real aparece como um conjunto de determinações simples. Como vimos, a abstração parte da representação plena do real enquanto uma totalidade caótica. O processo de abstração produz as determinações abstratas. Aqui as determinações abstratas, enquanto definidas, são conceitos. O caminho de ida produz conceitos: a produção em geral, a distribuição em geral, a circulação em geral, o consumo em geral, o trabalho em geral, etc.

O conjunto destes conceitos é o modo de produção capitalista como uma totalidade abstrata, uma totalidade em geral. No caminho de ida, o modo de produção capitalista aparece no pensamento como a forma perene de produção e apropriação da riqueza.

A economia política clássica procedeu desta forma e absolutizou uma determinada forma histórica de produção e apropriação – a capitalista - como uma produção e apropriação abstrata, em geral. A produção que gera mercadorias é a produção capitalista, como uma produção em geral. Ou seja, os economistas clássicos descobriram o trabalho por detrás das mercadorias, mas o trabalho privado, assalariado e o transformaram em trabalho abstrato e geral. Tornaram a forma privada que o trabalho assume nas condições objetivas do modo de produção capitalista em uma forma abstrata, em geral.

Para que o pensamento reproduza o modo de produção capitalista como uma totalidade de totalidades, uma totalidade concreta, era necessário fazer o “caminho de volta”. São a ida e a volta do caminho que permitem a reprodução ideal do movimento do real. A pesquisa de Marx investigou diacrônica e sincronicamente a totalidade da produção social burguesa. Marx procedeu com a investigação da produção social situando-a dentro de um todo histórico do ser social.

Procurou compreender a gênese da produção social burguesa. Seu objeto real é um processo em movimento. É um processo histórico. A gênese desta forma histórica de produção social – o capital – deveria ser encontrada nas formações socioeconômicas que lhe precederam. O capital é a forma mais desenvolvida e complexa de produção social que conhecemos; sua gênese estava na forma simples do valor.

Ademais, Marx analisou a estrutura e a dinâmica interna da produção social burguesa. No capital, enquanto totalidade do modo de produção capitalista, as categorias estão ordenadas de forma que não obedecem a ordem de seu surgimento na história, mas obedecem a uma ordem do próprio capital.

Como foi dito acima, o ontométodo consiste em situar a parte no todo. No caminho de volta, Marx toma as determinações abstratas como categorias, ou seja, como instrumentos ou mediações interpretativas. Pelas categorias, a reprodução ideal do movimento do real torna-se possível.

No caminho de volta, Marx procura situar a parte (a produção social, por exemplo) no todo (o modo de produção capitalista). Este procedimento é um ato inverso ao realizado pela abstração analítica.

Ao relacionar, diacrônica e sincronicamente, a produção social com o todo, ele tem a produção social como uma totalidade concreta. Como foi dito, neste momento de volta, as determinações, enquanto instrumentos interpretativos, são tratadas como categorias. É através delas que Marx chega ao todo como uma totalidade concreta.

Marx faz uma análise diacrônica da produção social burguesa a partir do desenvolvimento do valor. Para demonstrar o movimento da produção social, coube a Marx, primeiramente, evidenciar o movimento das mercadorias. Através da teoria do fetichismo da mercadoria, apresenta o caminho histórico da produção social que gera valor.

Em oposição aos autores clássicos da economia política, Marx investiga a origem e a produção da riqueza a partir da unidade e das contradições entre produção, distribuição, circulação e consumo no modo de produção capitalista, enquanto sociabilidade historicamente determinada.

Marx puso el descubierto la falsidad científica de las afirmaciones de los economistas burgueses y mostró que todos ellos, a la vez veían las diferencias entre la producción, la distribución, el cambio y el consumo, no veían y no querían ver su unidad y concatenación, su interpretación y, lo que es más importante, el papel determinante de la producción.⁸ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 13)

Superando os clássicos da economia política, Karl Marx faz uma investigação da riqueza capitalista a partir da natureza do valor. Desse modo, investiga a forma do valor:

Antes de Marx, a atenção dos economistas clássicos e de seus epígonos se concentrou no conteúdo do valor, principalmente em seu aspecto quantitativo (quantidade de trabalho), ou no valor de troca relativo, quer dizer, nas proporções quantitativas da troca. Submeteram à análise os dois extremos da teoria do valor: o desenvolvimento da produtividade do trabalho e a técnica como causa interna da variação do valor, e as mudanças relativas do valor das mercadorias. Mas faltava-lhes a vinculação direta entre estes dois fatos: a forma do valor, isto é, o valor como

⁸ Marx descobriu a falsidade científica das afirmações dos economistas burgueses e mostrou que todos eles, ao mesmo tempo, viam as diferenças entre a produção, a distribuição, a troca e o consumo, não viam e não queriam ver sua unidade e conexão, sua interpretação e, o que é mais importante, o papel determinante da produção. (Tradução livre do autor).

a forma que se caracteriza pela coisificação das relações de produção e a transformação do trabalho social em uma propriedade dos produtos do trabalho. (RUBIN, 1980, p. 11)

Karl Marx, com o objetivo de desvendar a Economia Política como ciência social, até então constituída e ricamente desenvolvida pelo pensamento burguês, toma como investigação a teoria do valor-trabalho dos economistas clássicos, entendendo-a como um processo de desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção, caracterizado, sobretudo, pelas relações mercantis de troca:

Marx, ao contrário dos clássicos não toma o valor como uma essência da *naturalidade* da sociedade, mas sim como a expressão de uma sociedade em que o indivíduo só existe enquanto produtor de valor de troca, o que implica a negação absoluta de sua existência natural. (RUBIN, 1980, p. 11)

Compreendendo a sociedade capitalista como *lócus* de mercadorias, em que as relações sociais de produção são coisificadas, Marx desenvolveu sua teoria do valor, tendo como base a categoria fetichismo: “a teoria do fetichismo é, *per se*, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” (RUBIN, 1980, p. 19). O estudo da teoria do valor em Marx inicia-se, portanto, com a compreensão da categoria fetichismo:

Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas. A estrutura da economia mercantil leva as coisas a desempenharem um papel social particular e extremamente importante e, portanto, a adquirir propriedades sociais específicas. Marx descobriu as bases econômicas reificadas em formas objetivas das relações de produção de um modo de produção historicamente determinado: a produção mercantil. (RUBIN, 1980, p. 20)

Nos termos de uma sociedade fetichizada, Marx elaborou sua teoria do valor, tendo como ponto de partida o trabalho humano desprendido na produção de mercadorias. Nesse sentido, Karl Marx fez uma análise da questão do valor no contexto do desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção que se expressava nas relações de troca e relações de poder.

Feito o constructo da teoria do valor, Karl Marx esboça sua crítica à Economia Política Clássica, denunciando-a como uma ciência da burguesia: da propriedade privada e do enriquecimento sem limite; decorre daí, também, a sua teoria da mais valia, que demonstra a exploração do homem pelo homem, ou seja, do trabalho explorado e apropriado pelo capitalista, expressão do lucro e do processo de acúmulo do capital.

Procedendo assim, diacrônica e sincronicamente, a produção social deixa de ser uma produção em geral, um conceito e torna-se produção concreta, explicada. Neste momento, a produção aparece no pensamento como produção concreta porque é síntese de múltiplas determinações.

Marx realiza este procedimento com todas as partes: distribuição, circulação e consumo. Procedendo assim, Marx encontra a totalidade concreta do modo de produção capitalista: o capital. Ele é uma totalidade de totalidades: produção, distribuição, circulação e consumo, na medida em que as funda e as explica.

Assim procedendo, o processo analítico vai espelhar dialeticamente, no plano do pensamento, o movimento do objeto real.

Feito o caminho de ida e de volta em torno de seu objeto real, Marx prepara a exposição de sua pesquisa. A exposição consiste na apresentação do todo arquitetônico de sua pesquisa.

A obra *o Capital* representa o momento da exposição da pesquisa de Marx, em que as categorias são apresentadas segundo a ordem de determinação que ocupam na constituição do ser social: o capital.

Em seguida, demonstraremos o papel que a produção e as demais totalidades sociais ocuparam na gênese do ser social. Iniciaremos demonstrando o papel de passagem, mediação que a produção social ocupou entre a forma de orgânica e social do ser. Em seguida apresentaremos como a produção social se tornou modelo para as demais totalidades sociais no modo de produção da comunidade primitiva. Ao final demonstraremos o caráter de contradição da produção social ao dissolver os fundamentos da comunidade primitiva. Além da produção social, demonstraremos o papel das demais totalidades sociais e do momento ideal no processo de afastamento do ser social das barreiras naturais.

3 A PRODUÇÃO SOCIAL E A GÊNESE DO SER SOCIAL

A produção social dos bens materiais ocupa lugar central e predominante na gênese e no desenvolvimento do ser social. Pelo seu caráter de transição, ela permite a passagem da forma do ser orgânico à forma do ser social. Por meio dela, o ser social é levantado, fundado. Além disso, ela afasta, irreversivelmente, o ser social das barreiras naturais.

Conforme anunciamos na introdução, a exposição da gênese do ser social deve ser apresentada, obrigatoriamente, pela produção social dos bens materiais. Já temos a clareza que a produção social é o ato fundante do ser social. A produção dos bens materiais necessários à produção e à reprodução dos homens é a premissa fundante de toda a história da humanidade: “o objeto a considerar é, em primeiro lugar, a produção material. Indivíduos que produzem em sociedade, isto é, a produção socialmente determinada dos indivíduos - este é naturalmente o ponto de partida” (MARX, 2011, p.39).

Começar a exposição pela análise da produção social não é uma opção metodológica, mas um devido procedimento analítico resultado da exigência do movimento do ser social:

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 1982, p.25)

Este procedimento analítico é reafirmado por Lukács em sua ontologia do ser social: “parece, pois metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Desta forma, iremos expor, a partir de seu caráter de transição, o papel que a produção social ocupa na gênese do ser social e em sua constituição como uma totalidade de totalidades.

Iniciaremos demonstrando o movimento da produção social na gênese do ser social como ato histórico fundante desta nova forma do ser: o ser social. Explicaremos primeiramente esse processo de forma abstrata, utilizando as contribuições de Lukács (2012; 2013). E, em seguida, mostraremos esse processo de forma concreta a partir das contribuições de Engels (1986) e Rumiantsev (1980). Neste caso, nossa análise será desenvolvida a partir do momento histórico denominado por Engels de economia de apropriação.

Mesmo sendo a produção social o momento fundante do ser social, sem o desdobramento de outras totalidades, como o consumo social, certamente a passagem da forma do ser orgânico ao ser social não teria se efetivado sem a primeira. Além disso, o momento ideal, ou seja, papel da consciência foi fundamental neste processo de mediação à forma do ser social.

Em seguida, apresentaremos o papel da produção social agindo como uma protoforma de outras totalidades do ser social: a distribuição e o consumo. Demonstraremos como a produção se tornou o modelo das demais totalidades sociais no período denominado por Engels de economia de reprodução. Mostraremos como a relação de correspondência recíproca entre a produção, a distribuição e o consumo forma uma totalidade de totalidades: o modo de produção da comunidade primitiva.

Num primeiro momento, a produção social determina materialmente as demais totalidades na medida em que ela produziu os materiais sob os quais tais totalidades foram fundadas, criadas. O que demonstra a dependência ontológica das totalidades sociais à totalidade da produção social.

Embora elas tenham sido fundadas pela produção social tais totalidades são chamadas a exercer uma função social diferente daquela da produção social. Elas conseguem exercerem uma certa especificidade no ser social na medida em que se afastam da produção social. Sem esta especificidade das totalidades sociais, a produção social não se realizaria. Se o consumo fosse igual à produção, o material produzido pela produção social não se realizaria, não seria consumido.

Nesse distanciamento, sob uma relativa autonomia, tais totalidades exercem sobre a produção social diferentes determinações. Nesse segundo momento, podemos afirmar que as demais totalidades sociais acabam por revolucionar a produção social. No entanto, em última instância, todas as totalidades (produção, distribuição e consumo) são determinadas pela totalidade social, neste caso, o modo de produção da comunidade primitiva.

Nesse processo de reprodução da produção social, o momento ideal tornou-se fundamental para a realização da produção social. Sem a consciência do real processo de reciprocidade entre as totalidades, a existência humana não teria se processualizado. Diferente do momento da transição da forma orgânica à forma social do ser, neste momento de reprodução do ser social, o momento ideal tornou-se mais complexo e desenvolvido manifestado no processo maior da produção de ideias.

De qualquer maneira, o que se observa não é uma relação de determinismo entre as totalidades ou entre estas e a totalidade social, mas uma relação de determinações recíprocas diferentes.

Finalmente, apresentaremos o caráter de transição da produção social no processo de afastamento do ser social das barreiras naturais. Demonstraremos que o excedente e a formação da propriedade privada tiveram como base objetiva a produção social. Embora a transição tenha iniciado na produção social, tal processo somente se realizou na medida em que ele se efetivou em todas as totalidades sociais com consequências ontológicas para todo o ser social. Portanto, além da produção social, a distribuição, a circulação e o consumo exerceram determinações específicas no processo de formação da propriedade privada e consequente afastamento do ser social das barreiras naturais. Esse processo de transição também dependeu de um conjunto de ideias que permitiram sua operacionalização. Neste momento de formação da propriedade privada, formas de consciência surgiram para justificar à apropriação privada dos bens materiais.

3.1 A produção social como mediação entre a forma orgânica e social do ser

Antes de fazermos a exposição concreta da gênese do ser social, faremos uma breve abstração do papel da produção social como mediação entre as formas do ser orgânico e social.

O ser social tem sua gênese no ato da produção social cuja base objetiva é o ser orgânico e inorgânico da natureza. Nesta, existe um movimento cuja dialética é muda, sem consciência. Podemos dizer que há um movimento histórico no ser orgânico, no entanto este movimento é mudo. A processualidade do ser orgânico é posta em movimento por uma continuidade puramente objetiva, em si:

A continuidade é por natureza, traço essencial de todo ser. Contudo, na natureza orgânica – contrastando agora apenas a esfera do ser mais próximo com o ser social -, a continuidade existe de modo puramente objetivo, meramente em si na forma da reprodução filogenética. (LUKÁCS, 2013, p. 206)

Por essa razão, o momento predominante do ser orgânico é a reprodução de si mesmo: “a reprodução biológica dos seres vivos na natureza orgânica é, por excelência, idêntica ao processo do seu ser” (LUKÁCS, 2013, p. 201). Isto é, há uma identidade entre a reprodução biológica e o processo do ser orgânico. É um ser carente de ideal. Sua processualidade ocorre biologicamente, sem previdação.

A reprodução que ocorre na natureza orgânica é a do ser vivo singular, que, no entanto, sempre coincide de modo imediato com a reprodução filogenética. A mudez do gênero funda-se precisamente nessa identidade imediata. (LUKÁCS, 2013, p. 202)

Não há produção social no ser orgânico da natureza. Os animais se relacionam com os objetos da natureza por meio do impulso: “a relação entre objeto e o impulso, nessa fase, é habitualmente constante, de modo que o impulso pode manter, no todo ou pelo menos de modo predominante, seu caráter natural de instinto” (LUKÁCS, 2012, p. 333). Desse modo, a apropriação e o consumo nos seres orgânicos ocorrem de forma instintiva e biológica, sem finalidade projetada.

A partir do ser orgânico, desenvolve-se um novo tipo de ser, ontologicamente diferente daquele, mas inseparável dele: o ser social.

Este desenvolvimento foi processual e ocorreu graças ao ato histórico da produção social. Determinada espécie do reino animal rompeu, saltou as barreiras, os limites da processualidade orgânica. Esta ruptura ou salto foi resultado de uma processualidade de incessantes movimentos que, historicamente, caracterizavam uma nova forma de relacionamento desta espécie com a natureza. Aos poucos, esses movimentos superaram a relação imediata, biológica, fazendo surgir uma nova relação mediada entre os homens e a natureza. Essa mediação foi realizada pela produção social. Por ela, estava estabelecida a essência ontológica e o momento predominante do ser social: a produção social do novo.

A produção social dos bens materiais, enquanto primeiro ato histórico dos homens, é a base objetiva da atividade vital dos seres humanos.

La producción de bienes materiales es la base de la vida de la sociedad. Marx y Engels señalaban que el primer hecho histórico era la producción de medios indispensables para satisfacer las demandas de los hombres, es decir, la producción de la vida material misma.⁹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 4)

Na investigação da gênese do ser social, Marx atribui à produção social¹⁰ um papel central na gênese e no desenvolvimento do ser social.

⁹ A produção de bens materiais é a base da vida da sociedade. Marx e Engels afirmavam que o primeiro ato histórico era a produção dos meios indispensáveis para satisfazer as demandas dos homens, ou seja, a produção da própria vida material. (Tradução livre do autor)

¹⁰ Para a economia política, o ser social é uma totalidade de totalidades. Na forma histórica mais primitiva do ser social, o modo de produção da comunidade primitiva, havia essencialmente duas totalidades: a produção e o consumo. Na medida em que o ser social se explicitou, tornando-se cada vez mais social, desenvolveram-se nele outras totalidades. O modo de produção capitalista, como a forma mais desenvolvida do ser social, é constituído das totalidades: produção, distribuição, circulação (troca) e consumo. Seja qual for a forma histórica do ser social, a totalidade da produção tem prioridade ontológica sobre as demais totalidades. Por ela, podemos reproduzir idealmente o movimento real do ser social. No entanto, para a produção se realizar ela necessita da

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção própria da vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos” (MARX e ENGELS, 2009, p.40).

A produção social dos bens materiais é a base objetiva da atividade vital dos homens, pois nela há um caráter de transição, mediação, por ela há uma passagem, um “salto ontológico” (LUKÁCS, 2013) da forma de ser orgânico à forma de ser social.

Embora haja um salto qualitativo, o ser social continua mantendo uma relação de dependência ontológica com a natureza inorgânica e orgânica:

O ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui. (LUKÁCS, 2012, p. 286)

O ser orgânico da natureza continua sendo a base indelével do ser social: “como o ser social surgiu da natureza orgânica, ele forçosamente preserva as características ontológicas constantes da sua origem” (LUKÁCS, 2013, p. 201). A produção social pressupõe a relação entre as forças produtivas e as relações de produção. As forças produtivas têm uma base no ser orgânico e inorgânico da natureza: a força do braço, o boi, a pedra, o machado, etc. As relações de produção também decorrem de relações entre seres orgânicos: o homem é também um animal natural, orgânico. Por essa razão, o ser social tem uma dependência ontológica ao ser orgânico e inorgânico da natureza.

No salto operado pela produção social, há continuidade e descontinuidade na relação entre as formas do ser orgânico e social. Através da produção social, garantiu-se a “relação ontológica entre natureza e sociedade” (LUKÁCS, 2012, p. 288). O homem é uma síntese da natureza e da sociedade:

O homem certamente permanece irrevogavelmente um ser vivo biologicamente determinado, compartilhando o ciclo necessário de tal ser (nascimento, crescimento, morte), mas modifica radicalmente o caráter de sua inter-relação com o meio ambiente, pelo fato de surgir, através do pôr teleológico do trabalho, uma interferência ativa no meio ambiente, pelo fato de, através desse pôr, o meio ambiente ser submetido a transformações de modo consciente e intencional. (LUKÁCS, 2013, p. 203)

efetivação das demais totalidades sociais. Por essa razão, a produção é, ontologicamente, social. A produção social compreende o processo do trabalho. Ela é a síntese dialética do desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção (MARX, 1982); o trabalho, segundo Lukács (2013), é a síntese dialética entre teleologia e causalidade.

A produção social representa continuidade na medida em que conserva a base ontológica do ser orgânico: “as categorias e as leis da natureza, tanto orgânica quanto inorgânica, constituem uma base em última instância (no sentido da modificação fundamental da sua essência) irrevogável das categorias sociais” (LUKÁCS, 2012, p. 288). De fato, “o homem certamente permanece irrevogavelmente um ser vivo biologicamente determinado, compartilhando o ciclo necessário de tal ser (nascimento, crescimento, morte)” (LUKÁCS, 2013, p. 203).

Ao mesmo tempo em que apresenta a continuidade, a produção social representa descontinuidade na medida em que faz nascer um novo tipo de ser, o ser social, com características ontologicamente diferentes do ser orgânico: “mesmo quando o objeto da natureza parece permanecer imediatamente natural, sua função de valor de uso já é algo qualitativamente novo em relação à natureza” (LUKÁCS, 2012, p. 288).

A partir da produção social, as forças naturais tornaram-se produtivas, sociais: o braço, a mão, deixaram de ser apenas órgãos naturais e assumiram um caráter social. Não é exagero afirmar que a produção social criou o homem enquanto animal humano, social, e por isso, produtivo. Mas não é somente isso; a partir da produção social o relacionamento entre determinados seres orgânicos se transformou em relações de produção, cuja objetividade foi o novo, o mais social. Pela produção social o homem foi posto na sociedade como um animal produtivo.

Em tudo isso, torna-se manifesto um dado ontológico fundamental do ser social: o homem como ser vivo não só biológico, mas ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo social, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem mesmo consigo como ser vivo biológico, mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo medium da sociedade. (LUKÁCS, 2013, p. 204)

Como mediação entre o homem e a natureza, a produção social rompeu a relação imediata e muda, própria do ser orgânico. Por meio dela, ocorreu o desenvolvimento da humanização do homem, da generidade humana.

A produção social compreende a relação, a síntese entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Por ela, ocorreram, ao mesmo tempo, a produção dos bens materiais e a reprodução do próprio homem:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do homem próprio, a continuação da espécie. (ENGELS, 1986, p.34)

A produção social opera uma dupla transformação em que, ao passo que transforma os objetos da natureza em produtos próprios à especificidade humana, opera uma transformação no próprio homem:

o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes e sujeita as forças da natureza a seu próprio domínio. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. (LUKÁCS, 2012, p. 286)

Assim, através da produção social, gênero e generidade humana foram postos em constante movimento de progressivo prosseguimento social.

A produção social dos bens materiais é a essência ontológica que diferencia o homem dos diferentes animais. Somente os homens, através da produção social, produzem sua própria existência. Através dela, os homens romperam a processualidade muda que caracteriza o ser orgânico.

Através do salto efetivado pela produção social, o homem deixou de ser um animal mudo para tornar-se um ser consciente, um ser-para-si.

Implica a importantíssima transformação desse ser-em-si num ser-para-si e, portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios. (LUKÁCS, 2012, p. 287)

Depois desta breve conceituação da produção social enquanto mediadora entre as formas do ser orgânico e social, faremos a exposição histórica de como o ser social se processualizou a partir da produção social.

Em linhas gerais, apresentaremos o modo de produção da comunidade primitiva como a primeira forma histórica do ser social. A explicitação histórica precisa do processo que marcou a passagem do ser orgânico ao ser social é uma atividade quase impossível dado a distância que nos encontramos da processualidade que fundou a sociedade humana. Apenas em linhas gerais iremos fazer a explicitação histórica. Para isso nos apoiaremos, fundamentalmente nas contribuições de Engels (1986).

A produção social fez surgir, por meio de seu caráter de mediação, um novo tipo de ser a partir de uma base orgânica: a sociedade humana, cuja gênese ocorreu há mais de

dois milhões de anos “según datos modernos de la arqueologia y la antropologia.”¹¹ (RUMIANTISEV, 1980, p. 37). Desse modo, teve-se o início da

infância do gênero humano. Os homens permaneciam, ainda, nos bosques tropicais ou subtropicais e viviam, pelo menos parcialmente, nas árvores; só isso explica que continuassem a existir no meio das grandes feras selvagens. Os frutos, as nozes e as raízes serviam de alimento; o principal progresso desse período é a formação da linguagem articulada. Nenhum dos povos conhecidos no período histórico estava nessa fase primitiva de evolução. E, embora esse período tenha durado, provavelmente, muitos milênios, não podemos demonstrar a sua existência baseando-nos em testemunhos diretos; mas, se admitimos que o homem procede do reino animal, devemos aceitar, necessariamente, esse estado transitório. (ENGELS, 1986, p. 55)

Esse estado transitório mencionado por Engels se tornou a base para o desenvolvimento da sociedade primitiva, sendo o ponto de partida da superação da sociedade humana sobre o ser orgânico.

A passagem do ser orgânico à sociedade humana por meio da produção social somente foi possível por causa da constituição ontológica da produção social: a relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Esses elementos constitutivos da produção social permitiram que ela se tornasse a passagem entre estas formas de ser: a natureza e a sociedade humana. Os elementos da produção social são uma síntese destas duas formas de ser.

O salto ontológico operado pela produção social fez surgir a sociedade humana. Apesar do salto, a sociedade humana continuou mantendo uma dependência ontológica com a natureza. Essa dependência se expressa na relação de continuidade e descontinuidade entre a sociedade humana e a natureza. Em função de seus elementos constitutivos, a produção é a totalidade social que garante tal relação de continuidade e descontinuidade entre as formas de ser.

A sociedade humana, através da produção social, terá sempre como base objetiva a natureza orgânica e inorgânica. Tanto as forças produtivas, quanto as relações de produção que surgiram no início da sociedade humana, tinham e sempre terão uma base na natureza orgânica e inorgânica: o animal, a pedra, etc.

A sociedade humana, ao mesmo tempo, passou a se diferenciar do ser da natureza. Através da produção social, o braço, por exemplo, além de ser um elemento da natureza orgânica tornou-se uma força produtiva, um objeto social. Por meio da produção social, os

¹¹ De acordo com dados modernos da arqueologia e da antropologia. (Tradução livre do autor).

homens passaram a dar finalidades prévias para os elementos da natureza. Diferente de todos os outros animais, os homens tiveram a capacidade de dar uma prévia finalidade para os elementos da natureza. Antes de realizarem objetivações, os homens primeiramente elaboravam estas objetivações em suas consciências. Nesse sentido, a consciência ocupou lugar preponderante neste processo de mediação da forma orgânica à forma social do ser.

Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1985, p. 149)

Por esta razão, o resultado da produção social se objetivava no novo e no mais social. Nesse sentido, através da produção social, a sociedade humana representava descontinuidade em relação ao ser da natureza orgânica e inorgânica. A produção social feita mediante a coleta já se mostrava um processo bem mais elaborado do que a coleta realizada por outros animais. Por ela, os homens coletavam mais frutos e de forma mais variadas em relação aos outros animais. Os braços dos homens tornaram-se forças produtivas através dos quais eles coletavam mais do que o necessário para a sua reprodução.

O estado primitivo desta primeira forma da sociedade humana não lhe tira o caráter de totalidade. Ela nasce como uma totalidade de totalidades. Junto com a produção social desdobrou-se na sociedade humana outras totalidades, como a do consumo. A alimentação pressupunha as consequências ontológicas da produção social. Os homens passaram a diferenciar-se dos outros animais no processo alimentício. A produção social transformou o consumo orgânico num consumo social. A mão, a boca, etc, aos poucos foram ganhando um caráter social.

No entanto a produção social apesar de exercer uma determinação material sobre a totalidade do consumo, mantinha uma relação de dependência ontológica com ele. Sem o consumo social a totalidade da produção não havia se realizado. Neste estágio da sociedade humana já se pressupunha um consumo social. Podemos afirmar que, em sua autonomia relativa, a totalidade do consumo de certa maneira determinava idealmente a totalidade da produção. É verdade, no entanto, que neste período, dado o caráter predominantemente orgânico do homem, o momento ideal exercia pouca influência sobre a produção social.

Todavia, não se pode negar, a existência do momento ideal influenciando o processo de luta dos homens para produzirem sua existência. Nesse sentido, podemos afirmar

que o consumo determinava idealmente a produção influenciando os homens a produzirem alimentos mais adequados ao consumo.

Com o desenvolvimento da produção social, a sociedade humana aos poucos foi se afastando da natureza inorgânica e orgânica, tornando-se uma totalidade de totalidades cada vez mais social. Podemos dizer que, através da produção social, foi aberto o caminho histórico da sociedade humana. Ela foi posta em movimento pelo desenvolvimento da produção social.

Conforme Engels (1986), o desenvolvimento da produção social no modo de produção da comunidade primitiva compreendeu dois períodos: o da economia de apropriação e o da economia de reprodução.

A respeito do período da economia de apropriação, é possível afirmar que o homem:

procuraba los medios de subsistencia mediante la recolección y la caza [...].En determinada etapa del desarrollo de la economía de apropiación, los hombres aprendieron a confeccionar instrumentos de trabajo compuesto, integrados por distintos materiales: piedra y madera, madera y hueso. Por ejemplo el hacha de la piedra era una piedra toscamente labrada sujeta a un mango de madera, la lanza de madera llevaba una punta de piedra de los instrumentos de trabajo llevó al invento del arco y la flecha. (RUMIANTISEV, 1980, p. 38)¹²

Neste estágio inicial do desenvolvimento da sociedade humana, a relação entre as forças produtivas e as relações de produção era pouco desenvolvida. Os homens eram predominantemente seres orgânicos. Tanto as forças produtivas quanto as relações de produção eram marcadas pelas forças da natureza inorgânica e orgânica. Tratava-se do início do estabelecimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Por esta razão, a produção e a reprodução da existência deles eram baseadas na coleta de alimentos que a própria natureza lhes oferecia.

No entanto, já neste estágio, ocorre a produção social. Ela pressupõe uma relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Neste estágio, embora frágil, esta relação já havia sido estabelecida. O período da economia de apropriação já demonstra que a relação entre as forças produtivas e as relações de produção já havia sido estabelecida na sociedade humana, pois os homens já se diferenciavam dos demais animais no processo de coleta dos alimentos.

¹² Procurava os meios de subsistência mediante a coleta e a caça.[...] Em um certo estágio de desenvolvimento da economia de apropriação, os homens aprenderam a fazer instrumentos de trabalho compostos, constituídos de diferentes materiais : madeira e pedra, madeira e osso. Por exemplo, o machado era uma pedra rústica ligada a uma pedra com punho de madeira, a lança de madeira com pontas de pedra trabalhadas levou à invenção do arco e flecha. (tradução livre do autor)

Essa diferença era decorrente da nova relação que foi estabelecida entre eles e a natureza, garantida através da produção social. Com o salto, mediado pela produção social, os homens passaram a dar finalidades próprias para a natureza orgânica e inorgânica. Seus braços, por exemplo, deixaram se der órgãos naturais e se tornaram força produtiva. Com isto, a coleta se tornou um processo produtivo. Diferentemente do que ocorria entre os outros animais, o processo produtivo da coleta de alimentos resultava sempre em mais do que era necessário para eles sobreviverem. Além disso, através deste processo produtivo cada vez mais novos e diferentes alimentos eram coletados. Aos poucos, a coleta orgânica e biológica, foi se transformando numa coleta social. Deixou se ser um movimento mudo, em si, para se tornar um processo produtivo, com finalidades previamente definidas.

Aos poucos o processo produtivo - a relação entre as forças produtivas e as relações de produção - foi se desenvolvendo e com ele a sociedade humana se desenvolveu.

Novas forças produtivas foram desenvolvidas para atender as necessidades humanas. Os braços já não eram suficientes no processo da coleta. Aos poucos os homens desenvolveram o machado, a flecha. Através do processo produtivo da coleta, os homens transformaram os objetos da natureza em objetos de produtivos, atribuindo-lhes novas finalidades.

Os toscos instrumentos de pedra sem polimento da primitiva Idade da Pedra, conhecidos com o nome de paleolíticos, pertencem todos, ou, pelo menos a sua maioria, a esse período [...] começa com a invenção do arco e da flecha, graças aos quais os animais caçados vêm a ser um alimento regular e a caça uma das ocupações normais e costumeiras. O arco, a corda e a seta já constituam um instrumento bastante complexo, cuja invenção pressupõe larga experiência acumulada e faculdades mentais desenvolvidas, bem como o conhecimento simultâneo de diversas outras invenções. (ENGELS, 1986, p. 57)

Além da confecção de instrumentos de trabalho composto, a exemplo do machado, a produção social pôs em movimento o fogo e, seu uso, trouxe consequências diretas para a explicitação do ser social:

El hombre aprendió a hacer fuego mediante la fricción mucho más tarde, a fines del paleolítico temprano. Esto le brindó grandes perspectivas para el fomento de la producción. La conquista del fuego y la utilización de sus cualidades útiles figuran entre los mayores descubrimientos de la humanidad hasta nuestros días.¹³ (RUMIANTSEV, 1980, p. 38)

¹³ Homem aprendeu a fazer fogo por fricção muito mais tarde, no final do paleolítico. Isto deu grandes perspectivas para o desenvolvimento da produção. A conquista de fogo e o uso de suas qualidades úteis estão entre as maiores descobertas da humanidade até nossos dias. (Tradução livre do autor)

O fogo revolucionou inclusive sua alimentação e sua relação com o meio, tornando os homens mais independentes do clima e da localidade.

Começa com o emprego dos peixes (incluímos aqui também os crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos) na alimentação e com o uso do fogo. Os dois fenômenos são complementares, porque o peixe só pode ser plenamente empregado como alimento graças ao fogo. Com esta nova alimentação, porém, os homens fizeram-se independentes do clima e da localidade; seguindo o curso dos rios e as costas dos mares, puderam, ainda no estado selvagem, espalhar-se sobre a maior parte da superfície da Terra. (ENGELS, 1986, p. 56)

Mesmo diante destes instrumentos de trabalho, as forças produtivas no período da produção por apropriação encontravam-se em baixo desenvolvimento. Para produzirem os bens materiais necessários à sua existência, os homens contavam com um conjunto de forças produtivas restrito e de pouco desenvolvidas: o machado, a lança, etc. Nestas condições objetivas:

A divisão está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento de barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resolvida e pura do ser social, expressa-se sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel preponderante nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários. (LUKÁCS, 2013, 162)

Por conta do baixo desenvolvimento das forças produtivas a divisão do trabalho era baseada em condições biológicas, e somente com o desenvolvimento dessas forças produtivas, essa divisão foi sendo determinada socialmente.

Decorria daí, também, que as relações de produção eram simples, sendo estabelecidas pela necessidade da apropriação coletiva dos produtos que a própria natureza lhes oferecia:

la forma determinante de expresión de las relaciones de producción en cualquier formación socioeconómica son las relaciones de propiedad sobre los medios de producción. En la sociedad primitiva, esa forma eran las relaciones de propiedad colectiva, que se extendían al medio de producción fundamental¹⁴ (RUMIANTSEV, 1980, p. 41).

As relações de produção, em essência, são relações de propriedade. Nas comunidades primitivas as relações de propriedade eram determinadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, como também por laços de parentesco. Estas condições objetivas faziam com que a divisão tivesse um caráter iminente biológico.

¹⁴ A forma determinante de expressão das relações de produção em qualquer formação sócioeconômica são as relações de propriedade sobre os meios de produção. Na sociedade primitiva, essa forma eram as relações de propriedade coletiva, estendendo-se ao meio de produção fundamental. (Tradução livre do autor)

Neste estágio de desenvolvimento da comunidade primitiva, a linha do parentesco era contada pela via materna; isto tornava decisivo o papel das mulheres na organização das relações de produção. Numerosa, a comunidade primitiva era composta de parentes:

que procedían de un mismo progenitor, y de personas procedentes de otros grupos, pero que habían contraído matrimonio con miembros de dicha comunidad, ya que, con arreglo a la costumbre establecida no se admitían matrimonios de parientes cercanos. Visto que, en la vida económica de las comunidades gentilicias tempranas, el papel decisivo correspondía a la mujer, el parentesco se computaba por línea materna. ¹⁵ (RUMIANTISEV, 1980, p.41)

Por um longo período a produção social manteve-se sobre esta base objetiva. Esta situação garantia uma relação de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção.

Como decorrência desta relação de correspondência, a produção social era:

colectivo y revertía la forma de cooperacion simple. Esta última se asentaba en la necesidad natural de actividad laboral conjunta y organizada para apropiarse de los productos hechos de la naturaleza de que necesitaban todos los miembros de colectividad primitiva y, consiguientemente, en la posesión en común de las condiciones de producción. ¹⁶ (RUMIANTISEV, 1980, p. 39)

Nestas condições objetivas, a produção social revestia-se de um caráter diretamente social tornando a organização das comunidades baseada num estilo mais ou menos comunista:

“la propiedad colectiva sobre los medios de producción y el trabajo en común, que no conocía la explotación del hombre por el hombre, para la producción (obtención) de productos hechos de la naturaleza y para su consumo en común engendraron la forma primitiva de regulación de la vida económica de la comunidad primitiva. ¹⁷ (RUMIANTISEV, 1980, p. 43)

Determinada por estas circunstâncias sociais, a produção social em seu sentido originário e restrito, produzia valores de uso.

¹⁵ Consistiu de parentes que vieram do mesmo progenitor, e pessoas de outros grupos, mas que tinham contraído matrimônio com membros dessa comunidade, uma vez que, de acordo com o costume, não se admitiam os casamentos estabelecidos entre parentes próximos. Tendo em conta que, na vida econômica das comunidades gentílicas, o papel decisivo pertencia à mulher, o parentesco era computado por linha materna. (Tradução livre do autor)

¹⁶ Coletiva e tomou a forma de cooperação simples. Esta última foi baseada na necessidade natural para a atividade de trabalho conjunto e organizado para apropriar-se dos produtos feitos a partir da natureza de que necessitavam todos os membros da comunidade primitiva e conseqüentemente de posse comum das condições de produção. (tradução livre do autor)

¹⁷ A propriedade coletiva estava acima dos meios de produção e do trabalho em comum, que não conhecia a exploração do homem pelo homem, para a produção/obtenção de produtos vindos da natureza e para o consumo em comum que gerou a forma primitiva de regulamentação da vida econômica da comunidade primitiva. (Tradução livre do autor)

Não nos deve escandalizar a utilização da expressão valor de uso, considerando-a um termo muito econômico, uma vez que se está falando da gênese. Enquanto não tiver entrado numa de reflexão com o valor de troca, o que somente pode acontecer num estágio relativamente muito elevado, o valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução de sua existência (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Nas comunidades primitivas, a produção social se objetiva na forma de valores de uso. Tratava-se de um processo transparente, efetivado por produtores livres. O resultado deste processo, o produto do trabalho, pertencia-lhes, era uma extensão da vida deles. A produção social, assim, é “o fogo vivo, criador [...]. No processo de produção simples – sem levar em conta o processo de valorização, a transitoriedade da forma das coisas se emprega para pôr a sua utilidade” (MARX, 2011, p. 273)

Os complexos da distribuição e do consumo irão pressupor todas as consequências ontológicas desta forma de produção social coletiva:

Los resultados del trabajo conjunto y regulado por la comunidad eran, naturalmente, propiedad de toda la colectividad primitiva. Todos los alimentos obtenidos se distribuían entre los miembros de la comunidad. La obtención de alimento iba unida a muchas dificultades y no siempre daba el resultado apetecido. Y los medios de subsistencia eran necesarios para todos los miembros de la comunidad, para asegurar la actividad vital de toda la colectividad. Así se explica que la distribución fuese igualitaria en su base. La finalidad objetiva de esa producción era la satisfacción de las necesidades vitales de todos los miembros de la comunidad, y el medio de lograrla, el trabajo colectivo.¹⁸ (RUMIANTISEV, 1980, p. 43)

A sociedade humana, neste período, é posta em movimento pela lei da produção comunal e de seu desenvolvimento, mantendo-se em seu movimento uma unidade e correspondência entre as totalidades sociais (a produção e o consumo):

en la etapa de la economía de apropiación, cada colectividad primitiva era una unidad económica independiente, que satisfacía sus demandas a cuenta de la recolección (incluida la caza) de productos hechos de la naturaleza dentro de los límites de su área “de nutrición” en virtud de la especialización productiva de las comunidades, la economía de éstas pierde su carácter relativamente estanco.¹⁹ (RUMIANTISEV, 1980, p. 46)

¹⁸ Os resultados do trabalho conjunto e regulado pela comunidade eram naturalmente propriedade de toda a comunidade primitiva. Todos os alimentos obtidos eram distribuídos entre os membros da comunidade. A obtenção de alimentos estava ligada a muitas dificuldades e nem sempre davam o resultado desejado. E os meios de subsistência eram necessários para todos os membros da comunidade para garantir a atividade vital de toda a comunidade. Isto explica que a distribuição fosse igualitária em sua base. O objetivo desta produção foi a satisfação de necessidades vitais de todos os membros da comunidade, e os meios de alcançá-la, o trabalho coletivo. (Tradução livre do autor)

¹⁹ Na fase da economia de apropriação, cada comunidade primitiva era uma unidade econômica autônoma, que satisfazia as suas exigências por conta de coleta (incluindo a caça). Os produtos feitos pela natureza dentro dos limites da sua área "nutrição" em virtude da especialização produtiva das comunidades, a economia destas perde relativamente seu caráter. (Tradução livre do autor)

Esta relação de correspondência recíproca entre as totalidades sociais somente se realizava na medida em que um conjunto de ideias se efetivam justificando a existência real daquela forma de economia de apropriação.

Por um longo período a economia de apropriação foi a base objetiva da produção e reprodução dos homens. Este período marcou a passagem da forma de ser orgânica à sociedade humana. Aos poucos, os homens foram se afastando das barreiras naturais. Através da produção social eles produziram os primeiros objetos de trabalho. Por ela também os homens se reproduziam como cada vez mais social. Seja como for,

[...] esta primitivísima antigüedad será siempre, ocurra lo que ocurra, una época histórica del máximo interés para todas las futuras generaciones, ya que constituye la base de todo desarrollo ulterior más elevado, habiendo tenido por punto de arranque la sobreposición del hombre al reino animal y teniendo por contenido la superación de dificultades tales, como jamás volverán a interponerse ante el hombre asociado del futuro²⁰ (RUMIÁNTSEV, 1980, p.37).

Com o desenvolvimento da comunidade primitiva, no período da economia de apropriação, inicia-se um processo de contradição antagônico entre as necessidades vitais dos homens e o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Esse antagonismo forçou o desenvolvimento das forças produtivas: “al resolverse esa contradicción se desarrollaron las fuerzas productivas de la sociedad primitiva. Su progreso dio lugar a un nuevo tipo de economía: la economía de reproducción”²¹ (RUMIANTISEV, 1980, p.44).

Com esta forma de economia, a sociedade primitiva prossegue em seu desenvolvimento social, mantendo-se por um longo tempo, uma relação de correspondência unitária entre as forças produtivas e as relações de produção.

Demonstraremos a seguir como a produção social, nesta fase de desenvolvimento da sociedade primitiva, tornou-se protótipo para as demais totalidades sociais: a distribuição e o consumo.

3.2 A produção de valores de uso como protoforma e a comunidade primitiva

²⁰ Esta Antiguidade primitiva será sempre, aconteça o que acontecer , uma época histórica de grande interesse para todas as gerações futuras , uma vez que constitui a base de todo o desenvolvimento posterior, tendo sido o ponto de partida para a sobreposição do homem ao reino animal e tendo o conteúdo da superação de tais dificuldades , como nunca mais voltará a interpor-se. (Tradução livre do autor)

²¹ Ao resolver esta contradição desenvolveram-se as forças produtivas da sociedade primitiva. O seu progresso conduziu a um novo tipo de economia: a economia de reprodução. (Tradução livre do autor)

Explanamos anteriormente, o papel da produção social no processo de transição da forma do ser orgânico ao ser social. Primeiro fizemos uma demonstração abstrata para depois demonstrarmos concretamente como se deu o processo de gênese da sociedade humana.

A produção social se constitui da relação ontológica entre dois momentos: as forças produtivas, ou momento real e as relações de produção, ou momento ideal. Esta constituição ontológica tornou a produção social, além de mediadora das formas do ser, uma protoforma das demais totalidades da sociedade humana: a distribuição, o consumo.

Em seguida, apresentaremos, de forma abstrata, como a produção torna-se o modelo das demais totalidades sociais.

Concomitante à produção, outras totalidades são desdobrados no ser social, como a distribuição e o consumo. Cada uma destas totalidades são momentos singulares do ser social, tornando-o uma unidade de diversidades. O ser social já nasce como uma totalidade de totalidades cuja “reprodução se encontra em variada e multifacetada interação com o processo de reprodução dos complexos parciais relativamente autônomos, sendo que à totalidade, no entanto, cabe uma influência predominante no âmbito dessas interações” (LUKÁCS, 2013, p. 278).

Se faz mister a observação de que sem a realização dos outros momentos, não haveria a reprodução do ser social. Isto é, mesmo sendo o momento predominante, simultaneamente à produção social desdobram-se outras totalidades necessárias à reprodução do ser social.

Muito embora a produção social seja o momento predominante, ela é socialmente determinada pela totalidade do ser social.

De fato, nunca encontramos um homem só, para o qual a produção significaria um primeiro ato anterior a toda distribuição ou intercâmbio – isto é, anterior a sociedade, seja a família, o clã, a tribo. O homem sempre forma parte de um todo maior [...] Vale dizer: a produção sempre está socialmente determinada; ou de outra forma: toda produção recebe em seus momentos constitutivos a marca real da sociedade (DUSSEL, 2012, p. 32).

Já falamos que a totalidade da produção tem um lugar privilegiado na constituição do ser social. Ela é a categoria fundante do ser social. Isto se deve ao fato de que a produção, enquanto uma totalidade, é constituída de dois momentos que se efetivam simultaneamente: um ideal e outro real, respectivamente, as relações de produção e as forças produtivas. O resultado desta relação entre estes dois momentos pressupõe subjetividade e objetividade, formando um ser social, homem e gênero, ao mesmo tempo.

A produção social é uma continuação dos elementos ontológicos do ser orgânico e ao mesmo tempo uma descontinuidade na medida em que produz um novo ser ontologicamente diferente do ser orgânico. Esta especificidade da produção social lhe assegura acento privilegiado na constituição do ser social.

Tanto na gênese do ser social, quanto nas suas formas mais desenvolvidas em que o momento do ideal passa a predominar, à semelhança do que ocorre na sociedade capitalista, a produção sempre irá ocupar a centralidade no ser social. Esta especificidade ontológica é própria da produção social. Já as totalidades da distribuição e do consumo social são constituídas diferentemente e são ontologicamente consequência da produção social. Por estas razões têm um acento não centralizado no ser social, embora ontologicamente não sejam menos importantes.

Estes dois momentos ontológicos da produção social tornaram-lhe a protoforma, isto é, o modelo das demais totalidades do ser social. O momento ideal e real, resultado da produção material irá determinar a totalidade da distribuição e do consumo. Por exemplo, os homens consomem os bens materiais resultado da produção social. A produção social além de produzir o “material” para o consumo, determina também a forma como este material deve ser consumido. A distribuição ou o consumo jamais poderiam fundar o ser social, dados os seus elementos ontológicos constitutivos que são de natureza diversa, além disso, estas totalidades pressupõem as consequências ontológicas da produção social, e não o contrário. A produção social é a *δυναμις*²² que detona o ser social, tornando-o cada vez mais complexo e desenvolvido. Assim, a explicitação social é decorrente dela.

No entanto, mesmo gozando de lugar privilegiado, a produção social mantém uma relação de dependência recíproca com as demais totalidades sociais, a distribuição e o consumo. Como um desdobramento do ser social, consuma-se nela a generalização do ser social. Ela se realiza como produção social na medida em que, simultaneamente efetua-se a processualidade das demais totalidades sociais: a distribuição e o consumo. Ela somente é produção social porque existe um consumo e uma distribuição social. Sem a efetivação de uma distribuição e de um consumo social, a produção social não se realizava. Não seria uma produção social.

No ser social, há uma unidade processual entre suas totalidades que se mantêm através de uma dependência ontológica recíproca entre elas:

²² Palavra grega que significa "poder" ou "força". É a raiz das palavras "dinâmico", "dinamite", e "dínamo" com sentido de energia constante, potência.

Todos os complexos do ser social e, mesmo que isso não se manifeste em outros complexos de modo tão marcante, reiteradamente surgem sobreposições de diferentes complexos, interpenetração de um pelo outro, etc., (LUKÁCS, 2013, p. 251).

Essa dependência mútua entre as totalidades não anula a especificidade e autonomia ontológica de cada uma delas: “a autonomia – ainda que relativa – e a legalidade própria, a determinabilidade precisa do complexo individual, jamais se tornam questionáveis” (LUKÁCS, 2013, p. 251).

A produção social é o momento predominante do ser social, a ela todas as totalidades mantêm uma relação de dependência ontológica. No entanto, cada totalidade processualiza-se no ser social mantendo certa autonomia relativa em relação à produção social.

Não obstante toda a dependência última dos diversos complexos sociais em relação à economia enquanto reprodução primordial da vida humana, nenhum complexo poderia subsistir nem funcionar utilmente se não formasse em si mesmo os seus princípios e métodos específicos de ação, de organização etc. (LUKÁCS, 2013, p. 260).

São por estas razões que Marx oferece à produção social uma importância devida na história do ser social: “a primeira coisa a fazer em qualquer concepção da história é observar esse fato fundamental em todo o seu significado e em toda a sua extensão e atribuir-lhe a importância que lhe é devida” (MARX e ENGELS, 2009, p.41). É pela análise dela que se tem uma apreensão ontológica das categorias específicas do ser social:

Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p.41)

Depois desta abstração da produção social enquanto protoforma do ser social, iremos demonstrar como a produção social torna-se protoforma das demais totalidades na comunidade primitiva no contexto histórico da economia por reprodução.

Apresentamos, em linhas gerais, o movimento da produção social e sua relação de interdependência ontológica com os demais complexos sociais no período da economia de apropriação. Demonstramos que, como decorrência das contradições internas da economia de apropriação, deu-se início à economia de reprodução. Embora esta se diferencie daquela, a base econômica de ambas é a mesma: a produção comunal de bens materiais com vista ao consumo coletivo.

A partir de então, pretendemos demonstrar como a sociedade humana continua prosseguindo em seu caminho através da economia de reprodução. Na medida em que há um desenvolvimento do complexo da produção social, os demais complexos sociais (distribuição e consumo) irão pressupor as consequências ontológicas deste desenvolvimento.

Nossa intenção será a de apresentar o complexo da produção social neste estágio de desenvolvimento da comunidade primitiva e demonstrar a relação de dependência ontológica entre o complexo da produção e os demais complexos sociais na constituição da totalidade da comunidade primitiva no período da economia de reprodução.

Apresentaremos a determinação específica de cada complexo social, dando destaque para o momento predominante da produção na constituição da totalidade do ser social. Desta forma, demonstraremos a produção social como protoforma, modelo de constituição da comunidade primitiva neste seu estágio de desenvolvimento.

Já em sua gênese, no período da economia de apropriação, a sociedade humana era uma totalidade de totalidades. Junto com a totalidade da produção social, desdobram-se dela, outras totalidades: a distribuição, o consumo, etc. Todas estas demais totalidades já pressupõem a produção social com todas as suas implicações ontológicas. Isto é, além de permitir a passagem da forma de ser orgânica à sociedade humana, a produção social se tornou a protoforma, o modelo para todas as demais totalidades desta nova forma de ser.

Evidentemente, pelo seu caráter de transição, a produção se tornou o momento predominante na constituição da sociedade humana. Isto não implicou em rebaixamento das demais totalidades; elas, no entanto, exerceram outras determinações, diferentes da determinação material exercida pela produção social.

No segundo período de formação da comunidade primitiva, a produção social avança, complexificando-se através do desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Neste período, a produção social faz surgir e põe em movimento a agricultura e a pecuária.

A agricultura revolucionou a relação dos homens com a terra. Através dela, a terra tornou-se uma forte força produtiva aumentando tanto a produtividade da produção quanto reduzindo o tempo socialmente necessário para a produção dos bens materiais. Os homens passam a fazer uso dela, cultivando-a para o plantio. Diferentes forças produtivas são desenvolvidas como decorrência da agricultura.

De forma diferente, mas imprimindo um alto grau de explicitação na comunidade primitiva, a pecuária marcou uma nova relação dos homens com a natureza através da

domesticação dos animais. Com a domesticação, os animais tornam-se forças produtivas, tornando o processo de trabalho mais complexo e produtivo.

A domesticação de animais e a criação do gado haviam aberto mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas. Até a fase inferior da barbárie, a riqueza duradoura limitava-se pouco mais ou menos à habitação, às vestes, aos adornos primitivos e aos utensílios necessários para a obtenção e preparação dos alimentos: o barco, as armas, os objetos caseiros mais simples. Os alimentos deviam ser obtidos dia a dia. Agora, com as suas manadas de cavalos, camelos, burros, bois, carneiros, cabras e porcos, os povos pastores, que iam ganhando terreno (os árias, no indiano País dos Cinco Rios e no vale do Gangees, assim como nas estepes de Oxus e Jaxartes, ao tempo esplendidamente irrigadas, e os semitas no Tibre e no Eufrates), haviam adquirido riquezas que precisavam apenas de vigilância e dos cuidados mais primitivos para se reproduzirem em proporção cada vez maior e fornecerem abundantíssima alimentação de carne e leite. (ENGELS, 1986, p. 91)

Com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária desenvolve-se um conjunto de forças produtivas: “En ese período se descubrieron propiedades útiles de varios metales (cobre, bronce y hierro) y comenzó su empleo en la producción. Aparecieron diversos instrumentos de trabajo, armas y adornos metálicos. Ya en la Edad de bronce se inventaron el arado y el carro. (RUMIANTISEV, 1980,p. 45) ²³ A produção social, através da agricultura e da pecuária, fez os objetos da natureza ganharem fisionomia, conforme Engels (1986).

Além das forças produtivas, as relações de produção foram também revolucionadas pela agricultura e pela pecuária, tornando-as mais complexas e ricas. Embora mais desenvolvidas, as relações de produção mantiveram a mesma base da economia de apropriação:

Las relaciones de producción en el período de la economía de reproducción seguían en su base la misma del período precedente. Se expresaban en la misma propiedad colectiva sobre los medios de producción y los resultados del trabajo comunal²⁴ (RUMIANTISEV, 1980, p. 45).

Pelo processo da produção social, materializada na agricultura e na pecuária, os homens não só produzem os bens materiais, mas reproduzem a si mesmos cada vez mais como seres sociais. Como decorrência, a distribuição e o consumo mantiveram uma relação de correspondência recíproca com a produção social formando uma unidade social.

Determinada pelo caráter comunal das condições objetivas das relações de produção e das forças produtivas, a produção social se objetivava em forma de valores de uso.

²³ Nesse período foram descobertas propriedades úteis de vários metais (cobre, bronze e ferro) e começou seu trabalho na produção. Apareceram várias ferramentas de trabalho, armas e adornos de metal. Já na Idade do Bronze inventaram o arado e o carro. (Tradução livre do autor)

²⁴ As relações de produção no período da economia de reprodução permaneceu em sua base, a mesma do período anterior. Eles foram expressos na mesma propriedade coletiva sobre os meios de produção e os resultados do trabalho comunal. (Tradução livre do autor)

Graças ao caráter comunal da produção social, a riqueza produzida pelos homens se objetiva em valores de uso, livres do processo de valorização do valor.

Já tratamos da determinação específica do complexo da produção sobre o ser social: a determinação material. Não existe objetividade imaterial da produção social. A determinação material é a especificidade ontológica da produção social na totalidade da sociedade humana. Isto, no entanto, não diminui ou rebaixa, os elementos subjetivos presentes no processo da produção social. Apenas reafirma a predominância da determinação material da produção social na totalidade da sociedade humana.

Com o desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção o resultado do processo produtivo se objetiva na forma de produtos mais desenvolvidos e complexos. Através do processo produtivo da pecuária os homens passaram a ter acesso a outros tipos de carnes. O mesmo ocorreu com a agricultura. O resultado produtivo da agricultura foram novos cereais. De qualquer maneira, seja pela pecuária, seja pela agricultura, o resultado do processo produtivo sempre se objetivava em objetos materiais, valores de uso.

Esta condição da produção social determinava materialmente as demais totalidades do ser social. Uma produção social que produz valores de uso, torna-se modelo, protótipo para uma distribuição e um consumo baseados nos valores de uso. Isso significa dizer que no período da economia de reprodução, a totalidade do consumo já havia se desenvolvido socialmente o necessário para que a produção social se realizasse. Novas formas de consumir os alimentos foram desenvolvidas na sociedade humana.

Sabemos, no entanto, que estas demais totalidades mantêm uma relação de diferentes determinações sobre a produção social.

Por exemplo, a relação entre a totalidade da produção social e a totalidade do consumo. A produção social determina materialmente o consumo: “A produção, pois, produz o consumo criando o material para este, determinando o modo de consumo, provocando no consumidor a necessidade dos produtos que ela produziu primeiramente como objetos” (MARX, 2011, p.47). Ao mesmo tempo, a totalidade do consumo exerce sobre a totalidade da produção social uma determinação tendencial.

O consumo produz a produção de duas maneiras: na medida em que o produto se faz realmente produto apenas no consumo. Um vestido, por exemplo, converte-se realmente em vestido no ato de levá-lo vestido[...]; na medida em que o consumo cria a necessidade de uma nova produção e, portanto, o fundamento tendencial, ideal, interno da produção, seu pressuposto. O consumo cria a tendência à produção. (MARX, 2011, p.47)

A forma de consumo da comunidade primitiva, embora seja simples, amplia-se na medida em que ela se torna mais social através do processo de afastamento das barreiras naturais. Este processo de complexificação social do consumo, determina tendencialmente a produção social dos bens materiais. A produção social, assim, é determinada tendencialmente pelo consumo. Isto é, embora a produção social tenha um acento privilegiado no ser social, seja o momento predominante desta forma de ser, ela mantém uma relação de determinação recíproca com todas as demais totalidades, sendo por elas também determinada. No entanto, em última instância, é a totalidade do ser social que determina a produção social e todas as demais totalidades.

Neste estágio do ser social, há uma relação de correspondência recíproca entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Tal correspondência garante a unidade dialética entre as forças produtivas e as relações de produção, fazendo com que o ser social se desenvolva harmonicamente. Por um longo tempo, o modo de produção da comunidade primitiva mantém esta unidade.

Durante esse tempo os homens produziram ideias que explicavam e justificavam a existência real deles no processo de produção baseado na economia de reprodução. Sem a efetivação destas ideias, a economia de reprodução não se realizava. Mesmo neste estágio do ser social, a produção dos bens materiais era realizada através de um processo de luta entre o homem e a natureza. Certamente, neste estágio havia certas consciências do real que se opunham à forma de produção comunal. Foi necessária uma rica produção de ideias que explicassem o funcionamento da existência no contexto da economia de reprodução, justificando-a. Certamente, mesmo a produção social se efetivando a partir da luta comunal entre os homens, no interior do ser social surgiram diferentes conflitos e contradições, como por exemplo o conflito entre a individualidade e a comunidade. Sem um conjunto de ideias de caráter coletivo esses conflitos não seriam resolvidos entre os homens e suas práxis tornavam-se inviáveis.

Nas condições objetivas da forma histórica da comunidade primitiva, a produção social se objetivava em valores de uso e sua forma de apropriação social ocorreria coletivamente, comunitariamente, pois o sujeito da apropriação era idêntico ao sujeito do trabalho: a comunidade.

Essa relação de correspondência é quebrada pela contradição antagônica que passa a surgir na comunidade primitiva neste período da economia de reprodução: a produção dos bens materiais passou a ser maior do que as necessidades de reprodução dos homens. O

desenvolvimento das forças produtivas posto em movimento pela produção social, associado à complexificação da divisão social do trabalho, criou o excedente. Como as ideias brotam do real, no ser social passou a existir um conjunto de ideias que explicava e justifica a existência real do excedente. Podemos dizer que estas ideias foram fundamentais no processo de realização do excedente.

Em seguida, trataremos do movimento da produção social no contexto da economia de reprodução, articulada pela contradição da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Apresentaremos o excedente como resultado do processo da produção social e causa ontológica para a dissolução da comunidade primitiva.

3.3 A contradição da produção social: o excedente

A produção social produziu um afastamento, mas nunca uma separação da sociedade humana da natureza orgânica e inorgânica:

Não só se desenvolve no processo concreto-material de sua gênese a partir do ser da natureza, como também se reproduz constantemente nesse quadro e jamais pode se separar por completo – precisamente em sentido ontológico – dessa base. (LUKÁCS, 2012, p. 289)

Esse afastamento foi progressivo, apesar de em alguns momentos ser desigual. Quando há uma relação de correspondência recíproca entre as forças produtivas e as relações de produção, esse afastamento ocorre de forma harmônica. Na medida em que não há uma relação de correspondência entres os momentos da produção social, inicia-se um processo de antagonismo entre esses momentos levando a uma ruptura na totalidade da sociedade. A relação de correspondência ora mantida entre as totalidades – produção, distribuição e consumo – é quebrada e se inicia um processo de antagonismo entre estas totalidades.

A produção social afastou, aos poucos, e de forma irreversível, a comunidade primitiva das barreiras naturais. Ela provocou na sociedade um “afastamento das barreiras naturais” (MARX, 1985). A produção social “cria continuamente o novo, tanto subjetiva como objetivamente; desse modo, surgem condições de reprodução totalmente novas para o ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 215).

O desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção implica, sempre, numa produção de bens materiais maior do que o necessário para a reprodução dos homens.

Esse processo de afastamento das barreiras naturais na comunidade primitiva ocorreu de forma muito lenta. Embora a produção social efetivada através da pecuária e da agricultura tenham trazido significativos avanços para a comunidade primitiva, o seu desenvolvimento transcorreu em passos lentos. Isto fez com que esta primeira forma de sociedade fosse, historicamente, a mais longa forma de ser do ser social, conforme Engels (1986).

O afastamento das barreiras naturais foi posto em movimento pela luta para produzir os bens materiais necessários à reprodução da sociedade humana. No entanto, a produção e a reprodução da sociedade humana somente foi possível graças ao momento ideal. Trata-se de um conjunto de ideias que permitiu a operacionalização do real. Sem estas ideias não teria havido produção e reprodução do ser social.

O momento ideal desdobrou-se no ser social simultaneamente aos demais momentos singulares, como a distribuição e o consumo. Assim como estes momentos, o momento ideal foi fundado pela produção social. Ela determinava materialmente as ideias. Ou seja, as ideias que circulavam no modo de produção da comunidade primitiva brotavam das condições objetivas daquele momento histórico. Eram inerentes ao estágio de desenvolvimento da relação entre as forças produtivas – na gênese do ser social estas eram predominantemente orgânica – e as relações de produção – naquele estágio eram fundamentalmente baseadas em relações de parentesco. Na gênese da sociedade humana, os homens já realizavam certas elaborações ideal da forma real da produção comunal própria do modo de produção da comunidade primitiva. Apesar de simples, eram ideias sociais que denotavam certa consciência do homem primitivo em relação a seu mundo real. Quando essas ideias contribuía para a operacionalização e desenvolvimento do mundo real, tornavam-se ideologias. Sem elas, a práxis dos homens não se realizaria.

A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. (LUKÁCS, 2013, p. 465)

No modo de produção primitivo as ideias em favor de uma vida coletiva e comum foram fundamentais para a produção e reprodução baseada em laços de parentesco. Mesmo sem classes sociais, a produção dos bens materiais foi efetivada no modo produção primitivo a partir de lutas. É claro que estas lutas tinham um caráter comunal.

Certamente, sem um conjunto de ideias, a luta comunal não teria subsistido por milhões de anos. Estas ideias brotavam da forma social de como se produzia os bens materiais: produção social comunal. O mundo real dos homens primitivo produziu um conjunto de ideias. Essas ideias tinham um caráter de solidariedade, de comunitarismo, de coletividade. Claro que, em função do baixo desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção que marcou o modo de produção primitivo, estas ideias eram pouco desenvolvidas e relacionavam-se diretamente com o real.

Se, por um lado, a produção social criou um mundo de ideias, sem elas a produção social não teria operacionalizado-se. Ou seja, a produção social comunal somente se efetivava porque havia um conjunto de ideias que legitimava, justificava os fundamentos daquela forma específica de produção social. Em sua autonomia relativa as ideias, de certa forma, determinavam a produção social, revolucionando-a:

A análise revela que a produção ideológica que percebemos não é um simples reflexo passivo das condições reais de existência social. Ela também expressa valores que correspondem à necessidade de sobrevivência do grupo. Os dois principais valores são a fecundidade e a solidariedade. Com efeito, o fraco desenvolvimento das forças produtivas torna o grupo muito vulnerável aos acasos da natureza e sua reprodução biológica constantemente em perigo. Assim, ninguém pode se furtar ao dever da reprodução. Mas ela só se realiza através de práticas sociais de onde emerge a estrutura de parentesco. Daí a necessidade de harmonia no interior do grupo e a necessidade de garantir a reprodução das relações sociais características da sociedade tribal. Tudo isso permite explicar o lugar proeminente da fecundidade e da solidariedade ou unidade como valores cujas expressões simbólicas devem fornecer o elemento imaginário capaz de servir como norma eficaz para a sua transmissão. A ideologia torna-se instituidora, podendo-se observar como se constrói uma relação dialética a sua produção e seu efeito. (HOUTART, 1982, p. 42)

Como podemos ver, a função da ideologia era induzir os homens à realização de práticas de solidariedade pois a vida “só poderá salvar-se e se reproduzir se os grupos desenvolverem a solidariedade a fim de garantir a continuidade da estrutura de parentesco”, conforme Houtart (1982, p.43). Sem este conjunto de ideias, os homens não teriam tomado consciência do mundo real e de todas as suas consequências ontológicas. Assim as ideologias tornavam a práxis humana consciente e possível, neste estágio primitivo do ser social.

Deste modo, já neste estágio do ser social, há uma relação de dependência recíproca entre o momento real e o momento ideal. Como decorrência desta dependência ontológica entre estes momentos, podemos afirmar que as ideias ou ideologias sempre existiram no ser social: “A ideologia é um meio da luta social, que caracteriza toda sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 465). A produção dos bens materiais necessários à reprodução sempre foi

resultado de um processo de luta do homem em sua relação com a natureza. Por muito tempo as ideologias, predominantemente, eram formas de consciência da luta comunal. Na medida em que a propriedade privada formou-se no ser social, as ideologias passaram a ser formas de consciência da luta de classe. A ideologia está colada na relação que os homens mantêm com a propriedade. Quando a propriedade se desenvolve e altera-se seu caráter, há no campo ideológico consequências imediatas. No modo de produção da comunidade primitiva a ideologia predominante era a do sujeito coletivo, da comunidade.

Evidentemente, haviam outras ideias que foram desenvolver-se somente com o surgimento da propriedade privada. Por milhões de anos as ideias predominantes legitimavam e justificavam a propriedade comunal, como fundamento do modo de produção das comunidades primitivas. Diziam respeito aquele estágio em que o desenvolvimento da relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção ocorria sob a propriedade comunal dos meios de produção.

Na medida em que, na comunidade primitiva, a produção social se desenvolvia, ocorria, ao mesmo tempo, um desenvolvimento das forças produtivas. Com o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade provocado por ela, iniciou-se um processo de desmoronamento dos fundamentos da comunidade primitiva: a produção comunal e a apropriação coletiva dos bens materiais.

A casa comum organizada em torno de um processo de produção comunal e coletivo deu lugar às grandes fazendas individuais:

la casa común y la vivienda colectiva perdieron su significado económico y fueron sustituidas por haciendas individuales de cada familia. La comunidad gentilicia se fue transformando gradualmente en comunidad primitiva vecinal (territorial)”²⁵
(RUMIANTISEV, 1980, p.47).

O desenvolvimento das forças produtivas não correspondia às relações de produção daquele estágio histórico. O aumento da produtividade do trabalho decorrente do desenvolvimento das forças produtivas criou uma incompatibilidade com as relações de produção baseada nos laços de parentesco.

Contudo, no quadro dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de

²⁵ A casa comum e a habitação coletiva perderam o seu significado econômico e foram substituídas por propriedades individuais de cada família. Comunidade gentilicia foi gradualmente transformada em comunidade primitiva local (territorial). (Tradução livre do autor)

empregar força de trabalho alheia, e com isso, a base dos antagonismos de classe: os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquelas leva a uma revolução completa (ENGELS, 1986, p.34).

Desta contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção iniciou-se o processo de dissolução das relações de propriedade do modo de produção da comunidade primitiva. Com a produção do excedente e conseqüente formação da propriedade privada surgem as bases de uma nova sociedade cuja relações de produção são fundadas nas contradições e lutas de classe.

A sociedade antiga, baseada nas uniões gentílicas, desagregam-se, em consequência do choque das classes sociais recém-formadas; dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais – uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história *escrita*, até os nossos dias (ENGELS, 1986, p.34).

As relações de produção fundadas sobre a propriedade coletiva dos meios de produção começam a dar lugar às relações de produção fundadas na propriedade privada dos meios de produção. A propriedade privada criou o trabalho privado. Nestas condições, a troca passa a regular o processo da produção social: “al propio tiempo, el cambio vino a ser una causa sustancial de la desintegración del modo de producción de la comunidad primitiva”²⁶ (RUMIANTSEV, 1980, p.46). A apropriação coletiva e comunal começa a dar lugar à apropriação pela via da troca.

Con el progreso de la economía de reproducción y la especialización de las comunidades en la producción de distintos tipos de bienes mutuamente necesarios a las comunidades, con la primera gran división social del trabajo y con la obtención de este modo del plusproducto, los vínculos económicos entre las comunidades por vía del cambio se convierten paulatinamente en fenómeno social regular.²⁷ (RUMIANTSEV, 1980, p. 46).

A dissolução da forma comunitária do ser social é decorrente do desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Em outras palavras, este processo de dissolução foi detonado pelo desenvolvimento da produção social.

²⁶ Ao próprio tempo, a troca veio a ser uma causa substancial da desintegração do modo de produção da comunidade primitiva. (Tradução livre do autor)

²⁷ Com o progresso da criação da economia de reprodução e especialização das comunidades na produção de vários tipos de bens mutuamente necessários as comunidades, com a primeira grande divisão social do trabalho e obtendo-se assim o produto excedente, os laços econômicos entre as comunidades através da troca se converteram gradualmente em fenômeno social regular. (Tradução livre do autor)

Essa capacidade do trabalho de trazer resultados que vão além da reprodução própria daquele que o executa cria o fundamento objetivo da escravidão, diante da qual as únicas alternativas eram matar ou adotar o inimigo capturado. Partindo dali e passando por diversas etapas, o caminho percorrido levou ao capitalismo, no qual esse valor de uso das forças de trabalho se converte no fundamento de todo o sistema. (LUKÁCS, 2013, p. 160)

Evidentemente, esse processo de produção do excedente corresponde a um longo processo histórico. De qualquer maneira, o excedente, resultado da produtividade da produção dissolve a forma primitiva de organização social e cria a propriedade privada.

As formas de propriedade privada somente surgiram quando o modo de produção pôde gerar um excedente econômico suficiente para justificar a exploração do homem pelo homem e a organização de uma estrutura de poder autônoma, encarregada da defesa de um sistema de relações sociais que conciliava interesses contraditórios. (SANTOS, 1986, p. 56)

A propriedade privada dos meios de produção determina socialmente a forma de produção. A divisão do trabalho passa a ser organizada a partir dos produtores privados:

con la primeira gran división social del trabajo, que condicionó la necesidad del cambio regular, se crearon condiciones para en la surgimiento de nuevas relaciones entre los hombres en la producción, la distribución, el cambio y el consumo. Estes nuevas tipo de relaciones excluyó comunal sobre los medios de producción, los resultados del trabajo y la vivienda.²⁸ (RUMIANTISEV, 1980, p.47)

As relações de produção da comunidade primitiva tornaram-se incompatíveis com o caráter privado das forças produtivas tornando-se um entrave para o desenvolvimento destas. Como resultado deste embate e contradições, surgem novas formas de relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção.

El devenir de la propiedad privada como forma rectora de relaciones entre los hombre en la producción se produjo en medio de enconada lucha contra las tradiciones de la propiedad colectiva y la distribución igualitaria de los productos. Ahora bien, las relaciones de producción de la sociedad primitiva, que antes correspondían al nivel de desarrollo de las fuerzas productivas, pasaron a ser un freno que impedía el progreso de estas últimas.²⁹ (RUMIANTISEV, 1980, p.49)

Entram em cena na história do gênero humano as relações de produção baseadas na propriedade privada, fundadas no antagonismo de classes sociais.

²⁸ Com a primeira grande divisão social do trabalho , que determinou a necessidade de uma troca regular, foram criadas condições para o surgimento de novas relações entre os homens na produção, distribuição, troca e consumo . Este novo tipo de relações excluía a comunidade dos meios de produção, os resultados do trabalho e moradia . (Tradução livre do autor)

²⁹ A evolução da propriedade privada como a principal forma de relações entre os homens na produção ocorreu em meio a luta feroz contra as tradições da propriedade coletiva e a distribuição igualitária dos produtos. Agora, as relações de produção da sociedade primitiva, que pertenciam anteriormente ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, tornou-se um obstáculo que impedia o progresso das forças produtivas. (Tradução livre do autor)

Las clases son grandes grupos de hombres que se diferencian entre sí por el lugar que ocupan en un sistema de producción social históricamente determinado, por las relaciones en que se encuentran con respecto a los medios de producción (relaciones que en su mayor parte las leyes refrendan y formalizan), por el papel que desempeñan en la organización social del trabajo y, consiguientemente, por el modo de percibir y la proporción en que perciben la parte de riqueza social de que disponen. Las clases son grupos humanos, uno de los cuales puede apropiarse el trabajo de otro por ocupar puestos diferentes en un régimen determinado de economía social.³⁰ (RUMIANTISEV, 1980, p. 17)

Neste contexto, a luta de classes tornou-se a força motriz do processo de produção social. O afastamento das barreiras sociais no ser social passou a ocorrer em função dos interesses de classes.

Em geral, o que se observa até aqui é a centralidade do papel da produção social pondo em movimento a sociedade humana. Tanto o surgimento da propriedade privada quanto a desigualdade na forma de apropriação da propriedade foram resultados do desenvolvimento da produção social que “produz constantemente novas formas do mais-trabalho, novas formas de sua apropriação (e de suas garantias jurídicas), novas formas de distribuição entre os diferentes grupos e estratos de apropriadores” (LUKÁCS, 2013, p. 269).

A reprodução e continuidade da sociedade é posta em movimento pelo desenvolvimento da produção social. É do desenvolvimento da síntese/relação entre as forças produtivas e relações de produção que o caminho para a humanização da humanidade – e da sua desumanidade - foi aberto. Sempre será um caminho progressivo, mesmo que em alguns momentos seja desigual.

Esse processo, no entanto, de passagem da sociedade primitiva para a sociedade baseada no antagonismo de classe, não ocorreu de forma simultânea em todo o ser social. Em diferentes lugares, as relações baseadas na produção comunal e apropriação coletiva continuaram regulando a organização social.

Este tránsito no fue simultáneo en toda la parte del globo terrestre habitada por el hombre y se produjo bajo distintas formas. Esta es la razón de que las relaciones primitivas en los distintos continentes y en las diferentes partes de los mismos existiesen durante mucho tiempo, pese a la aparición y al afianzamiento hasta llegar

³⁰ As classes são grandes grupos de homens que diferem entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, por relações que são relativas aos meios de produção (relações principalmente leis assinadas e formalizadas), pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pela maneira de perceber e a proporção que percebem a parte da riqueza social que eles têm. As classes são grupos, em que um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro para ocupar posições diferentes em um sistema determinado pela economia social. (Tradução livre do autor)

a ser dominantes, de las relaciones de clase antagónicas.³¹ (RUMIANTISEV, 1980, p. 37)

Seja como for, ocorreu um processo de afastamento – nunca de separação – da sociedade das barreiras naturais. Em todo esse tempo a base objetiva desse progressivo afastamento foi a produção social da comunidade primitiva. Esse processo produtivo foi predominantemente marcado pelo momento real. Apesar da explicitação social, a sociedade humana, no modo de produção primitivo, manteve-se predominante orgânica.

A sociedade se desenvolveu até chegar à sua forma histórica mais complexa: o modo de produção capitalista. Nela, a produção social vai ser determinada pelo processo de valorização da propriedade privada. O momento ideal passa a predominar no processo produtivo. A partir daqui, inicia-se uma inflexão no movimento da produção social. A produção dos bens materiais passou a ser determinada pelo processo de valorização do valor. Com isso, o ser social é posto em movimento através do desenvolvimento do processo de valorização do valor.

A seguir demonstraremos o processo de reprodução do ser social através do desenvolvimento dos modos de produção: tributário, escravista e feudal. Em linhas gerais, apresentaremos o papel da produção social e das demais totalidades sociais no processo de reprodução do ser social. Começaremos nossa exposição pelo modo de produção tributário.

³¹ Este processo não foi simultâneo em toda a parte do mundo habitado pelo homem e veio sobre diferentes formas. Esta é a razão de dizer que as relações primitivas em diferentes continentes e em diferentes partes destes, existiu durante muito tempo, apesar da emergência para se tornarem dominantes e das relações antagônicas de classe. (Tradução livre do autor)

4 A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL NOS MODOS DE PRODUÇÃO

O ser social continua em seu movimento de progressiva continuidade. Na medida em que ele se desenvolve, afasta-se de forma irreversível das barreiras naturais. Nesse processo de afastamento, ele se torna cada vez mais social: a produção social se expande a partir da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.

Com o desenvolvimento da produção social, surgem novos materiais que irão condicionar e revolucionar as totalidades da distribuição, da circulação e do consumo. O desenvolvimento destas totalidades, por sua vez, acaba por revolucionar também a totalidade da produção social. Com a produção de novos materiais, o momento ideal torna-se mais desenvolvido e complexo, surgindo então novas e diferentes formas de consciência do real. Na medida em que os homens passam a tomar melhor conhecimento de sua existência real, aumenta-se a produção de ideias, que por sua vez, irão revolucionar tanto a totalidade da produção social quanto as demais totalidades sociais.

A partir desta recíproca e mútua determinação entre as totalidades sociais, tanto o homem como a sociedade passam a desenvolver-se, reproduzindo-se cada vez mais como social.

Temos percebido até aqui que a produção social foi fundamental no processo de constituição do ser social. Por meio dela, os homens criaram “os materiais” sobre os quais, outras totalidades seriam fundadas. Isto é, para que o ser social se reproduzisse foram necessários outros desdobramentos no interior dele. A efetivação das totalidades da distribuição, da circulação e do consumo permitiram, ao mesmo tempo, a realização da produção dos bens materiais e a reprodução do ser social.

Sobre o processo de reprodução do ser social, é importante salientar que apesar da produção social ter assento privilegiado, sem a efetivação das demais totalidades sociais, não haveria a sua reprodução. O mesmo vale para o momento ideal: sem a consciência de sua existência, os homens não se reproduziriam. Desse modo, cada momento de efetivação do ser social é fundamental em seu processo de afastamento das barreiras naturais.

Conforme já falamos, com a formação da propriedade privada, este processo de afastamento do ser social das barreiras naturais foi condicionado pelo processo de valorização do valor. O que significa dizer que tanto a reprodução do homem, como a da sociedade, aos poucos, passou a ser determinada pelo processo de valorização do valor.

A reprodução do ser social passou a ser posta em movimento pelo desenvolvimento do processo de valorização do valor. Esse processo trouxe consequências

ontológicas para toda a totalidade do ser social. As totalidades da circulação, da distribuição e do consumo inevitavelmente passaram a carregar as marcas do real processo de valorização do valor. Como a consciência é sempre a consciência da existência real, a produção de ideias passou a ser condicionada também por este processo de valorização do valor.

Esta forma de reproduzir-se através da valorização do valor foi uma questão que surgiu no interior do ser social e que, embora a produção social crie as condições objetivas para a sua superação, em última instância, serão os homens que farão as suas escolhas a partir das alternativas postas pelo desenvolvimento da totalidade social.

A seguir apresentaremos o percurso predominante de desenvolvimento do ser social. Com a ruína do modo de produção primitivo, desenvolveram-se na história do ser social os modos de produção: tributário, escravista, feudal e capitalista. Evidentemente, este percurso não ocorreu em todas as sociedades, algumas sequer conheceram, por exemplo, a forma escravagista de produção. Optamos por este percurso histórico em função de que foi através dele que a sociedade humana conheceu seu maior nível de desenvolvimento e complexidade social: a forma capitalista de produção social.

Denominaremos estes modos de produção de pré-capitalistas porque neles se tem o desenvolvimento embrionário do capitalismo. O processo simples de valorização do valor que começou a ocorrer através das trocas fortuitas no modo de produção tributário já continha o germe, o embrião do capitalismo.

A história do desenvolvimento dos modos de produção tributário, escravista e feudal corresponde à história do desenvolvimento do processo de valorização do valor. Na medida em que o processo de valorização do valor se desenvolve no interior do ser social, diminuía-se cada vez mais a produção de valores de uso.

Isso significa dizer que mesmo com o desmoronamento da comunidade primitiva, os homens continuaram produzindo valores de uso. No modo de produção tributário a produção de valores de uso predominava em relação a produção de valores de troca. Grande parte do tempo socialmente necessário para a produção de riquezas no modo de produção tributário era dedicado à produção de valores de uso. A maior parte da produção dos clãs era usada para a reprodução delas, somente o excedente era utilizado no processo de valorização do valor.

De qualquer maneira, este excedente revelava o início do processo de valorização do valor através das trocas fortuitas no interior do ser social. Toda vez que havia uma troca, as relações de produção se manifestavam como relações sociais entre as mercadorias trocadas.

Na medida em que o processo de valorização se desenvolvia com a expansão das trocas, cada vez mais as relações de produção apareciam como relações sociais entre as mercadorias. Aos poucos, as relações sociais de produção somente poderiam se manifestar como relações sociais entre as mercadorias.

Da valorização do valor brotaram dois processos: a personificação das coisas e a reificação das relações de produção. Toda vez que ocorria o processo de valorização, o fenômeno da personificação se manifestava. Através dele as mercadorias se personificavam nas pessoas de seus representantes. Esse processo era mais fácil de ser compreendido pelos homens, já que ele se manifestava na superfície do ser social: senhor e escravo, senhor e servo, capitalista e trabalhador assalariado, são fáceis de serem identificados na estrutura real dos modos de produção. Tratou-se de um fenômeno que se manifestava na aparência do ser social.

Simultaneamente à personificação das coisas, na medida em que a valorização se efetiva através da troca de mercadorias, ocorria o fenômeno da reificação das relações de produção. Através dele as relações sociais de produção, gradativamente, foram assumindo a forma de coisa: sal, terra, ouro, dinheiro, etc. Esse processo tornou-se mais difícil dos homens tomarem consciência dele, pois ele se processava na essência do ser social. No modo de produção capitalista, o processo de valorização do valor chega a seu ápice. Nele, o capital, como valor desenvolvido, torna-se uma totalidade social condicionando e subsumindo todas as demais totalidades: a produção, a distribuição, a circulação e o consumo.

Na medida em que o processo de valorização do valor se desenvolvia, o fenômeno da personificação e reificação crescia no ser social até atingir seu ápice: no modo de produção capitalista.

Já sabemos que o capital pressupõe o uso da força de trabalho como trabalho assalariado. A produção de riquezas a partir do trabalho assalariado ocorreu de forma pontual, já nos modos de produção escravista e feudal. Temos registro, por exemplo, que no século primeiro utilizava-se a força de trabalho na forma assalariada para a produção de riquezas: “ιδου ο μισθος των εργατων των αμησαντων τας χωρας υμων ο απεστερημενος αφ υμων κραζει.”³² (NESTLE-ALAND, 1993, p. 596).

³² Eis que o salário que fraudulentamente retiveste aos trabalhadores que ceifaram os vossos campos clama. (Tradução livre do autor)

Nestas circunstâncias, ela coexistia com a forma predominante de produzir riqueza, a forma escravista. Por isso, concordamos com Mészáros quando afirma que o capital é anterior ao capitalismo.

Capital é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital monetário, mercantil, etc, - vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal emergir e consolidar. De fato, Marx estava muito interessado em apreender as especificidades históricas das várias formas do capital e suas transições de uma a outra forma, até finalmente o capital industrial se tornar a força dominante do metabolismo socioeconômico e objetivamente definir a fase clássica da formação capitalista. (MÉSZARÓS, 2011, p. 76)

No entanto, o modo de produção capitalista é o momento na história do ser social em que a produção de riquezas através da força de trabalho assalariada se torna predominante. Somente nele o capital se torna a forma predominante de produção condicionando e subsumindo todas as demais totalidades sociais: a produção, a distribuição e o consumo. Assim, o capital é anterior ao capitalismo, mas somente nele se realiza como uma totalidade de totalidades.

Precederam à forma capitalista de produção, os modos de produção tributário, escravista e feudal. Demonstraremos a seguir, o movimento do modo de produção tributário. Iniciaremos demonstrando as condições que permitiram a mediação entre a forma de produção da comunidade primitiva à forma de produção tributária. Em seguida faremos a exposição do modo de produção tributário como uma formação social estabelecendo a relação de reciprocidade entre as totalidades sociais. Por último apresentaremos as contradições, tanto aquelas que surgiram no interior da produção, quanto aquelas da totalidade social, que motivaram a dissolução dos fundamentos do modo de produção tributário.

4.1 O modo de produção tributário³³

³³ Esse modo de produção viveu aproximadamente entre 3.500 a.C até o fim do Império Romano em 476d.C. Para os povos que conheceram a escravidão, o modo de produção tributário encerrou-se com o início do Império greco-romano.

Embora Marx tenha utilizado o termo “asiático”, estudos recentes constataram que esta forma de produzir riquezas não ocorreu apenas nas sociedades asiáticas, senão também no continente africano, na América do Norte e nas sociedades asteca e incaica. Assim, conforme Houtart (1982, p.55) “o termo “asiático” tornou-se totalmente inadequado. Atualmente, ele já se encontra substituído pelo termo “tributário”. E, muito embora certos autores ainda discutam a validade desse termo, ele nos parece suficientemente específico para ser utilizado com propriedade”. A respeito da gênese desse modo de produção, conforme Houtart (1982, p.56) “foram numerosas as gêneses desse modo de produção. Não podemos atribuí-las a um só elemento. Às vezes, elas foram endógenas, surgindo dos próprios clãs; outras vezes, foram exógenas, como fruto de conquistas. O comércio exterior desempenhou um importante papel: tanto na África como na Ásia, o seu desenvolvimento foi provavelmente uma das causas principais da origem desse modo de produção. (HOUTART, 1982, p. 56)

Já nos referimos ao caráter de mediação que a produção social assume no desenvolvimento do ser social. Além de ter mediado a forma orgânica à forma social do ser, a produção social será a eterna mediação entre os homens e a natureza no processo de afastamento das barreiras naturais. A passagem do modo de produção da comunidade primitiva para o modo de produção tributário ocorreu graças ao desenvolvimento da produção social e de todas as consequências ontológicas decorrentes dela. É bem verdade que, sem o papel das demais totalidades, – distribuição, circulação e consumo - esta passagem não teria sido possível. Situa-se, também, neste campo de importância, o papel que o momento ideal exerceu no processo de mediação da forma primitiva à forma tributária de produção: um conjunto de ideias passou a surgir no interior do ser social que, uma vez legitimando-o, revolucionaram tal processo de transição.

Através do modo de produção tributário, o processo de valorização do valor pôs-se em marcha. Nesse estágio, a valorização do valor ocorria esporadicamente. Isso significa dizer que a maior parte de produção social ainda se objetiva em valores de uso. Parte significativa do tempo socialmente necessário para produzir riquezas era destinado à produção dos bens materiais necessários à reprodução dos clãs. Predominantemente as totalidades da distribuição, circulação e consumo existiam em função da reprodução dos valores de uso. Como a produção material se objetiva, em sua maioria, em valores de uso, as ideias que brotavam deste processo material, em geral, justificavam essa forma de existência real dos clãs: ideias relacionadas ao coletivismo ainda eram predominantes neste estágio do ser social.

Paulatinamente, foi-se desenvolvendo no ser social o processo de valorização do valor. Como a produção social é o momento predominante e central do ser social, é nela que o processo de valorização do valor inicia-se e se espalha por todas as demais totalidades sociais, indubitavelmente, de forma esporádica.

Lentamente, o processo de valorização do valor foi transformando a luta comunal para produção dos bens materiais necessários à reprodução, numa luta de classe com vista à valorização da propriedade privada.

A produção social, numa relação de mútua determinação com as demais totalidades sociais, criou o excedente no interior das comunidades primitivas. Dele brotou um processo de formação da propriedade privada. Esta por sua vez, afastou os homens da proximidade comunal, própria do modo de produção da comunidade primitiva. Afastados entre si, os homens passaram a constituir relações de produção mediados pela propriedade privada.

Evidentemente, este isolamento foi resultado de um longo processo histórico. Aos poucos, a produção do excedente foi criando as bases materiais para uma nova forma distribuição, circulação e consumo sob as quais o excedente se realizava. A produção social não só criava o excedente, mas também a forma como esse excedente deveria ser distribuído, circulado e consumido. Como consequência da propriedade privada, surgiram no seio das comunidades tribais, uma classe que passou a se apropriar do excedente e a organizar a produção social com vista à arrecadação de um tributo.

Dessa feita, o modo de produção tributário foi se constituindo como uma forma histórica do ser social “diretamente derivada das sociedades tribais. Efetivamente, é constituído pelas antigas comunidades aldeãs, que se veem cobertas por uma “unidade” superior, instância política de exploração das primeiras por intermédio da aplicação de um tributo” (HOUTART, 1982, p. 18). Este modo de produção combinava a atividade produtora das comunidades tribais com a intervenção econômica de uma instância política que explorava e dirigia as atividades de tais comunidades:

A essência mesma do ‘modo de produção asiático’ é a existência combinada de comunidades primitivas, nas quais reina a posse comum do solo e que ainda se organizam parcialmente com base em relações de parentesco, e de um poder estatal que expressa a unidade real ou imaginária dessas comunidades, controla o uso dos recursos econômicos essenciais e se apropria diretamente de uma parte do trabalho e da produção das comunidades que domina. (HOUTART, 1982, p. 55)

Embora as tribos continuassem fazendo uso dos meios de produção, era a instância política³⁴ que dispunha da propriedade real deles. Já nos referimos que as relações de produção são, em essência, relações de propriedade. No modo de produção tributário, as relações de produção entre as tribos e a instância política construíram-se predominantemente em função da arrecadação do tributo, conforme Houtart (1982). Através do tributo, a instância política reproduzia-se. Como toda relação de intercâmbio, em troca do tributo, a instância política garantia a segurança e a proteção das comunidades tribais. No entanto, em última instância era o tributo que determinava as relações de produção entre as classes sociais.

Trata-se, portanto, de uma relação entre uma entidade superior, que exerce o controle econômico do conjunto por meio da arrecadação de um tributo, e unidades locais, que conservam uma ampla autonomia em virtude da posse do meio de produção e do controle sobre a organização do trabalho. (HOUTART, 1982, p. 56)

³⁴ Conforme Houtart (1982, p.19), o “aparecimento da instância política recolhendo tributos está na origem do desenvolvimento de uma sociedade de classes, cuja manifestação mais perceptível é a dicotomia entre o rural e o urbano; as cidades, onde se aglomeram os consumidores do tributo, se constituem de modo autônomo em relação às regiões rurais produtoras.

Desse modo, as relações de produção estabelecidas entre os membros dos clãs e a instância política eram determinadas pela necessidade de produzir um excedente com vista ao tributo que garantiria, em troca, a proteção dos bens materiais necessários à reprodução dos clãs. Diante destas condições objetivas, a produção social era determinada em função da arrecadação do tributo. Assim sendo, a instância política determinava de tal modo a organização da produção social das comunidades tribais: “O sistema dominante é o sistema político, pois é a partir da instância política que se organiza a vida material. Assim, é a estrutura das relações de poder que preenche simultaneamente a função de relações sociais de produção” (HOUTART, 1982, p. 19).

Em todos os modos de produção há uma totalidade social que é a síntese de suas diversas totalidades. Já falamos que cada uma dessas totalidades exerce uma determinação específica no ser social. No caso do modo de produção tributário, a totalidade social que determina a produção, a distribuição, a circulação e o consumo é a totalidade política.

Inicia-se, assim, a produção de valores de troca. A produção material passou a produzir um material com vista à troca. Esse “material” de caráter privado passou a criar os fundamentos para a existência de uma forma de distribuição, circulação e consumo privado. Dessa forma, a instância política responsável pela organização das trocas foi criada pela forma privada que a produção social passava a assumir. Daí decorre a dependência ontológica da política à produção social: a instância política fazia a gestão do material produzido pela produção social. O que a instância política regulava dependia da produção dos bens materiais.

Mais uma vez percebemos aqui que a determinação da produção social sob o ser social é material. Ela produz o material, a matéria sob a qual são criados os fundamentos das demais totalidades sociais. Se por um lado a instância política é uma criação ontológica da produção social, esta não conseguiria se realizar sem a efetiva existência daquela. A instância política goza de uma legalidade própria que a diferencia da produção social. Para que ela cumpra sua função social, em sua autonomia relativa ela se afasta da produção social, constituindo-se uma totalidade, um momento singular do ser social. Nesse sentido, a instância política determina a produção social, revolucionando-a.

Ontologicamente, a produção social continua determinando materialmente as demais totalidades sociais. Todavia, tanto aquela quanto a distribuição, circulação e consumo são determinadas, em última instância, pela totalidade social, que nesse modo de produção em comento é determinada pela totalidade social enquanto totalidade política.

Aos poucos, as relações de produção entre os homens apareciam como relações políticas ou relações divinas quando se tratava de uma classe religiosa que detinha os meios de produção. Os homens compareciam no processo produtivo como proprietários e, para manterem relações de produção, precisavam estabelecer um processo de troca. Dessa forma, as relações de produção entre os homens apareciam como relações de troca entre as coisas, neste caso, entre o tributo apropriado pela unidade superior e a proteção aos bens materiais necessários à reprodução das comunidades tribais. As relações de produção passam a ser organizadas em função dos bens materiais que garantiam, ao mesmo tempo, os produtos necessários à reprodução dos clãs e o tributo através do qual a instância política se reproduzia.

Neste estágio do ser social, as forças produtivas alcançaram significativo desenvolvimento, principalmente com o uso da indústria metálica que substituiu por completo a indústria da pedra: “Con el descubrimiento del bronce los metales reemplazaron definitivamente a la piedra, por su dureza y facilidad de moldeo en caliente.”³⁵ (DUSSEL, 1984, p. 32). A produção social criou a metalúrgica e, ao mesmo tempo, foi revolucionada por ela. Podemos afirmar que as primeiras grandes civilizações foram consequências do desenvolvimento destas forças produtivas:

Con el desarrollo prodigioso del equipamiento instrumental, el hombre pudo producir las primeras altas civilizaciones de la historia, tales como las Mesopotámicas, Egipcia, la del Valle del Indo, del río Amarillo, y de la América nuclear³⁶ (DUSSEL, 1984, p. 32).

Além da metalúrgica, a tecnologia hidráulica foi decisiva no processo de desenvolvimento destas civilizações:

[...] reposaron sobre la tecnología hidráulica. Sea en los grandes canales y diques del Egipto, los métodos de utilizar el limo en Mesopotamia o el Río Amarillo, las chinampas de los aztecas en el lago de Texcoco, las terrazas de los collas en las laderas del lago Titicaca. Pero junto a la tecnología hidráulica surgían obras viales y constructivas, la implantación de sistemas de medidas (de peso, monedas)³⁷ (DUSSEL, 1984, pág. 33).

³⁵ Com a descoberta do bronze, os metais substituíram definitivamente a pedra por sua dureza e facilidade de moldagem a altas temperaturas. (Tradução livre do autor).

³⁶ Com o desenvolvimento prodigioso do equipamento instrumental, o homem pode produzir as primeiras grandes civilizações da história, como a Mesopotâmia, o Egito, as do Vale do Indo, do Rio Amarelo, e da América Central. (Tradução livre do autor)

³⁷ Repousaram sobre a tecnologia hidráulica. Seja nos grandes canais e diques do Egito, os métodos de utilizar o lodo na Mesopotâmia ou no Rio Amarelo, os jardins flutuantes dos astecas no lago Xochimilco, os terraços nas encostas do Lago Titicaca. Com a tecnologia hidráulica, surgiram estradas e obras de construção, a implementação de sistemas de medição (peso, moedas). (Tradução livre do autor)

O desenvolvimento das forças produtivas aumentou a produtividade do trabalho reduzindo o tempo socialmente necessário para produzir riquezas. Com tempo disponível, a classe que vivia do excedente passou a dedicar-se às outras atividades diferentes da produção social, entre elas, as atividades científicas. Nestas sociedades, desenvolveu-se a ciência da matemática, entre outras.

A apropriação da riqueza era determinada em função das relações de produção estabelecidas entre a instância política e as comunidades tribais. Como a instância política dispunha da propriedade real dos meios de produção, todo o excedente da produção era apropriado por tal instância política.

Evidentemente, esta forma de produção social baseada na arrecadação de tributo somente era possível porque ela se realizava numa forma específica de distribuição, circulação e consumo. Neste caso, o Estado foi fundamental para permitir a operacionalização destas relações de produção desigual. A apropriação do excedente por uma classe se realiza mediante a efetiva intervenção estatal. Sem uma organização burocrática estatal a arrecadação do tributo não seria possível. Podemos afirmar que a produção social do modo de produção tributário criou o Estado³⁸. Ele nasce como uma consequência direta dos interesses privados de uma classe que detém os meios de produção e, por isso, passava a organizar as atividades econômicas:

O próprio Estado organiza atividades econômicas. Nessas sociedades, o Estado realizava obras de prestígio, como palácios e templos. Encarregava-se de grandes obras de irrigação. Explorava minas e empregava artesãos a seu serviço. Em suma, contribuía amiúde de modo impressionante para o desenvolvimento das forças produtivas (HOUTART, 1982, p. 55).

Embora o Estado tenha brotado da forma social de produzir riquezas baseada na arrecadação de tributos, a produção social, para se realizar, passou a depender da efetiva existência do Estado. Nesse sentido, o Estado também determinava, politicamente, a produção social. Esta determinação, em certo grau, revolucionou o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção tributário.

Nos referimos ao momento ideal no modo de produção das comunidades primitivas. Naquela forma de produção, em função do baixo desenvolvimento das forças produtivas, o momento ideal, embora já presente, exercia pouca influência sobre a produção social. De qualquer maneira, simultaneamente ao desdobramento de outras totalidades,

³⁸ Conforme Houtart (1982, p.55) “as formas desse Estado, porém, podem ser as mais diversas. Às vezes, é um clã que absorve outros, às vezes surge uma aristocracia burocrática a partir dos chefes naturais, que se tornam agentes do Estado”. Nesse contexto, o rei encarnando o Estado, apresentava-se como um grande pai de todas as comunidades

desdobrou-se também o momento ideal como uma categoria inerente ao ser social. Na medida em que o ser social se afasta das barreiras naturais, o momento ideal torna-se mais complexo e desenvolvido. Assim ocorreu no modo de produção tributário.

A produção social do modo de produção tributário pôs em desenvolvimento as forças produtivas, criando o excedente, causa direta da formação da propriedade privada. Como consequência ontológica da propriedade privada surgiram as classes sociais que passaram a lutar pela produção e apropriação dos bens materiais. No modo de produção tributário esta apropriação tornou-se desigual sendo o excedente apropriado pela instância política. Tanto a produção quanto a apropriação passaram a se efetivar através de contradições, de conflitos entre as classes. Para solucionar estes conflitos e permitir a operacionalização do real, surgiram diferentes formas ideológicas, entre elas a religiosa e a política. No modo de produção tributário a:

Contradição maior situa-se ao nível da oposição entre a manutenção das comunidades, por um lado, e a negação da comunidade pelo Estado, por outro. É essa contradição que a ideologia procura reduzir, apresentando o poder político como expressão de uma comunidade superior globalizadora do conjunto das entidades locais (HOUTART, 1982, p. 19).

A ideologia de um rei - encarnação do Estado, pai de todas as comunidades, foi fundamental para legalizar e justificar essa forma de produção social fundada sob a arrecadação de tributo. O rei representava a justiça, portanto, a garantia da igualdade entre os clãs.

Por um longo tempo o modo de produzir riquezas sob a forma tributária predominou na história do ser social. O desenvolvimento das forças produtivas fez aumentar as contradições no interior deste modo de produção. Além da contradição entre as comunidades e a classe política, havia a contradição entre o campo e a cidade. Essas e outras contradições foram se desenvolvendo ao ponto de que a forma privada de produzir riquezas da classe política foi subsumindo cada vez mais a forma comunitária de produzir riquezas das comunidades locais, os clãs.

Na mesma proporção, a cidade passou a dominar cada vez mais o campo. Destas contradições reais surgiram diferentes ideias que corroboravam com novas formas de produção e apropriação da riqueza. As ideias da classe política, aos poucos, subsumiam as ideias de produção comunitária dos clãs.

Como consequência do desenvolvimento destas contradições, os fundamentos do modo de produção tributário começaram a arruinar-se e, em seu lugar, a sociedade humana desenvolveu novas formas de produção de bens materiais.

É mister perceber que o percurso histórico do ser social não foi comum em todas as civilizações, no entanto, em algumas sociedades, o fim do modo de produção tributário deu lugar ao modo de produção escravista.

É o caminho seguido pelos grego-latinos. Conduz à sociedade que se apoia na combinação da propriedade privada e da produção mercantil. Nesta combinação está o segredo do “milagre grego” e da expansão do império romano, e ao mesmo tempo a singularidade dessa linha de evolução e o caráter típico de suas lutas de classes entre homens livres, e o da exploração por estes do trabalho escravo (GODELIER, 1984, p. 89).

Todavia é importante deixar claro que nem todas as sociedades experimentaram esta forma de produzir riquezas, algumas delas passaram diretamente do modo de produção tributário ao modo de produção feudal.

Ao lado deste caminho bem conhecido, propomos a hipótese da existência de outro que conduziria lentamente – com o desenvolvimento da propriedade individual – de certas formas do Modo de Produção Asiático a certas formas de feudalismo. Sem passar por um estágio escravista (GODELIER, 1984, p. 89).

Em nosso trabalho, fizemos a opção pelo caminho seguido pelos greco-latinos em função de que foi através dele que a humanidade chegou à forma social de produção de riquezas mais desenvolvida e complexa: o capitalismo.

Desse modo, demonstraremos a seguir, em linhas gerais, o movimento do modo de produção escravista. Iniciaremos demonstrando as condições objetivas que permitiram a passagem da forma tributária à forma escravista de produção, em particular, a agudização das contradições entre o modo de vida real das comunidades dos clãs e o modo de vida real da entidade política. Em seguida, demonstraremos como este modo de produção se tornou uma totalidade de totalidades, apresentando a relação de correspondência entre as totalidades sociais. Por último, demonstraremos o processo de contradição que se instaurou nesta forma de produção na medida em que as forças de produção se desenvolveram e as relações de produção estabelecidas entre os senhores escravistas e os escravos tornaram-se um entrave para o prosseguimento do ser social.

4.2 Modo de produção escravista³⁹

Desde o início, temos falado que a produção social é a *δυναμις* que põe em movimento o ser social. Através dela, o progressivo prosseguimento do ser social tem se processualizado. Ela permite, a cada instante, o ser social se reproduzir e se tornar cada vez mais social. Sem dúvida nenhuma, a produção social somente consegue exercer este papel no ser social porque ela mantém uma relação de determinação recíproca com as demais totalidades sociais: ela somente se realiza mediante a efetivação das demais totalidades sociais. Sem esta relação de reciprocidade entre as totalidades sociais, o ser social não se reproduziria.

No entanto, a história do ser social não se trata de um determinismo, resultado da produção social. Ela cria apenas as condições favoráveis para o surgimento de um novo modo de produção. Em última instância, são os homens que, diante das alternativas postas pela totalidade da existência real, fazem as suas escolhas. Tanto que, em algumas sociedades, diante do desmoronamento do modo de produção asiático, os homens escolheram uma forma de produzir riquezas diferente daquela baseada na força escrava de trabalho. Assim, algumas sociedades passaram do modo de produção asiático diretamente para o modo de produção feudal. Elas não conheceram a escravidão como uma forma predominante de produzir riquezas.

Ao contrário, o caminho escolhido pelos povos greco-romanos passou pela escravidão. Como este caminho desembocou na forma de produzir riquezas mais desenvolvida e complexa, passaremos a seguir a demonstrá-lo, em linhas gerais.

Através da produção social, os fundamentos do modo de produção asiático foram arruinados. O desenvolvimento do ser social, posto em movimento pela produção social e das demais totalidades sociais acentuou as contradições entre o modo de vida das comunidades aldeãs e o modo de vida da classe que se apropriava do excedente. A produção social acabou por destruir os fundamentos das últimas comunidades sem classes: as aldeias, e criou o embrião de uma sociedade de classe, a instância política que passou a submeter as comunidades aldeãs.

O modo de produção escravista é um estágio do ser social em que a sociedade, efetivamente, passou a ser constituída por classes sociais: “En la historia de la humanidad, el

³⁹ Esse modo de produção teve início com a civilização grega, mais ou menos por volta do ano 500 a.C e teve seu término com o fim do império romano, por volta do ano 476, d.C.

régimen esclavista fue el primer modo social de producción basado en el antagonismo de clase e ya exploración del hombre por el hombre”⁴⁰ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 53).

Conforme Dussel (1984) a partir das estepes euroasiáticas surgiu um grupo de povos guerreiros, denominados de indo-europeus. Estes povos começaram a expandir-se em função dos avanços incríveis no campo da tecnologia metalúrgica. Através do domínio do ferro e do aço eles desenvolveram ferramentas de guerra, embarcações, carros de guerra. Além disso, desenvolveram o sistema monetário.

La época del tránsito de la sociedad primitiva a la esclavista se distinguió por grandes éxitos en el perfeccionamiento de los instrumentos de trabajo y de la producción, para lo cual comenzaron a usarse los metales. Al principio eran el cobre y el bronce y, luego, hasta el hacha, la azada, el pico, la grada, la horquilla, las tenazas, la hoz, etc.⁴¹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 55)

Além da metalúrgica, os povos greco-romanos, foram beneficiados por sua localização geográfica em torno do mar mediterrâneo.

A antiguidade greco-romana era quintessencialmente mediterrânea na sua estrutura mais íntima, já que o comércio inter-regional que a coordenava apenas podia processar-se pela água: o transporte marítimo era o único meio viável de troca de mercadorias a média ou a longa distância. A importância colossal do mar para o comércio pode ajuizar-se do simples fato de que ficava mais barato, na época de Diocleciano, embarcar trigo da Síria para Espanha – de uma ponta a outra do Mediterrâneo – do que transportá-lo 120 quilômetros por terra. (ANDERSON, 1984, p. 102)

O mar mediterrâneo constituía-se assim numa força produtiva fundamental, pois proporcionava o ambiente geográfico necessário para o desenvolvimento social das sociedades greco-romanas, em especial, para o desenvolvimento do comércio.

Não é portanto acidental que a zona egéia – um labirinto de ilhas, enseadas e promontórios – tenha sido a primeira pátria da cidade-Estado; que Atenas, o seu exemplo maior, tenha fundado sobre a navegação as suas fortunas comerciais; que, quando a colonização grega se expandiu para o Oriente Próximo, na época helenística, o porto de Alexandria se tenha tornado a maior cidade do Egito, primeira capital marítima da sua história; e que, finalmente, por seu turno, Roma, nas margens do Tibre, se tenha tornado uma metrópole costeira. A água era o meio insubstituível de comunicação e comércio que tornava possível o crescimento urbano de uma concentração e apuramento muito mais avançados que o interior rural que lhe estava por trás. O mar era condutor do improvável esplendor da Antiguidade (ANDERSON, 1984, p. 102).

⁴⁰ Na história da humanidade, o regime escravista foi o primeiro modo social de produção baseado no antagonismo de classe e na exploração do homem pelo homem. (Tradução livre do autor)

⁴¹ O tempo de transição da sociedade primitiva até a escravista foi distinguido por grandes sucessos na melhoria dos instrumentos de trabalho e de produção; os metais começaram a ser utilizados. Inicialmente eram o cobre e o bronze e depois para o machado, a enxada, a picareta, as arquibancadas, a forquilha, a foice, etc. (Tradução livre do autor)

Beneficiados pelas águas do mar mediterrâneo, estes povos desenvolveram a tecnologia marítima, como as grandes navegações. Através da água, rapidamente o comércio e a comunicação destes povos foram expandidos:

O mediterrâneo é o único grande mar interior em todo o perímetro da terra: só ele oferecia velocidade marítima de transporte, com proteção na terra contraventos e marés, para uma vasta zona geográfica. A posição única da antiguidade clássica dentro da história universal não pode ser separada deste privilégio físico (ANDERSON, 1984, p. 102).

Assim, é inegável o papel decisivo do mar mediterrâneo e das tecnologias marítimas para o desenvolvimento da antiguidade greco-romana.

Favorecidos pelo desenvolvimento das forças produtivas, estes povos guerreiros, aos poucos, passaram a dominar outros povos, tornando-os escravos. É claro que o processo de formação dos escravos não foi apenas um produto das conquistas:

Se convertía en esclavos tanto a los prisioneros de guerra como a miembro de la gens: los miembros de la comunidad empobrecidos y endeudados pasaban a ser esclavos de los parientes ricos o eran vendidos como esclavos por los acreedores. Arruinados, los trabajadores libres vendían como esclavos a sus hijos.⁴² (RUMIÁNTSEV, 1980, p.57)

Com o desenvolvimento das forças produtivas, eles imprimiram novas relações de produção baseada no trabalho escravo: “Fue tal la superioridad de estos pueblos sobre la sociedad agraria, que surgió rápidamente, como la relación principal de producción, el modo de producción esclavista”⁴³ (DUSSEL, 1984, pág. 33). Aos poucos, a produção escravista tornou-se predominante, primeiramente entre os persas, seguida dos gregos e dos romanos:

El Imperio Persa puede considerarse el primer Imperio Mercantil Esclavista. En su camino continuarán las confederaciones griegas y el Imperio alejandrino y los reinos helenistas, el Imperio Romano y los nuevos Imperios Persas sasánida o los reinos hindúes arios de la India.⁴⁴ (DUSSEL, 1984, pág. 34)

Seja pela conquista, seja pelo endividamento, estes homens foram rebaixados à condição de coisa, de uma propriedade falante. A escravatura arruinava o espírito e os corpos destes homens, convertendo-os em escravos, uma mercadoria à semelhança de outra qualquer.

⁴² Tornavam-se escravos, ambos prisioneiros de guerra como membro das clãs: membros da comunidade empobrecidos e endividados passaram a ser escravos dos parentes ricos ou eram vendidos como escravos pelos credores. Arruinados, trabalhadores livres vendiam seus filhos como escravos. (Tradução livre do autor)

⁴³ Tal era a superioridade desses povos sobre a sociedade agrária, que rapidamente emergiu como a relação primária de produção, o modo de produção escravo. (Tradução livre do autor)

⁴⁴ O Império Persa pode ser considerado o primeiro império mercantil escravista. Em seu caminho continuaram as cidades gregas e o Império de Alexandria e os reinos helenísticos, o Império Romano e os novos Impérios Persas sassânidas e os reinos hindus da Índia. (Tradução livre do autor)

O trabalho escravo da Antiguidade clássica incorporava, portanto, dois atributos contraditórios, em cujo unidade residia o segredo da paradoxal precocidade urbana do mundo greco-romano. Por um lado, a escravatura representava a mais radical degradação do trabalho rural imaginável: a conversão dos próprios homens em meios em meios de produção inertes através da sua privação de todos os direitos sociais e da sua assimilação jurídica a bestas de carga: na teoria romana, o escravo agrícola era designado por *instrumentum vocale*, um grau acima do gado, que constituía um *instrumentum semi-vocale*, e dois graus acima das alfaías, que eram *instrumentum mutum*. Por outro lado, a escravatura era simultaneamente a mais drástica comercialização urbana do trabalho que possa conceber-se: a redenção da pessoa total do trabalhador. (PINSKY, 1984, p. 106)

A força de trabalho escrava era utilizada em toda a Grécia, fundamentalmente na produção social agrícola.

Nestas sociedades, a produção dos bens materiais estava baseada na agricultura e na pecuária. Os vínculos entre a agricultura e a pecuária permitiram o desenvolvimento das forças produtivas:

En las zonas en que las condiciones del clima no permitían criar ganado sin formación de reservas de forraje surgía la necesidad de producir grano y raíces comestibles y, por tanto, fomentar la agricultura. A su vez, la creciente ganadería el ascenso de la agricultura, por cuanto algunos animales pasaron a emplearse como bestias de tiro.⁴⁵ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 55)

Tanto a agricultura, quanto a pecuária eram desenvolvidas, predominantemente, através do trabalho escravo. Evidentemente, o trabalho escravo não era a única forma de produzir riquezas, neste período. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a esfera da atividade laboral foi gradualmente se ampliando, aperfeiçoando os hábitos de trabalho dos homens: “En los oficios aparecieron las especialidades y las profesiones, ya en la época de la esclavitud patriarcal había en Grecia albañiles, carpinteros, alfareros, talabarteros, especialistas en tratamiento de metales, etc.”⁴⁶ (RUMIÁNTSEV, 1980, p.55)

Seja como for, tanto na agricultura quanto na pecuária, a forma de organização do trabalho era a cooperação simples do trabalho: “El rasgo distintivo de la cooperación simple esclavista consiste en que su cuadro es considerablemente más amplio que la cooperación primitiva, abarca a mayor número de personas y se basa en la coerción directa de los trabajadores”⁴⁷ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 56).

⁴⁵ Nas áreas onde as condições do clima não permitiam criar gados sem formação de reservas de forragem, surgia a necessidade de produzir grãos e raízes comestíveis e, assim, promover a agricultura. Devido a crescente promoção do gado na agricultura, alguns animais foram usados como animais de tração. (Tradução livre do autor)

⁴⁶ As especialidades e profissões apareceram nos ofícios, e na época da escravidão patriarcal tivemos na Grécia pedreiros, carpinteiros, oleiros, seleiros, especialistas em processamento de metais, etc. (Tradução livre do autor)

⁴⁷ A característica distintiva da cooperação escravista simples é que a sua imagem é consideravelmente maior do que a cooperação primitiva, abrange maior número de pessoas e é baseado na coerção direta dos trabalhadores. (Tradução livre do autor)

Já na produção artesanal, tanto em função do desenvolvimento das forças produtivas quanto em função do caráter livre da produção, havia formas bem complexas: “la extracción de menas de hierro, cobre y plata, la fundición de metales, la tejeduría, la confección de ropa, adornos, distintos utensilios, etc”⁴⁸ (RUMIÁNTSEV, p.56). Separados da agricultura, os ofícios conseguiram aumentar a fabricação de ferramentas, o que permitiu ampliar o trabalho escravo.

Independente da atividade, o trabalho escravo era a forma social predominante de produzir riqueza. Ou seja, os escravos eram os produtores principais de todos os bens materiais, tanto daqueles necessários à sobrevivência deles quanto dos bens necessários à reprodução da classe dominante, os escravagistas.

El esclavista disponía enteramente de los bienes materiales que creaban los esclavos. Cierta parte de aquéllos volvían al esclavo en forma de medios de subsistencia, como producto necesario, que aseguraba la reproducción de su capacidad de trabajar. La otra parte, que comprendía el excedente sobre el producto necesario, se destinaba para satisfacer las distintas demandas del esclavista y era el plus-producto. De ahí se desprende que también el tiempo de trabajo del esclavo se desintegraba en tiempo necesario y tiempo adicional o plustiempo, o sea, el trabajo se dividía en trabajo necesario y plustrabajo⁴⁹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 60).

Os escravistas, por outro lado, não trabalhavam e viviam do excedente do trabalho escravo. O trabalho escravo criava o tempo livre para a classe escravista. Podemos dizer que os fundamentos da vida livre dos escravistas devem ser encontrados no trabalho escravo. Ou seja, o trabalho escravo fundou a vida livre da classe escravista. Com o tempo livre, eles se dedicavam à matemática, à astronomia, entre outras ciências.

A classe escravista vivia principalmente nas cidades. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o campo foi, aos poucos, subsumido pela cidade. O modo de produção escravista representou o momento histórico de dominação do campo pela cidade. O mundo greco-romano “constituía sempre um universo centrado nas cidades. O esplendor e solidez da antiga polis helênica e da posterior República Romana, que ofuscaram tantas épocas subsequentes, representaram um meridiano de organização e cultura urbanas que nunca seria igualado em nenhum outro milênio”. (ANDERSON, 1984, p. 100). Os escravistas eram os homens livres, aqueles que viviam nas cidades, os membros da polis. Somente eles gozavam

⁴⁸ A extração de minério de ferro, cobre e prata, a fundição de metal, a tecelagem, a confecção de roupas, ornamentos, vários utensílios, etc. (Tradução livre do autor)

⁴⁹ O escravista disporia inteiramente de bens materiais que eram criados pelos escravos. Certa parte voltava aos escravos na forma de subsistência, como produto necessário, garantindo a reprodução de sua capacidade de trabalho. A outra parte, que compreendia o excedente sobre o produto do trabalho, era destinado a satisfazer as diferentes demandas do escravista e era mais um produto. Segue-se também daí que o tempo de trabalho do escravo se desintegrava em tempo necessário e tempo adicional ou tempo excedente, ou seja, o trabalho se dividia em trabalho necessário e trabalho excedente. (Tradução livre do autor)

da cidadania. Vejamos que o conceito de cidadania no ser social tem sua gênese no modo de produção escravista e estava associado aos homens livres, aos membros das polis, que subjugavam os escravos.

Essa relação de dominação do campo pela cidade criava uma falsa aparência de que era a cidade que produzia a riqueza. Somente os homens das polis são livres, são cidadãos e por isso podiam criar o mundo. Dessa forma, as relações de produção apareciam como relações políticas. Na verdade, toda a esmagadora riqueza que sustentava a vida urbana dos escravistas provinha do campo.

A agricultura representou, ao longo da sua história, o setor em absoluto dominante da produção, fornecedor invariável das maiores fortunas das próprias cidades. As cidades greco-romanas nunca foram predominantemente comunidades de fabricantes, comerciantes ou mercadores: eram, na sua origem e princípios, agregados urbanos de proprietários de terras. Todas as ordens municipais, da democrática Atenas até à oligárquica Esparta ou à Roma senatorial, eram essencialmente dominadas por proprietários agrários. (ANDERSON, 1984, p. 100)

A cidade dominava o campo no sentido de que os grandes latifúndios pertenciam à classe escravista. A dominação política do campo pela cidade somente era possível porque os escravistas dominavam materialmente o campo. A cidade era uma fachada, por detrás dela não havia uma economia que lhe sustentava:

Dentro dela, as manufaturas são poucas e rudimentares: o normal das mercadorias das cidades nunca foi muito além dos têxteis, olaria, mobiliário e vidros. A técnica era simples, a procura limitada e o transporte exorbitantemente caro. O resultado foi que as manufaturas na antiguidade se desenvolveram, de modo característico, não através de concentração crescente, como em épocas posteriores, mas por desconcentração e dispersão, uma vez que a distância, mais que a divisão do trabalho, os custos relativos de produção. (ANDERSON, 1984, p. 101)

Como se pode ver, até os processos de formação das cidades e de dominação delas sob os campos foram determinados, em última instância, pela produção escravista que reinava nos campos. A força de trabalho escravista do campo criou a liberdade dos homens da cidade. Foram as amarras dos escravos que libertaram a classe escravista do campo, constituindo-a numa classe de homens livres e de proprietários.

A civilização da Antiguidade clássica representava, como vimos, a supremacia anômala da cidade sobre o campo dentro de uma economia predominantemente rural: antítese do primitivo mundo feudal que lhe sucedeu. A condição de possibilidade desta grandeza metropolitana na ausência de uma indústria municipal foi a existência de trabalho escravo no campo: só este podia libertar uma classe de proprietários fundiários das suas origens rurais tão radicalmente que ela pudesse transformar-se numa cidadania urbana que, a pesar disso, retirava do solo a sua riqueza fundamental. (ANDERSON, 1984, p. 105)

Com tudo isso, podemos encontrar os fundamentos da cidadania dos homens livres da Grécia na produção escravista. O tempo livre da classe escravista era decorrente da completa submissão do tempo de vida dos escravos ao regime da forma de produção escravista.

Desta forma, a produção escravista determinava materialmente a distribuição e o consumo das sociedades escravistas. A produção escravista, no entanto, para se realizar dependia de um caráter escravista das totalidades da distribuição e do consumo. A produção escravista somente era possível porque existia, por exemplo, um comércio de escravo. O próprio estado possuía escravos. A produção escravista se realizava mediante a efetivação das demais totalidades sociais. A sociedade, em geral dependia da força escrava para desenvolver-se

O estado possuiria escravos públicos até que houvesse três por cidadão ateniense. Na Grécia clássica, portanto, os escravos foram pela primeira vez regularmente empregados nos negócios, na indústria e na agricultura para além da escala doméstica. (PINSKY, 1984, p.105)

A força de trabalho escrava estava presente na totalidade da sociedade. Os fundamentos da Grécia e de Roma estavam assentados sob o trabalho escravo. Todo o tempo de vida do escravo era destinada a produção dos bens materiais. Era da produção do mais trabalho do escravo que brotava o tempo livre da classe escravista. O trabalho escravo constituía-se no fundamento da vida livre dos cidadãos das cidades-Estado. Podemos afirmar que a liberdade dos homens livres da Grécia era determinada pela produção escravista:

Enquanto o uso da escravatura se tornava geral, a sua natureza tornava-se correspondentemente absoluta: já não era uma forma relativa de servidão entre muitas, ao longo de um *continuum* gradual, mas uma condição polarizada de completa ausência de liberdade, justaposta contra uma liberdade nova e sem obstáculos. Foi precisamente a formação de uma subpopulação escrava nitidamente demarcada que por contraste, elevou os cidadãos das cidades gregas a níveis de liberdade jurídica consciente até então desconhecidos. A liberdade e a escravatura helénicas eram indivisíveis: cada uma delas era condição estrutural da outra num sistema diático sem precedentes ou equivalentes nas hierarquias sociais dos impérios orientais, que ignoravam por igual a noção de cidadania livre e de propriedade servil. (ANDERSON, 1984, P. 105)

Desse modo, podemos afirmar que a força de trabalho escrava criou a liberdade dos homens da Grécia e de Roma: o fundamento de suas cidadanias estava no trabalho escravo.

Se por um lado a produção escravista criou os fundamentos das demais totalidades sociais das sociedades greco-romana, por outro lado, a produção escravista somente se realizaria mediante a efetivação destas totalidades sociais. Se a produção escravista criou

materiais sobre os quais o comércio escravista foi fundado, foi a efetivação desta forma de comércio que revolucionou a produção escravista. No modo de produção escravista o comércio de escravos se desenvolveu como nunca visto na história do ser social.

A produção de bens materiais no mundo greco-romano aconteceu predominantemente sob a forma escravista de produção. No entanto, ao lado dela coexistiram outras formas de produzir riquezas. Já nos referimos que no ser social, há sempre uma relação de autonomia relativa, tanto na relação das totalidades sociais entre si, quanto na relação das totalidades com a totalidade social. Este momento de relativa autonomia presente no ser social torna-o uma totalidade aberta. Embora a forma predominante de produzir riquezas na Grécia fosse baseada no trabalho escravo, outras formas livres de trabalho existiam no interior da sociedade

O mundo helénico clássico, é claro, nunca assentou exclusivamente no uso do trabalho escravo. Camponeses livres, rendeiros dependentes, artesãos urbanos sempre coexistiram com os escravos, em combinações variáveis, nas diferentes cidades-Estado da Grécia. (ANDERSON, 1984, p. 103)

Em função do momento da relativa autonomia, no ser social há esta possibilidade de pluralidade e heterogeneidade de formas de produção coexistindo com uma forma predominante de produzir riquezas.

Evidentemente, a forma predominante de produzir riquezas da totalidade social era a escravista:

Mas o modo de produção dominante na Grécia clássica, que regia a complexa articulação de cada economia local e dava o seu cunho a toda a civilização da cidade-Estado, era o escravista. Isso iria passar-se também em Roma. [...] grandes épocas clássicas em que floresceu a civilização da antiguidade (a Grécia dos séculos V e VI a.C e a Roma do século II a.C ao século II d.C) foram aquelas em que a escravatura foi massiva e geral, entre outros sistemas de trabalho. (ANDERSON, 1984, p. 104)

Mesmo nas atividades que se realizavam para além da produção social, como nas atividades domésticas e nas atividades administrativas, utilizava-se a força de trabalho escravista: “era característico do modo de produção escravista plenamente desenvolvido nas zonas rurais de Roma o fato de mesmo as funções de administração serem delegadas em supervisores e feitores escravos, que punham bandos de escravos a trabalhar nos campos” (ANDERSON, 1984, p. 106).

Como já falamos, na medida em que há um desenvolvimento da relação entre as forças produtivas e das relações de produção, aumenta-se também o momento ideal no ser social.

Já nos referimos que as ideias brotam do real e voltam-se para ele no sentido de justificá-lo. No conjunto das ideias que permitiam o real se operacionalizar, resolvendo os conflitos entre os escravos e a classe escravista, a filosofia constituiu-se como um forte campo ideológico. A filosofia aristotélica, por exemplo, considerava o escravo a parte animada da propriedade: “El esclavo es un instrumento animado, y el instrumento, un esclavo inanimado”⁵⁰. Na Roma Antiga, o escravo era denominado de instrumento vocal.

Foi do tempo livre, decorrente do trabalho escravo, que a classe escravista desenvolveu a “Filosofia, ciência, poesia, história, arquitetura, escultura; direito, administração, dinheiro, fisco; sufrágio, debate, recrutamento – tudo isso apareceu ou desenvolveu-se a um nível de força e apuramento sem exemplo” (ANDERSON, 1984, p. 100).

Evidentemente, havia outras ideologias que nasciam da consciência de classe dos escravos. Tanto na Grécia, quanto em Roma, houve vários movimentos de insurreição dos escravos. Estes movimentos foram alimentados por um conjunto de ideias que negava as condições objetivas da escravidão.

É bem verdade que, em todo o período do modo de produção escravista, as ideologias que predominavam eram aquelas que estavam associadas aos interesses da classe escravista. Ou seja, a classe que dominava material, dominava espiritualmente a sociedade através das formas ideológicas.

Além da filosofia, as ciências da matemática e da astronomia contribuíram, em grande medida, para o progresso da produção escravista.

Por mais de oito séculos a forma social de produção esteve fundamentada no trabalho escravo. Em todo este tempo, a produção escravista somente foi possível efetivar-se graças a um conjunto de ideias que lhe permitia a operacionalização.

Enquanto contradição, o modo de produção escravista se caracteriza principalmente pela relação antagônica entre os escravistas e os escravos: “La forma esclavista de trabajo y la forma esclavista de propiedad, la oposición diametral entre la situación del esclavo y la del esclavista es la contradicción fundamental de la sociedad, cuyo desarrollo lleva a su inevitable hundimiento”⁵¹ (RUMIÁNTSEV, p.64).

Além desta contradição fundamental, este modo de produção se caracterizava pela contradição entre as atividades físicas e as intelectuais. O peso do trabalho físico recaía sobre

⁵⁰ O escravo é um instrumento animado, e o instrumento, um escravo inanimado. (Tradução livre do autor)

⁵¹ A forma escravista de trabalho e a forma escravista da propriedade, a oposição diametral entre a situação do escravo e do escravagista é a contradição fundamental da sociedade, cujo desenvolvimento leva a seu inevitável colapso. (Tradução livre do autor)

os escravos. Os escravagistas se “dedicaban a la administración del Estado, a la política, los asuntos militares, pudiendo también consagrar tiempo al fomento de la ciencia y del arte”⁵² (RUMIÁNTSEV, 1980, p.64).

Outra manifestação de contradição desta forma social de produção era a relação antagônica entre o campo e a cidade:

La ciudad explotaba por medios puramente económicos al campo: a través de la venta de mercancías de producción urbana en el campo a altos precios y la compra de la producción campesina a bajos precios. Además, los impuestos y toda clase de otras cargas que se les imponían a la provincia sin la menor norma ni limitación arruinaban el campo; la captura de esclavos y los reclutamientos de soldados despoblaban zonas enteras.⁵³ (RUMIÁNTSEV, p. 65)

Na medida em que estas contradições se agravavam, os fundamentos do modo de produção escravista começaram-se a arruinar-se. Com o progressivo desenvolvimento das forças produtivas, a produtividade da produção escravista entrou em declínio: “La productividad del trabajo de los esclavos, lejos de elevarse, bajaba. Se veía que la forma esclavista de trabajo era una forma muy limitada de actividad productiva y que, a medida que avanzaban las fuerzas productivas, la forma esclavista de explotación ya no aseguraba siquiera la reproducción simple”⁵⁴ (RUMIÁNTSEV, p.70).

O agravamento destas contradições tornou incompatível a relação entre as forças produtivas e as relações de produção.

Al comenzar a decaer la economía esclavista de Roma, a partir de los siglos II-III de n. e., los propietarios de latifundios comenzaron a fraccionar sus fincas en pequeñas parcelas y a entregarlas en determinadas condiciones para que las trabajaran a esclavos y a campesinos libres, pero empobrecidos y privados de sus tierras. Unos y otros constituían la masa de colonos, obligados a trabajar la tierra y a entregar a los propietarios de ésta una parte del producto obtenido. Era el sistema del colonato.⁵⁵ (RUMIÁNTSEV, 1980. p. 71)

⁵² Dedicavam-se a administração do Estado, à política, aos assuntos militares, podendo também dedicar tempo para a promoção da ciência e da arte. (Tradução livre do autor)

⁵³ A cidade explorava por meios puramente econômicos o campo: através da venda de bens de produção urbana no campo a preços elevados e a compra da produção camponesa a preços baixos. Além disso, os impostos e todos os outros encargos impostos pela província, sem qualquer regra ou limitação arruinavam o campo; a captura de escravos e recrutamento de soldados despovoavam áreas inteiras. (Tradução livre do autor)

⁵⁴ A produtividade do trabalho dos escravos, em vez de subir, caía. Observava-se que a forma escravista de trabalho era uma forma muito limitada e atividade produtiva e que, à medida que avançavam as forças produtivas, a forma escravista de exploração não assegurava sequer a reprodução simples. (Tradução livre do autor)

⁵⁵ Quando a economia escravista de Roma começou a decair, a partir dos séculos II-III de n.e., os proprietários de grandes propriedades começaram a dividir suas fazendas em pequenas parcelas e entrega-las sob certas condições para os escravos e camponeses livres trabalhassem, mas empobrecidos e privados de suas terras. Ambos constituíam a massa de colonos, forçados a trabalhar a terra e entregar aos proprietários parte do produto. Era o sistema de colonato. (Tradução livre do autor)

As contradições da produção social trouxeram consequência ontológica para as demais totalidades do modo de produção escravista. As contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção desdobram nos processos contraditórios que passaram a efetivar-se nas totalidades da distribuição, da circulação e do consumo. Ao lado destas contradições, surgiram um conjunto de ideias que se opunham a forma conservadora de produzir riquezas própria do modo de produção escravista. Estas ideias advogavam em favor de uma produção mais progressista de produzir riquezas.

Da agudização destas contradições surge nas entranhas do império romano uma nova forma de produzir bens materiais: o modo de produção feudal. A seguir demonstraremos o movimento desta nova forma de produção de riquezas. Começaremos apresentando as condições objetivas sob as quais o modo de produção feudal foi brotado. Em seguida, apresentaremos o feudalismo como uma totalidade de totalidades articuladas reciprocamente. Finalmente apresentaremos as contradições, em particular as relações mercantis, que levaram a sua ruína.

4.3 Modo de produção feudal ⁵⁶

Já nos referimos que o ser social é uma totalidade de totalidades. O desenvolvimento de suas totalidades não aconteceu simultânea e homogeneamente em todas as sociedades. Muitos povos não conheceram a forma escravista de produção. Assim, passaram diretamente da forma primitiva ou tributária de produzir riquezas para o modo de produção feudal.

Ahora bien, no todos los pueblos llegaron al feudalismo a través del régimen esclavista. Muchos realizaron ese tránsito partiendo directamente del régimen de la comunidad primitiva, soslayando el esclavista. Las peculiaridades de esta vía se manifestaron más claramente en Rusia y los países eslavos de Europa Central y Oriental. ⁵⁷ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 77)

Isto porque, a autonomia relativa presente na relação entre as sociedades e a totalidade do ser social, permitiu que alguns povos escolhessem outras alternativas de prosseguimento social. A totalidade do ser social não pressupõe um determinismo social. Ela

⁵⁶ Esse modo de produção teve início aproximado no ano de 476, com a queda do Império romano em sua porção ocidental e teve seu término em 1453, com a queda do Império romano do oriente.

⁵⁷ No entanto, nem todos os povos chegaram ao feudalismo através do regime escravista. Muitos realizaram essa transição partindo diretamente do regime da comunidade primitiva, ignorando o escravista. As peculiaridades desta rota se manifestaram mais claramente na Rússia e nos países escravos da Europa Central e Oriental. (Tradução livre do autor)

acaba por determinar uma escolha predominante entre as alternativas. No entanto, o fato de haver uma predominância de escolha não anula o caráter da relativa autonomia dos povos em relação à totalidade do ser social.

Assim podemos dizer que na história do ser social houve várias formas de feudalismo:

O que nós entendemos por modo de produção feudal inclui diversas formas: o feudalismo europeu (príncipes, mosteiros, dioceses com propriedade individual); o feudalismo asiático, muito centralizado, sobretudo em função do controle de água de irrigação; o feudalismo africano, construído a partir dos clãs (clã real). Ademais observam-se diversos tipos de gênese e de desenvolvimento: feudalismo que se constroem a partir de sociedades tribais ou de sociedade escravagistas, feudalismos que desembocam em sociedades capitalistas ou em sociedades socialistas e até mesmo monarquias absolutas que, no caso europeu, constituíram modelos de transição para as sociedades capitalistas. (HOUTART, 1982, p. 75)

Escolhemos reproduzir o caminho que incluiu a escravidão não necessariamente porque ele foi o caminho predominante de desenvolvimento das sociedades no ser social. Mas porque, exclusivamente, este caminho culminou com a forma mais desenvolvida e complexa de produzir riquezas, a forma capitalista de produção social.

Tentaremos registrar aqui, em linhas gerais, a gênese e o desenvolvimento do modo de produção feudal. Iniciaremos demonstrando sua gênese a partir das contradições e ruínas da totalidade do modo de produção escravista.

O modo de produção escravista representou um período na história do ser social através do qual o desenvolvimento do homem e da sociedade se processou da forma mais desigual e desumana possível. Com a formação da propriedade privada, iniciou-se um processo de produção dos bens materiais motivada pela valorização da propriedade privada. A propriedade privada transformou a luta comunal numa luta de classe com vista à produção de bens materiais destinados à troca.

Para que o processo de valorização da propriedade privada, que em essência é o processo de valorização do valor, continuasse ocorrendo parte significativa da humanidade foi reduzida à condição de mercadoria. Tratou-se de um processo de expansão e completude do valor. Na medida em que a produção de bens materiais com vista à troca aumentava, diminuía a produção de valores de uso. A transformação dos homens em coisas, através da utilização da força de trabalho como força escrava, representou um momento de expansão e domínio da mercadoria na história do ser social. O processo de afastamento das barreiras naturais realizado pela via da valorização do valor implicou na transformação do homem em mercadoria.

Essa forma de afastamento, embora tenha promovido um desenvolvimento no ser social, ocorreu de forma extremamente desigual. A vida livre de alguns homens, expressada na cidadania greco-romana, estava fundamentada na total privação da liberdade de mais da metade da população: mulheres, escravos, crianças, etc. O trabalho escravo foi a condição necessária e inevitável para o tempo livre dos cidadãos da Grécia e de Roma. A escravidão era condição ontológica para a liberdade.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, decorrentes principalmente das atividades realizadas sob o tempo livre, aquela forma de relação de produção, estabelecida entre o senhor escravista e os escravos, tornava-se cada vez mais caduca, freando o desenvolvimento da totalidade do ser social.

Assim, o desenvolvimento das forças produtivas exigia relações de produção mais progressistas que se adequassem ao desenvolvimento material e espiritual daquele momento histórico do ser social. Dentre as alternativas postas pelo processo de agudização das contradições da forma escravista de produção, os homens escolheram o caminho que lhes pareceu mais adequado: produzir riquezas sob a forma feudal de produção.

O feudalismo surgiu das ruínas do modo de produção escravista. A queda do império romano foi motivada entre outras coisas pelo domínio e desenvolvimento das forças produtivas que outros povos conheceram, assim como também pela insurreição de movimentos camponeses dentro do próprio império romano.

La liquidación de las caducas relaciones de producción del esclavismo y la transformación del nuevo tipo socioeconómico en forma dominante de relaciones de producción en la sociedad fueron aceleradas cuando las tribus germanas, eslavas y de otros pueblos se apoderaron del Imperio Romano.⁵⁸ (RUMIANTSEV, 1980, p. 76)

A articulação entre o fracasso das relações escravista e o desenvolvimento das novas forças produtivas fez surgir uma nova forma de produção e de apropriação de riquezas baseada no sistema do colonato. Esta forma de produzir riquezas criou novas relações de produção entre os produtores privadas; criou os fundamentos para o surgimento de novas formas das totalidades sociais. Com ela, o momento de ideação alterou-se e novas formas produção de ideias desenvolveram-se no ser social.

Das entranhas da forma escravista de produção surgiu o modo de produção feudal que, através do sistema de colonato, passou a por em movimento o desenvolvimento do ser

⁵⁸ A liquidação das relações de produção obsoletas de escravidão e a transformação do novo tipo socioeconômico em forma dominante de relações de produção na sociedade foram aceleradas quando as tribos germânicas, eslavas e de outros povos apoderaram-se do Império Romano. (Tradução livre do autor)

social: “El prototipo más vivo del feudalismo en la sociedad esclavista fue el sistema del colonato en el Imperio Romano, que obtuvo especial difusión en el período de la desintegración de la esclavitud”⁵⁹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 76). Este sistema pressupunha a divisão da terra pertencente a classe dos senhores feudais em terras senhorial e terra camponesa.

O termo feudal vem de feudo que consistia de uma “porção de terra adjudicada a um senhor” (HOUTART, 1982, p. 75). Os feudos criaram e condicionaram novas formas de relações de produção. De um lado havia o senhor feudal, que tinha a propriedade jurídica da terra. De outro lado haviam os camponeses, dependentes e explorados pelo uso que faziam das terras dos senhores feudais na forma de arrendamento:

El contenido fundamental de dicho proceso era el mismo: el surgimiento de la clase de los señores feudales, propietarios de tierras, y la clase de los campesinos, dependientes y explotados, carentes de tierra y forzados a mantener sus pequeñas haciendas individuales en las tierras de esos señores.⁶⁰ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 77)

Como o modo de produção feudal foi fundamentalmente uma economia natural, baseado na produção agropecuária, a terra era o principal meio de produção e todo o desenvolvimento das forças produtivas ocorreu em torno dela: “La propagación paulatina del arado, la grada de hierro y de otros aperos metálicos elevaba el nivel de la técnica agrícola”⁶¹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 77).

Situaram-se no campo dos avanços técnicos deste momento histórico os moinhos de vento e logo em seguida os moinhos de água. A terra era de propriedade jurídica dos senhores feudais, ao lado dela havia a propriedade “individual de los productores directos: los campesinos y los artesanos. Por ejemplo, el campesino poseía en propiedad sus aperos agrícolas, ganado de labor y de renta, aves de corral, forrajes, semillas, dependencias, cada de vivienda, utensilios domésticos, medios de transporte, etc”⁶² (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 81). Diferente da força de trabalho escrava, o trabalho do camponês e do artesão gozava de

⁵⁹ O protótipo mais vivo do feudalismo na sociedade escravista foi o sistema de colonato no Império Romano, que ganhou emissão especial no período da desintegração da escravidão. (Tradução livre do autor)

⁶⁰ O conteúdo fundamental desse processo foi o mesmo: o surgimento da classe de senhores feudais, proprietários de terras e a classe dos camponeses, dependentes e explorados, sem-terra e forçados a manter suas pequenas fazendas individuais, mas terras desses senhores. (Tradução livre do autor)

⁶¹ A disseminação gradual do arado, a grade de ferro e outros implementos metálicos elevavam o nível de tecnologia agrícola. (Tradução livre do autor)

⁶² Individual dos produtores diretos: os camponeses e os artesãos. Por exemplo, o camponês possuía em propriedade os implementos agrícolas, gado de trabalho e renda, aves, forragem, sementes, anexo, casa de vivência, utensílios domésticos, meios de transporte, etc. (Tradução livre do autor)

relativa autonomia que permitia certa revolução no processo de desenvolvimento de suas forças produtivas.

A produção agropecuária criou os fundamentos dos ofícios artesanais: “El perfeccionamiento de los instrumentos de producción agropecuaria y el mejoramiento de los métodos de fundición y tratamiento de metales contribuyeron al renacimiento de los oficios artesanos”⁶³ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 78). É bem verdade, no entanto, que em seguida o desenvolvimento dos ofícios revolucionou a produção agropecuária fortalecendo sobretudo a formação e o progressivo desenvolvimento das cidades feudais.

Apesar do desenvolvimento do feudalismo ter se processado fundamentalmente no trabalho manual do camponês e do artesão, as forças produtivas alcançaram um grau de desenvolvimento muito maior do que aquele ocorrido no modo de produção escravista. Na medida que ocorria o desenvolvimento material, as relações de produção entre os homens acabavam por ser condicionadas a ele.

Na medida em que as forças produtivas se desenvolviam, em correspondência a este desenvolvimento surgiram novas relações de produção, novas formas de apropriação da riqueza, novas formas de consciência do real, etc.

Al carácter de las fuerzas productivas plasmado bajo el feudalismo y al nivel de su desarrollo correspondían determinadas relaciones de producción: el sistema de las relaciones de propiedad, el modo de asociación de los medios de producción a los productores directos, las relaciones de distribución, etc.⁶⁴ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 78)

Já sabemos que as relações de produção são, em essência, relações de propriedade. No feudalismo a terra, principal meio de produção, pertencia em geral aos senhores feudais. Não havia terra sem senhor.

En la época del feudalismo, la propiedad campesina sobre la tierra era un fenómeno raro. Era común el principio no hay tierra sin señor, es decir, no hay tierra que no pertenezca a un señor feudal. La tierra pertenecía a señores feudales seculares y a la Iglesia. En los países de Europa Occidental, una parte considerable de toda la tierra pertenecía a la Iglesia.⁶⁵ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 79)

⁶³ O aperfeiçoamento das ferramentas de produção agrícolas e melhores métodos de fundição e processamento de metal que contribuem para o renascimento dos ofícios. (Tradução livre do autor)

⁶⁴ Ao carácter das forças produtivas incorporada sob o feudalismo e o nível de desenvolvimento correspondia a certas relações de produção: o sistema das relações de propriedade, o modo de associação dos meios de produção aos produtores diretos, relações de distribuição, etc. (Tradução livre do autor)

⁶⁵ Na época do feudalismo, a propriedade camponesa sobre a terra era um fenômeno raro. Era comum o princípio de que não há terra sem senhor, isto é, não há terra que não pertence a um senhor feudal. A terra pertencia a senhores feudais seculares e a Igreja. Nos países da Europa Ocidental, uma parte considerável de toda a terra pertencia às Igrejas. (Tradução livre do autor)

As relações de produção eram determinadas pela propriedade dos meios de produção. A propriedade do senhor feudal sobre a terra condicionava, ontologicamente, tanto o lugar dele quanto o lugar do camponês no processo de produção.

Sin embargo, el medio fundamental de producción – la tierra – no pertenecía a los trabajadores, era propiedad de la clase de los señores feudales. La propiedad de los señores feudales sobre la tierra era la base de la sociedad feudal y determinaba la situación de los hombres en el proceso de la producción social.⁶⁶ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 78)

E não somente isso, condicionava também o processo de apropriação destes agentes aos bens materiais produzidos, ou seja, condicionava “la forma de distribución de los productos obtenidos”⁶⁷ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 78). A forma de divisão social do trabalho, bem como a apropriação dos bens materiais, eram determinadas, em última instância, pela forma como eram produzidos os bens materiais no feudalismo. Como na forma feudal de produzir riquezas o senhor feudal comparecia como único proprietário privado da terra, certamente este caráter privado da produção determinava o material e a forma de apropriação da riqueza pelos camponeses.

Assim, todo modo de produção tem como correspondência um modo de apropriação da riqueza. A associação dos homens no processo de produção estava condicionada pela forma como eles estão associados à propriedade.

La esencia de la forma feudal de propiedad sobre los medios de producción consiste en que los productores directos -los campesinos- no tienen tierra, o sea, el principal medio de producción agropecuaria. La reciben del propietario, del señor feudal en usufructo, y no en propiedad. Por el usufructo de la tierra, los campesinos debían siempre cumplir toda clase de prestaciones feudales. La propiedad de los señores feudales sobre la tierra era la base económica de la explotación de los campesinos, de su dominación sobre los campesinos.⁶⁸ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 80)

Esta relação com a propriedade determinava o processo de apropriação da riqueza tanto do senhor feudal como dos camponeses: “As relações sociais de produção, com efeito, regulam a apropriação da terra e de seus produtos. Elas opõem o senhor, proprietário dos meios de produção, ao camponês, produtor, que possui os instrumentos de trabalho e o direito de uso do meio de produção mas que deve prestar serviços ao senhor.” (HOUTART, 1982, p. 20). As

⁶⁶ Sem dúvida, os meios básicos de produção - a terra - não pertenciam aos trabalhadores, era propriedade da classe de senhores feudais. A propriedade dos senhores feudais da terra era a base da sociedade feudal e determinava a situação dos homens no processo de produção social. (Tradução livre do autor)

⁶⁷ A forma de distribuição dos produtos obtidos. (Tradução livre do autor)

⁶⁸ A essência da forma feudal de propriedade sobre os meios de produção consiste em que os produtores diretos - os camponeses - não têm terra, isto é, o principal meio de produção agrícola. Recebiam-na do proprietário, do senhor feudal em usufruto, e não em propriedade. Pelo uso da terra, os agricultores deviam sempre atender todos os tipos de serviços feudais. A propriedade dos senhores feudais da terra era a base econômica da exploração dos camponeses, de sua dominação sobre os camponeses. (Tradução livre do autor)

relações de apropriação são decorrentes das relações de propriedade. Ou seja, o consumo, a apropriação dos bens materiais era determinada pela relação que o senhor feudal e os camponeses mantinham com a propriedade da terra. Assim, a porção do consumo era determinada pela relação de propriedade que cada um deles mantinha com a terra.

O camponês se apropriava da terra na medida em que fazia uso dela em forma de arrendamento. Ele mantinha uma relação de posse com a terra e não de propriedade. O usufruto da terra pelos camponeses era, em geral, hereditário. Havia também a forma de usufruto vitalício sem direito de venda ou herança. Em função de sua relação com a propriedade da terra, este usufruto se realiza sob a forma de exploração: “usufructo de la tierra correspondía al carácter de la explotación feudal de los campesinos y era una de las principales formas de relaciones agrarias del feudalismo”⁶⁹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 81) e sob a forma de sujeição: “En la Edad Media, la fuente de explotación feudal no consistía en que el pueblo se liberaba de la tierra, sino, al contrario, en que se sujetava a ella”⁷⁰ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 81). O tamanho e a proporção do terreno arrendado determinava as prestações e os serviços que os camponeses deviam satisfazer para com o senhor feudal.

A relação deles com a terra os fazia servos, isto é, as relações feudais de produção criavam os fundamentos para a existência dos servos. Assim, ser servo era uma condição direta e inevitável da relação que o camponês mantinha com a propriedade da terra: “os camponeses permanecem servos, ligados ao poder superior pelo fato de que não possuem terra, mas a trabalham, geralmente com uma certa garantia de continuidade através das gerações, dispondo por si mesmo dos instrumentos de trabalho” (HOUTART, 1982, p. 54).

Ao contrário, os senhores feudais por terem a propriedade jurídica da terra se apropriavam da produção do excedente. A condição de proprietário da terra conferia aos senhores feudais uma relação de dominação sobre os camponeses: “por cuanto la tierra era propiedad de los señores feudales, éstos formalmente podían expulsar en cualquier momento al campesino de la tierra que usufructava”⁷¹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 81).

Na medida em que o modo de produção feudal se desenvolvia alterava-se a forma de apropriação do excedente. Através dele o senhor feudal mantinha uma relação de

⁶⁹ Ao usufruto da terra correspondia o caráter da exploração feudal dos camponeses e foi uma das principais formas de relações agrárias do feudalismo. (Tradução livre do autor)

⁷⁰ Na Idade Média, a fonte de exploração feudal não consistia em que o povo se libertasse da terra, senão, pelo contrário, em que se sujeitava a ela. (Tradução livre do autor)

⁷¹ Como a terra era propriedade dos senhores feudais, formalmente eles poderiam expulsar a qualquer momento o camponês da terra que usufruía. (Tradução livre do autor)

exploração com os camponeses. A primeira forma de apropriação do excedente ocorreu através do tempo de trabalho dos camponeses.

La forma inicial de renta feudal del suelo fue la *renta en trabajo*. Este pago de la renta se denominaba prestación personal. Al regir la renta en trabajo, el plustrabajo estaba separado, tanto en el tiempo como en el espacio, del trabajo necesario. Una parte de la semana -tres días y más-, el campesino trabajaba en la finca del señor, y los días restantes en su propia hacienda. Debía trabajar la tierra del señor feudal con sus propios aperos y animales de labor, cumplir trabajos de construcción y satisfacer otras prestaciones.⁷² (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 84)

Já falamos que a relação dos agentes – senhor feudal e camponeses - com a propriedade da terra determinava o lugar deles no processo produtivo. Como os camponeses não tinham a propriedade da terra, apenas o direito de uso dela, esta condição fazia com que o tempo de trabalho deles fosse dividido em tempo de trabalho necessário e tempo adicional de trabalho.

Durante o tempo adicional de trabalho o camponês criava nas terras do senhor feudal o excedente, que era apropriado gratuitamente pelo senhor feudal. A apropriação deste excedente criado pelo mais trabalho do camponês era a forma econômica de realização da propriedade dos senhores feudais sobre a terra.

El plusproducto, creado por el plustrabajo de los productores directos, se lo apropiaba el señor feudal bajo la forma de renta feudal del suelo, la cual era la forma económica de realización de la propiedad de los señores feudales sobre la tierra. Un rasgo distintivo de la renta feudal del suelo consiste en que ésta incluye todo el plusproducto creado por el campesino y, con frecuencia, una parte del producto necesario. Por tanto, la ley económica fundamental del feudalismo consiste en la producción del plusproducto, creado mediante la explotación de los campesinos dependientes y apropiado por el señor feudal bajo la forma de renta feudal del suelo.⁷³ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 84)

Evidentemente, este mais trabalho se efetivava sob determinada resistência dos camponeses. Durante o trabalho aditivo, o camponês não tinha interesse em diminuir o tempo socialmente necessário para produzir os bens materiais aumentando a produtividade das terras do senhor feudal. Para que o mais trabalho se realizasse o senhor feudal utilizava tanto da

⁷² A forma inicial de renda feudal do solo foi a renda em trabalho. Este pagamento se denominava de prestação pessoal. Ao regir a renda por trabalho, o trabalho excedente acabava separado, tanto no tempo como no espaço, do trabalho necessário. Uma parte da semana – três dias ou mais – o camponês trabalhava na terra do senhor, e os dias restantes na sua própria fazenda. Devia trabalhar a terra do senhor feudal com os próprios meios e animais de trabalho, cumprir trabalho de construção e satisfazer outras prestações. (Tradução livre do autor)

⁷³ O produto excedente criado pelo trabalho excedente dos produtores diretos, se apropriava o senhor feudal sob a forma de renda feudal da terra, a qual era a personificação econômica da propriedade dos senhores feudais sobre a terra. Uma característica distintiva da renda feudal da terra é que ele inclui todo o produto excedente criado pelo agricultor e com frequência uma parte necessário do produto. Portanto, a lei econômica básica do feudalismo é a produção de excedentes, criado através da exploração de camponeses dependentes e apropriados pelo senhor feudal sob a forma de renda feudal da terra. (Tradução livre do autor)

coersão econômica como da político-jurídica. Por estas razões o trabalho do camponês se revestia de uma forma de trabalho coercitivo sob a constante vigilância do senhor feudal.

Através do tempo necessário de trabalho o camponês cuidava das terras que estavam sob sua posse. Como resultado deste tempo de trabalho, os camponeses produziam todos os bens materiais necessários à reprodução deles. No trabalho necessário, o camponês gozava de relativa liberdade e com isso tinham interesse em aumentar a produtividade das terras que estavam sob sua posse, reduzindo o tempo socialmente necessário para a produção de seus bens materiais. Esse processo elevou o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas.

El campesino estaba interesado en elevar la productividad del trabajo sólo en su propia hacienda, ya que ésta le daba los medios necesarios de subsistencia. La posibilidad de producir cierto remanente por encima del producto necesario y mejorar de este modo su situación económica brindaba cierta perspectiva de fomento de las fuerzas productivas en la sociedad feudal.⁷⁴ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 84)

A segunda forma de apropriação do excedente se deu através do rendimento em frutos. Esta forma de apropriação somente tornou-se possível em função do aumento da produtividade do trabalho dos camponeses. Já nos referimos que o desenvolvimento das forças produtivas condiciona a forma de apropriação das riquezas. A produção social não só produz o material da apropriação mas determina também a forma da apropriação dos bens materiais. Podemos dizer que a apropriação do excedente na forma de frutos foi uma determinação ontológica da forma desenvolvida de produzir bens materiais que o modo de produção feudal passou a conhecer naquele estágio de seu prosseguimento social.

El senso en frutos apareció en una fase más avanzada del desarrollo del feudalismo, cuando ya se había alcanzado un nivel más alto de la productividad del trabajo de los productores directos. Al instaurarse esta forma de renta, la mayor parte de la tierra de los feudos se entregaba en usufruto ao campesino.⁷⁵ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 85)

Já nos referimos que as relações de trabalho são decorrentes das relações que os homens mantêm com a propriedade, neste caso, com a terra. No momento em que o camponês passa a ter a posse de uma quantidade maior de terra, tanto as suas relações de produção quanto a forma de apropriação da riqueza por parte do senhor feudal alteram-se. Nestas

⁷⁴ O camponês estava interessado em aumentar a produtividade do trabalho apenas em sua própria propriedade, uma vez que esta lhe dava os meios necessários de subsistência. A possibilidade de produzir alguns remanentes acima do produto necessário e, assim, melhorar a sua situação econômica oferecia certa perspectiva de desenvolvimento das forças produtivas na sociedade feudal. (Tradução livre do autor)

⁷⁵ O senso em frutos apareceu em uma fase mais avançada do desenvolvimento do feudalismo, quando já havia alcançado um nível mais alto da produtividade do trabalho dos produtores diretos. Ao instaurar essa forma de renda, a maior parte da terra dos feudos foi entregue em usufruto ao camponês. (Tradução livre do autor)

condições objetivas o trabalho aditivo do camponês será realizado nas terras que estão sob sua posse não mais sob a vigilância do senhor feudal mas sobre sua própria responsabilidade. Assim, “el trabajo para sí y el trabajo para el señor feudal ya no se separaban en el tiempo y el espacio. El campesino pechero producía tanto el producto necesario como el plusproducto en su hacienda y entregaba luego este último, bajo la forma de censo en frutos, al señor feudal”⁷⁶ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 85).

Esta segunda forma de produzir o excedente impulsionava o camponês a aumentar a produtividade de seu trabalho diminuindo o tempo socialmente necessário para a produção de riquezas, através do desenvolvimento das forças produtivas, principalmente.

A terceira forma de produzir o excedente feudal foi através da renda em dinheiro e demonstrava como o feudalismo prosseguia em seu caminho de afastamento das barreiras naturais tornando-se cada vez mais social pela via econômica. Ao mesmo tempo esta forma de produção do excedente representou o início da desintegração do feudalismo: “El censo en metálico fue la última forma de renta feudal del suelo. Fue típico del período de la desintegración del feudalismo y del desarrollo paulatino del tipo económico capitalista en sus entrañas”⁷⁷ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 86).

Já falamos que os senhores feudais tinham a propriedade jurídica da terra. Os campones, o direito de usufruto dela. É claro que além dos senhores feudais, o Estado e a igreja se apropriavam tanto do excedente quanto do próprio meio de produção, a terra, conforme Houtart (1982). Como o feudalismo consistiu de um sistema de hierarquia de poder, o senhor feudal mantinha uma relação de dependência e sujeição com outros agentes como o rei. O senhor feudal tinha a propriedade jurídica da terra. Ou seja, a forma adjudiciada da terra tornava o senhor feudal vassalo de outro agente.

Além de ter criado os fundamentos para a existência deste sistema hierárquico de poder, todos os níveis deste sistema viviam do excedente produzidos pelos camponeses.

Como se pode ver, a forma feudal de produção não produzia apenas o material para o consumo, mas também determinava a forma como esse material deveria ser apropriado, consumido. As relações de consumo, o processo de apropriação da riqueza feudal, eram

⁷⁶ O trabalho para si e o trabalho para o senhor feudal não se separavam no tempo e no espaço. O camponês plebeu produzia tanto o produto necessário como o produto excedente em sua fazenda e, em seguida, entregava-o, sob a forma de censo em frutos ao senhor feudal. (Tradução livre do autor)

⁷⁷ O censo metálico foi a última forma de renda feudal do solo. Foi típico do período da desintegração do feudalismo e do desenvolvimento gradual do tipo econômico capitalista em suas entranhas. (Tradução livre do autor)

determinados pelo lugar dos agentes, senhores feudais e camponeses, na relação com a propriedade da terra.

Esse processo desigual de produção e apropriação da riqueza somente se realizava graças à efetivação de outras totalidades como o estado e o direito, que coercitivamente garantiam a operacionalização das relações de produção e apropriação.

Al propio tiempo, es típica del feudalismo, además, la coerción extraeconómica, sin la cual sería imposible la producción feudal. Lenin escribía que si el terrateniente "...no tuviese un poder directo sobre la persona del campesino no podría obligar a trabajar para sí al hombre que posee tierra de nadie y que tiene su hacienda propia. Se requiere, pues, una "coerción extraeconómica", como dice Marx, al definir ese régimen económico... Las formas y el grado de esa coerción pueden ser los más distintos, comenzando por el estado de servidumbre y terminando con la restricción estamental de los derechos del campesino". Por lo tanto, la coerción extraeconómica es un rasgo inalienable del feudalismo, que se desprende del hecho de que los campesinos poseen en propiedad personal casi todos los elementos necesarios para la hacienda menos la tierra, monopolizada por los señores feudales.⁷⁸ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 82)

Sem as formas ideológicas de coerção certamente a forma de produção e a apropriação feudal da riqueza não se realizava. Podemos dizer que a produção social criava os fundamentos das diversas formas de consciência e de produção de ideologias, mas ao mesmo tempo, para ela se realizar dependia da operacionalização destas totalidades.

O modo de produção feudal necessita de outros tipos de pressão além das econômicas, para sua manutenção e reprodução, pelo fato de não haver coincidência entre a propriedade jurídica e a propriedade efetiva dos meios de produção. Sendo assim, os camponeses poderiam subsistir materialmente sem ser necessariamente dependentes dos senhores feudais, pelo menos no que se refere a uma boa parte de sua subsistência pessoal. Desse modo o elemento político-ideológico se tornaria o elemento dominante nesse tipo de sociedade. (HOUTART, 1982, p. 76)

Assim, se em última instância as ideias brotavam da forma real do modo de produzir riquezas, sem elas não seria possível as contradições do modo de produção feudal se operacionalizarem. Dessa forma, as contraditórias relações sociais, tanto aquelas estabelecidas no processo de produção como aquelas estabelecidas na apropriação dos bens materiais, eram explicadas e legitimadas através das ideologias.

⁷⁸ Ao mesmo tempo, é típico do feudalismo, também, a coerção extra-econômica, sem a qual seria impossível a produção feudal. Lenin escreveu que se o proprietário "... não tivesse um poder direto sobre a pessoa do camponês não podia obrigar a trabalhar para si o homem que possuísse terra de ninguém e que tem sua própria fazenda. Solicita-se, pois, uma "coerção extra-econômica", como disse Marx, ao definir esse sistema econômico... As formas e a extensão dessa coerção podem ser os mais distintos, começando com o estado de servidão e terminando com a restrição estamental dos direitos do camponês". Portanto, coerção extra-econômica é uma característica inalienável do feudalismo, que decorre do fato de que os camponeses possuíam na propriedade pessoal quase todos os elementos necessários para a fazenda menos terra, monopolizada pelos senhores feudais. (Tradução livre do autor)

A função do sistema ideológico é a de explicar e legitimar as relações sociais que descrevemos e que são estabelecidas a partir de relações de produção não totalmente determinantes. Com efeito, as relações de produção permitem as várias formas de arrendamento e são organizadas juridicamente, mas sem justificação econômica completa. Em outras palavras, existe uma contradição que não encontra a sua justificação ao nível da produção material do grupo. Sendo assim, o sistema ideológico deve reduzir as oposições ao plano simbólico, a fim de servir de cimento para a sociedade. (HOUTART, 1982, p. 77)

Deste modo, as contradições da produção social feudal determinavam materialmente criando os fundamentos das formas ideológicas: política, jurídica, religiosa. Estas formas de consciência mantinham uma relação de dependência ontológica com a forma feudal de produzir riquezas, ou seja, elas diziam respeito à relação material que tanto os senhores quanto os camponeses mantinham com a terra no processo produtivo.

Estas formas de consciência, ao efetivarem-se, revolucionavam a produção e as demais totalidades do ser social. Podemos assim dizer que elas determinavam idealmente a forma de produzir e de se apropriar das riquezas. No campo político, a ideologia tinha como função social a

Organização das relações sociais, a gestão de seus sistemas simbólicos, o exercício da justiça, a organização das trocas de serviços e obrigações juridicamente estabelecida. Com o tempo, tal sistema terminou por engendrar um processo burocrático, pois a cascata de delegações obriga o poder a delegar poderes. A produção material determinava materialmente os fundamentos para o surgimento das ideologias. (HOUTART, 1982, p. 77)

Podemos dizer que o movimento da produção social e de suas demais totalidades como o consumo, a distribuição, a circulação e o consumo mantinham uma relação de dependência ontológica com as formas de consciência. Sem elas, as totalidades do modo de produção feudal não se realizariam. No caso das formas de consciência política, a determinação delas sobre as totalidades sociais era de caráter político. Assim, se por um lado a produção social determinava materialmente o Estado, criando o material e a forma de gestão deste material, por um outro lado o Estado determinava politicamente a produção social, determinando o lugar dos agentes na produção social.

No campo jurídico, o direito exercia uma função social na medida em que legalizava as relações de produção, as relações de apropriação, as relações de dependências entre os níveis de hierarquias dos agentes sociais, justificando-os.

Evidente que a consciência de servo ou de senhor brotava da existência real deles, da relação social que eles mantinham com a propriedade. O brilho do senhor feudal era um reflexo da propriedade da qual ele estava relacionado. Parecia que era a propriedade que tinha o brilho. No fundo, este brilho era resultado das relações de produção entre ele e o servo, que

agora estavam reificadas na forma da propriedade da terra. A ideologia acabava por justificar esse processo de reificação das relações de produção. Sem esta forma de consciência política, as relações de produção entre o senhor feudal e o servo não se processualizava, tornando a práxis deles inviável.

Seja qual for a função social das ideologias, sua natureza era sempre encontrada na existência real, ou seja, na forma feudal como os homens produziam os bens materiais. Elas permitiam que os homens tomassem consciência dos conflitos reais do modo de produção feudal e ao mesmo tempo cumpriam uma função social no sentido que tornavam a práxis deles possíveis, resolvendo tais conflitos.

Como o real era constituído pela forma contraditória de como os homens se relacionavam com a propriedade, logo as formas de consciência sobre o real acabavam por reproduzir formas contraditórias de apreender o real. No modo de produção feudal havia, portanto, de um lado a consciência do senhor feudal e do outro lado, a consciência do camponês.

Os camponeses tinham uma certa consciência da existência deles. Se eles não tivessem consciência, a vida real deles não se processualizava. Mesmo na sua dependência à propriedade da terra do senhor feudal, eles conseguiam realizar um processo de ideação com vista à reprodução de suas vidas material.

No que se refere ao processo de apropriação das riquezas, os camponeses tinham certa consciência a respeito da origem e do destino do excedente da produção deles. A forma desigual de apropriação dos bens materiais não era facilmente aceita por eles. Não é por acaso que o feudalismo foi marcado por grandes movimentos de revolta e luta dos camponeses contra os senhores feudais. Sem dúvida nenhuma, estes movimentos de luta eram motivados por uma consciência deles a respeito do lugar que eles ocupavam no ser social. Esses movimentos representavam uma consciência das contradições do real e, de certa forma, a esperança de uma existência real mais humanizada.

Se esta forma de consciência pressupunha uma mudança no real, em geral, as formas de consciência predominante do mundo feudal pretendiam justificar o real, conservando-o. Para que a forma contraditória e desigual feudal de produção e apropriação dos bens materiais se processasse era necessária “uma poderosa produção ideológica para que os servos o admitam como natural e necessário à sobrevivência da ordem global” (HOUTART, 1982, p.20).

Os senhores feudais, diferentes dos camponeses, contavam com o apoio decisivo do Estado, da igreja, para tornar a sua forma de consciência predominante e determinante no mundo feudal.

Temos nos referido que a sociedade humana é uma totalidade de totalidades. Isso não consiste num determinismo. Apenas demonstra que as totalidades sociais (produção, distribuição, circulação e consumo), em última instância, são determinadas pela totalidade social, neste caso o feudalismo. A totalidade acaba por determinar uma forma predominante de produzir e de se apropriar da riqueza. No feudalismo a forma predominante de produzir riquezas estava baseada na relação entre o senhor feudal e o camponês. Embora esta forma de produzir riquezas tenha sido a predominante, o caráter da relativa autonomia, momento inerente de todas as formas do ser social, permitia que outras formas de produzir bens materiais coexistissem com esta forma predominante.

O prosseguimento do ser social através do desenvolvimento do feudalismo teve como consequência, no campo da produção social, o surgimento de novas formas de relações de produção. O desenvolvimento da propriedade privada fez surgir novas de relações de produção, entre elas aquelas que se plasmavam no processo da produção artesanal.

Con el tiempo se fueron perfeccionando más y más la técnica manual de los oficios y la maestría de los artesanos. El progreso de los oficios halló su expresión en el aumento del número de especialidades artesanas, la segregación de nuevas ramas de oficios y el perfeccionamiento de los métodos de producción de artículos de artesanía. Los artesanos comenzaron a producir muchos más artículos que lo necesario al señor feudal y a los campesinos del pueblo propio.⁷⁹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 88)

O surgimento destas novas formas de produção estava também assentando no desenvolvimento da força de trabalho. O modo de produção feudal mostrou-se mais progressista em relação ao modo de produção escravista na medida em que permitiu uma produção muito maior de bens materiais. O aumento da produtividade da produção social acabava por determinar também o desenvolvimento das habilidades humanas. Com o desenvolvimento da relação entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, a produção de bens materiais artesanais ultrapassava às necessidades de reprodução do senhor feudal e do camponês. Aos poucos a produção artesanal foi se

⁷⁹ Com o tempo, foi se aperfeiçoando mais e mais a técnica manual dos ofícios e da habilidade dos artesãos. O progresso dos ofícios encontrou sua expressão no aumento do número de especialidades artesanais, a segregação de novos ramos de ofícios e o aperfeiçoamento dos métodos de produção de peças de artesanato. Os artesãos começaram a produzir muitos mais itens do que o necessário para o senhor feudal e para os camponeses do próprio povo. (Tradução livre do autor)

convertendo em produção para o mercado. Esse processo também descolou a produção artesanal da agricultura.

No campo da produção artesanal, o desenvolvimento da relação entre as relações de produção e as forças produtivas criava os fundamentos para o desenvolvimento das cidades feudais. Nestas cidades, os artesãos se articulavam em grêmios e organizavam toda a produção artesanal.

La producción artesana de las ciudades tenía su estructura especial. Los artesanos se agrupaban en gremios. El gremio era una unión en la que entraban los maestros artesanos de una misma o de varias profesiones afines. Quienes no formaban parte del gremio no podían dedicarse a dicho oficio. Cada gremio poseía su administración electiva (los síndicos) y sus Estatutos. A fin de adaptarse a las demandas del limitado mercado local, así como para acabar con la competencia entre los maestros gremiales y su diferenciación patrimonial, el gremio reglamentaba rigurosamente la tecnología y el volumen de la producción, fijaba el número de trabajadores para cada taller, el precio y la calidad de cada mercancía y la duración de la jornada laboral. La estructura gremial de los oficios permitía practicar, por lo común, nada más que la reproducción simple, es decir, la repetición de la producción en proporciones invariables.⁸⁰ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 88)

A organização dos artesãos em grêmios foi um produto resultado do desenvolvimento das forças produtivas. O desenvolvimento do real implicava em novas formas de organização dele. No entanto, na medida em que os grêmios se desenvolviam acabavam por revolucionar o real tornando a produção artesanal mais dinâmica e complexa.

À semelhança das relações de produção entre o senhor e o camponês, a produção artesã era posta em movimento pela contradição entre o mestre e o aprendiz. Com o desenvolvimento desta contradição o enriquecimento dos mestres foi uma consequência da exploração e empobrecimento dos aprendizes.

Con el avance de las relaciones monetario-mercantiles aumenta la diferencia de situación patrimonial y productiva de los maestros gremiales, por una parte, y la de los aprendices y oficiales, por otra. Los primeros se enriquecen a cuenta de la explotación de los segundos. Estos se veían forzados a pasar a la categoría de obreros asalariados. Las contradicciones entre los maestros y los aprendices y oficiales volvieron irreductibles, antagónicas.⁸¹ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 89)

⁸⁰ A produção artesanal das cidades teve sua estrutura especial. Os artesãos se agrupavam em grêmios. O grêmio era uma união na qual entravam os mestres artesãos de uma mesma ou de várias profissões afins. Aqueles que não faziam parte do grêmio não podiam envolver-se em tal comércio. Cada grêmio possuía sua administração electiva (curadores) e seus Estatutos. A fim de se adaptar às exigências do limitado mercado local assim como para acabar com a concorrência entre os mestres gremiais e sua diferenciação patrimonial, o grêmio regulamentava rigorosamente a tecnologia e o volume da produção, fixava o número de trabalhadores para cada oficina, o preço e a qualidade de cada mercadoria e duração da jornada de trabalho. A estrutura gremial dos ofícios, permitiu praticar em comum, nada mais que a reprodução simples, ou seja, a repetição da produção em proporções inalteradas. (Tradução livre do autor)

⁸¹ Com o avanço das relações monetário-mercantil aumenta a diferença da situação patrimonial e produtiva dos mestres gremiais, por uma parte, e a dos aprendizes e artífices, por outro. Os primeiros se enriquecem à custa da exploração dos segundos. Estes se viram forçados a passar à categoria de trabalhadores assalariados. As

Da contradição da produção social, iniciou-se um processo de contradição em todo o modo de produção feudal, tanto no interior de cada totalidade como na relação das totalidades com a totalidade social.

Por um longo tempo, houve uma relação de correspondência recíproca entre as relações de produção e as forças produtivas, tanto na produção agrícola quanto na produção artesanal. Essa relação de correspondência foi quebrada no momento em que as forças produtivas se desenvolveram. Os diversos campos da produção social criaram novas forças produtivas mais desenvolvidas. Na agricultura

Obtuvieron vasta aplicación los aperos de metal (el arado, la grada, etc.). Con el progreso de los aperos agrícolas se elevó el nivel agro técnico de la producción agropecuaria. Surgieron nuevas ramas de cultivo de los campos. Se acrecentó la importancia de la ganadería. Mejoraron y se perfeccionaron la práticamente y los pastizales.⁸² (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 91)

Esse mesmo desenvolvimento das forças produtivas ocorreu também na produção artesanal.

Para el perfeccionamiento de los instrumentos de trabajo tuvo primordial importancia el mejoramiento de los procesos de fundición y tratamiento de los metales. Aparecieron los primeros bancos de estirado y trenes de laminación para la producción de alambre y de planchas de hierro. Ya en el siglo XV se empleaban tornos, rectificadores y terrajas, aunque muy primitivos. Aparecieron los primeros taladros accionados por la rueda de agua o noria.⁸³ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 91)

O feudalismo conheceu também no campo têxtil grande desenvolvimento das forças produtivas.

Se registraron asimismo ciertos cambios técnicos em la producción têxtil. Se extendieron los telares, en los siglos XIV y XV se pasó a los telares horizontales. Em 1600 se inventó el telar de cinta, a fines del siglo XVI, la rueca. En la fabricación de paños comienzan a usarse los tambores urdidores y los molinos para fieltro.⁸⁴ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 91)

contradições entre os mestres e os alunos e os oficiais se tornaram irredutíveis, antagônicas. (Tradução livre do autor)

⁸² Obtiveram vasta aplicação implementa os instrumentos de metal (o arado, a grade, etc.). Com o progresso dos instrumentos agrícolas se elevou o nível agro-técnico da produção agropecuária. Surgiram novos ramos de cultivo nos campos. Acrescentou-se a importância da pecuária. Melhoram e aperfeiçoaram-se na horticultura e na pastagem. (Tradução livre do autor)

⁸³ Para o aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho, teve primordial importância a melhoria dos processos de fundição e tratamento de metais. Apareceram os primeiros bancos de desenho e laminadores para produção de placas de arame e de ferro. Já no século XV foram usadas tornos, retificadores, embora muito primitivos. Apareceram as primeiras furadeiras acionadas pela roda de água ou roda-gigante. (Tradução livre do autor)

⁸⁴ Registraram-se ao mesmo tempo certas mudanças na produção têxtil. Estenderam-se os teares, nos séculos XIV e XV passou-se a usar os teares horizontais. Em 1600 foi inventado o tear de fita. Ao final do século XVI, a roca. Na fabricação de paños começam a usar os tambores urdidores e os moinhos para feltro. (Tradução livre do autor)

Além destas, foram criadas outras forças produtivas no período do feudalismo como “el reloj, el papel y la imprenta. La invención de la brújula contribuyó al mayor progreso de la navegación. Se creó un nuevo tipo de barco marítimo (la carabela), que se distinguía por una gran capacidad de maniobra”⁸⁵ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 91).

O desenvolvimento destas forças produtivas teve como consequência ontológica a agudização das contradições em todas as totalidades do modo de produção feudal: na produção social, na relação entre campo e cidade, etc.

La falta de correspondencia entre las fuerzas productivas y las relaciones de producción llevaba objetivamente a la agravación de todas las contradicciones del feudalismo: entre los trabajadores (campesinos y artesanos) y la burguesía naciente en las entrañas del feudalismo, por una parte, y los señores feudales y el régimen feudal, por otra; entre la ciudad y el campo; entre el trabajo intelectual y el físico; entre el carácter natural de la producción feudal y la creciente economía mercantil, y así sucesivamente”⁸⁶ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 92)

Desta forma, o desenvolvimento material no campo das forças produtivas acionou um processo de contradição na totalidade da produção social. Temos afirmado que a produção social cria o material e a forma como esse material é distribuído, circulado e consumido na totalidade social. A nascente burguesia foi criada pela determinação material da produção social. O burguês nascente era uma personificação do desenvolvimento das forças produtivas, uma determinação material da propriedade que ele representava, o dinheiro.

O mesmo se passava com a relação entre campo e cidade. A separação e a superação do campo pela cidade foram uma decorrência da determinação material da produção social. Por sua vez, o desenvolvimento das cidades revolucionou o comércio.

El que la ciudad se separase del campo, lo mismo que la propagación y el crecimiento de las ciudades ocasionaron el continuo progreso del comercio en la sociedad feudal. Se amplió el comercio entre los artesanos y los campesinos, entre los artesanos y los señores feudales. Surgieron mercados interiores locales, que extendieron sus vínculos comerciales a las fincas, los pueblos y las ciudades. Mediante el comercio se fueron estableciendo nexos regulares entre la agricultura y la artesanía urbano.⁸⁷ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 90)

⁸⁵ Relógio, o papel e a imprensa. A invenção da bússola contribuiu ao melhor progresso da navegação. Se criou um novo tipo de barco marítimo (a caravela), que se distinguia por uma grande capacidade de manobra. (Tradução livre do autor)

⁸⁶ A incompatibilidade entre as forças produtivas e relações de produção objetivamente levou ao agravamento de todas as contradições do feudalismo: entre os trabalhadores (camponeses e artesãos) e da burguesia em ascensão nas entranhas do feudalismo, por um lado, os senhor feudais e o regime feudal, por outro; entre cidade e campo; entre o trabalho físico e o mental; entre o caráter natural da produção feudal e crescente economia mercantil, e assim por diante. (Tradução livre do autor)

⁸⁷ Em que a cidade se separava do campo, bem como a propagação e crescimento das cidades ocasionaram o contínuo progresso do comércio na sociedade feudal..Ampliou-se o comércio entre os artesãos e os camponeses, entre os artesãos e os senhores feudais. Surgiram mercados interiores locais, que estenderam os vínculos

A produção social, através do desenvolvimento das forças produtivas criou no feudalismo os fundamentos para a subsunção do campo pela cidade. As relações mercantis somente conseguiram se desenvolver porque os materiais produzidos pela produção material tinham alcançado um nível de desenvolvimento jamais conhecido na história do ser social.

Junto com as contradições da produção social brotavam formas de consciência que reproduziam este caráter de contradição do ser social. Estas formas de consciência foram fundamentais para permitir que esse momento histórico do feudalismo se processasse. A nascente burguesia por exemplo foi responsável por produzir uma ideologia que tinha como função social justificar as novas relações que se mostravam agora predominantemente econômicas. A economia política nasceu desta necessidade ideológica desta nova classe social justificar as relações de produção agora fundamentadas no processo de troca de mercadorias. O papel da ideologia foi fundamental também no processo de subsunção do campo pela cidade, uma vez que esse processo somente se realizava graças a um conjunto de ideias que justificavam o afastamento e o predomínio da cidade pelo campo.

Assim estavam criadas as condições objetivas para o desmoronamento do modo de produção feudal. Das entranhas das contradições deste modo de produção brotaram as mediações necessárias para o modo de produção capitalista.

No modo de produção capitalista, o processo de valorização alcançará seu estágio mais desenvolvido e complexo. Nesse estágio, todas as totalidades – produção, distribuição, circulação e consumo - serão subsumidas pelo valor. O processo da produção, por exemplo, se converterá num processo de valorização do valor.

5 O CAPITAL E AS TENDÊNCIAS DO SER SOCIAL

Em seguida, demonstraremos o prosseguimento do ser social a partir do modo de produção capitalista. Apresentaremos como o capital transformou o processo da produção social num processo de valorização do valor. Por fim, rastreamos nas tendências da produção capitalista as possibilidades ontológicas para o florescimento do reino da liberdade.

5.1 O capital como uma totalidade: o valor em movimento

O prosseguimento da sociedade é posto em movimento pela produção social dos bens materiais. Através dela, cada vez mais a sociedade se afasta das barreiras naturais. A produção social além de ter permitido a passagem à forma do ser social, afastou o ser cada vez mais da forma do ser orgânico, tornando-o cada vez mais social. Já falamos que, por estas razões, a produção social tem acento privilegiado na gênese e no desenvolvimento do ser social, sendo o primeiro ato histórico que marcou a gênese do ser social. Produzir os bens materiais necessários à reprodução da existência humana constitui a essência ontológica da forma do ser social.

Desse modo, a história da sociedade corresponde à história da produção social dos bens materiais. No modo de produção da comunidade primitiva, dadas as condições objetivas das forças produtivas e das relações de produção, os homens compareciam no processo da produção social frente a frente, as relações de produção eram claras, sem mediações. A finalidade de produção consistia em atender as necessidades humanas através da produção de bens materiais. O resultado do processo da produção constituía-se em produtos com finalidades de uso imediato, valores de uso. Essencialmente, a produção e reprodução dos bens materiais ocorriam em função da existência dos homens.

A produção do novo e do sempre mais social são características ontológicas do ser social. A produção social pôs em movimento o modo de produção primitivo explicitando cada vez mais. Ao explicitar o ser social, a produção social criou o excedente, a propriedade privada, razão pela qual foram dissolvidos os fundamentos da sociedade primitiva: a propriedade comunal, o trabalho coletivo, etc.

Com a entrada em cena da propriedade privada, a luta de classe passou a ser a força motriz do processo de afastamento do ser social das barreiras naturais. Nestas condições, o prosseguimento do ser social, embora progressivo, passou a ser desigual.

Como tratamos anteriormente, esse movimento progressivo e desigual do ser social corresponde ao movimento da produção social que, em função da propriedade privada e da luta de classe decorrente dela, alteraram a finalidade da produção social.

Enquanto proprietários privados, os homens já não compareciam no processo de produção frente a frente e passaram a produzir os bens materiais como produtores privados, de forma independente, isolados uns dos outros. Dessa feita, as relações de produção passaram a ser reguladas pela valorização da propriedade privada. Não produziam para si, mas para a valorização do valor através da troca. Paulatinamente a valorização do valor passou a ser a razão da produção e reprodução dos bens materiais, e não mais a existência dos homens. A história do ser social passa a ser posta em movimento pela valorização do valor.

Embora a valorização do valor, através da troca, tenha sua gênese no modo de produção primitivo, seu desenvolvimento passou a ocorrer no modo de produção tributário, no escravista e no feudal e alcançou todas as totalidades do modo de produção capitalista, transformando-o num processo de valorização.

O processo de valorização do valor no capitalismo tornou-se mais complexo e desenvolvido subsumindo todas as suas totalidades: a distribuição, a circulação e o consumo. Trata-se do processo de valorização do capital.

Já falamos que o processo investigativo do ser social deve começar sempre pela produção. Como no capitalismo a produção dos bens materiais aparece como um processo de valorização do valor, cabe-nos, primeiramente, investigar esta aparência, ou seja: no processo de valorização, a troca dos bens materiais parece decorrer da relação social entre as mercadorias, e não das relações de produção entre os homens. No capitalismo, a relação social entre as coisas “constitui o ponto de partida ontologicamente favorável” (LUKÁCS, 2012, p.164).

Assim, por determinação ontológica, e não opção metodológica, a análise da produção social deve iniciar-se pelo processo de valorização. O processo de valorização do valor decorre das bases objetivas da sociedade mercantil: proprietários privados, o processo de troca e a divisão de trabalho. Estas bases objetivas, forçosamente, fazem as relações sociais de produção entre os homens aparecerem como relações sociais entre as mercadorias.

Para compreendermos a produção social dos bens materiais no capitalismo, iremos expor o processo de desenvolvimento da valorização do valor na sociedade mercantil, de sua forma mais simples até a sua forma mais complexa: o capital. Demonstraremos que o desenvolvimento do processo de valorização do valor corresponde ao desenvolvimento da

sociedade mercantil, ou seja, o desenvolvimento da mercadoria corresponde ao desenvolvimento da produção social privada. Com isso dissolveremos o processo de valorização do valor em relações humanas de produção, em atos práticos dos homens. Em seguida, apresentaremos o processo da produção social no capitalismo como um processo de valorização, que é o processo de valorização do capital. Finalmente, apresentaremos o movimento contraditório do capital: a valorização do valor e a desvalorização da produção social expresso no trabalho constante e no trabalho variado, respectivamente.

5.1.1 A produção social sob o movimento do valor

O fim da produção social da comunidade primitiva marcou o início da sociedade mercantil, baseada na propriedade privada dos meios de produção. A propriedade privada transformou o processo da produção social e, aos poucos, a luta para produzir valores de uso foi substituída por uma luta de classe pela valorização da propriedade privada através da produção de mercadorias.

A propriedade privada transformou o processo frente a frente da produção social da comunidade primitiva e um processo de produção privado. Os homens passaram a comparecer no processo produtivo como produtores privados, isolados uns dos outros. Progressivamente, as relações de produção entre os homens passaram a se manifestar através das relações sociais entre as mercadorias.

Destarte, o desenvolvimento do ser social passou a ser posto em movimento pelo processo de valorização do valor. Neste estágio, forçosamente, as relações sociais entre os homens apareceram como uma relação social entre as mercadorias. Iniciando-se, assim, um processo de fetichização no ser social:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.(...)Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1985, p. 71)

O fetichismo do processo de valorização decorre do caráter privado que a produção social assume na sociedade mercantil e o do processo de troca dela decorrente.

Como os produtores são proprietários privados e independentes entre si, os produtos resultantes da produção privada deles, assumem a forma de mercadoria, com características sociais. Nas condições mercantis, a troca é a única forma de manifestação dos atributos sociais dos trabalhos privados.

Objetos de uso se tornam mercadorias apenas por serem produtos de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros. O complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total. Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características específicas sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. (MARX, 1985, p. 71)

O processo de troca é uma condição *sin ne qua non* da sociedade mercantilista. O fetichismo do processo de valorização faz com as relações humanas de produção apareçam como relações sociais entre as mercadorias. E partir da fetichização do processo de valorização brotou a reificação das relações de produção e a personificação das coisas.

As relações de produção aparecem reificadas nas relações sociais entre as mercadorias no processo de valorização e se tornam materializadas nas mercadorias. Neste processo de valorização, os proprietários particulares de mercadorias não aparecem como pessoas, mas como representantes das mercadorias, personificação destas, que assumem características sociais, específicas.

A personificação das coisas e reificação das relações de produção surgiram com a valorização do valor e desenvolveram-se com ele, são processos históricos postos em movimento pelas condições objetivas da sociedade mercantil.

No início, o processo de valorização através da troca ocorria esporadicamente entre os homens. Na mesma frequência, a reificação e personificação ocorriam também eventualmente. Na medida em que o processo de valorização se desenvolvia, tornava-se mais intenso, o processo de reificação e personificação tornavam-se cada vez mais social. A reificação das relações de produção e a personificação das coisas alcançaram seu maior grau de desenvolvimento no capitalismo. Ambos são processos históricos desenvolvidos pelos próprios homens, decorrentes da forma privada de produzir os bens materiais.

Assim sendo, a teoria do fetichismo é a base para a compreender o processo produtivo das mercadorias. Por meio dela, o processo de valorização do valor é dissolvido em atos práticos dos próprios homens:

Assim, fala-se de modo geral de um movimento das mercadorias no processo de troca, como se não fosse muito fácil ver que por si mesmas as mercadorias não

podem fazer um movimento sequer, que seu movimento sempre pressupõe atos econômicos dos compradores ou então dos vendedores. (LUKÁCS, 2013, p. 358)

Através da economia política marxiana, pretendemos dissolver o processo de valorização do capital. Para isso, começaremos o processo de dissolução a partir da forma mais simples do valor até chegarmos na sua forma mais desenvolvida, o capital.

Pela pesquisa de Marx, temos o movimento de valorização do valor desde sua forma mais simples até a forma mais complexa. Marx acompanhou o movimento da produção social por detrás do movimento das mercadorias, para tanto, tomou como ponto de partida as relações mercantis para compreender as relações de produção.

Com razão, porque ele investiga antes de tudo a economia do capitalismo, uma formação que se tornou predominantemente social, e nela a relação mercantil constitui o ponto de partida ontologicamente favorável para as exposições, exatamente do mesmo modo que, em nossas considerações, o trabalho constitui o ponto de partida para o ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 164)

Marx foi o primeiro a analisar o valor na perspectiva social, destacando a forma do valor: “Marx fue el primero en proceder a la investigación del desarrollo de la forma del valor”⁸⁸ (RUMIÁNTSEV, 1980, p. 118). Marx parte do conteúdo e magnitude do valor para chegar na forma do valor. Ele faz esta análise a partir de uma perspectiva social, procurando identificar a gênese da forma valor.

Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. (MARX, 1985, p. 54)

A história da sociedade mercantil, desde sua forma mais simples até a sua forma mais complexa e desenvolvida, o modo de produção capitalista, corresponde à história do desenvolvimento da valorização do valor, desde a sua forma mais simples até a sua forma mais complexa, o capital.

Apoiados em Marx (1985) demonstraremos a dissolução do desenvolvimento do processo de valorização do valor como o processo de desenvolvimento da sociedade mercantil sob a produção social privada. O processo de valorização do valor na história do ser social se inicia com a forma mais simples do valor até se tornar dominante na sociedade através da valorização do valor capital.

⁸⁸ Marx foi o primeiro teórico a proceder com a investigação do desenvolvimento da forma do valor. (Tradução livre do autor)

a) A forma simples do valor

A história da sociedade mercantil corresponde à história do processo de valorização do valor. O modo de produção tributário foi a primeira forma histórica que marcou o início da valorização do valor, seguido do modo de produção escravagista e do modo de produção feudal. Em sua gênese, o processo de valorização do valor através da troca ocorria fortuitamente, casualmente. Seu processo se inicia com a forma mais simples do valor. Nesta forma as relações mercantis existem como potenciais. A valorização do valor existe em sua forma embrionária.

Devemos partir da forma mais simples da valorização do valor, ou seja, da etapa mais primitiva do desenvolvimento das relações mercantis de produção. Nessa etapa, a produção de valores de uso e a troca ocorrem apenas casualmente. Pode-se representar essa etapa do desenvolvimento do valor da seguinte forma:

$$x_A = y_B, \text{ onde } x_A \text{ "vale" } y_B$$

A mercadoria “A” expressa seu valor na mercadoria “B”. A mercadoria “B” é expressão do valor de “A”. A mercadoria que expressa seu valor em outra é chamada de forma relativa do valor. A mercadoria que expressa o valor de outra mercadoria é chamada de forma equivalente do valor. A forma relativa e a forma equivalente, nessa igualdade, são ligadas inseparavelmente e já demonstram que são produtos da produção social em geral.

Na aparência do fenômeno, o processo de valorização parece derivar da relação social entre as mercadorias, como se elas tivessem um poder extra-sensorial que permitisse a troca. A aparência misteriosa do processo de valorização é logo dissolvida quando analisamos tal fenômeno em sua essência: as mercadorias são portadoras das relações de produção. O que permite a igualação e a troca é a produção social: “dispêndio das forças individuais de trabalho, medido por sua duração, aparece desde o início como determinação social dos próprios trabalhos” (LUKÁCS, 2013, p. 169).

Foi a partir desta fase que os homens passaram a medir o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, visando a valorização do valor mediante a troca. Medir o tempo de trabalho era uma prática feita pelos homens, mas não para a valorização do valor. Aqui a medição ocorre para efetivar a valorização do valor mediante troca. Nesta fase, a medição se dá, como foi dito antes, de forma ocasional e fortuita.

Considerando duas comunidades que produzem em excesso, esse excedente deixa de ter valor de uso para essas comunidades em questão. Neste caso, a medição do tempo socialmente necessário para a produção de determinadas mercadorias passa a regular a troca. Nesta forma mais simples percebemos que o processo de valorização, em sua essência, já pressupõe o processo da produção social: “a troca em sua forma mais primitiva supõe o trabalho como substância e o tempo de trabalho como medida da mercadoria [...]. A mercadoria é valor de troca somente quando se expressa em outra coisa e, portanto, como relação” (MARX, 2011, p.151).

Mesmo nessa forma de valorização do valor, já se encontra o germe, o segredo de todas as formas mais desenvolvidas do valor: “O segredo de toda forma de valor encerra-se nessa forma simples do valor. Na sua análise reside a verdadeira dificuldade” (MARX, 1985, p. 63). O processo de dominação da valorização do valor na sociedade se inicia nesta forma simples de troca, de escambo. No entanto, ela carrega, em si, a essência do processo de dominação total da sociedade pela valorização do valor.

Ainda nessa forma simples, o embrião da mercadoria mostra aos homens que o valor e o valor de uso não se confundem. No entanto, esta forma apresenta grande insuficiência na “comunicação” de sua essência, pois o intercâmbio é fortuito, pontual. Sua linguagem é a forma simples do valor: o valor de “A” é igual ao valor de uso de “B”.

Um primeiro olhar mostra logo a insuficiência da forma-valor simples, esse germe que só através de uma série de metamorfoses amadurece até a forma-preço. A expressão do valor da mercadoria A em qualquer mercadoria B apenas distingue o valor da mercadoria A do seu próprio valor de uso[...]À forma-valor relativa simples de uma mercadoria corresponde a forma equivalente, singular, de uma mercadoria. Assim, o casaco, na expressão de valor de relativa do tecido de linho, apenas possui forma equivalente ou forma de trocabilidade imediata em relação a essa espécie singular de mercadorias, o tecido de linho. (MARX, 1985, p. 64)

Como o processo de valorização do valor ocorre fortuitamente, a produção de valores de uso ainda é dominante na sociedade. A valorização ocorre apenas nas circunstâncias em que há excedente. O processo de valorização acontece apenas na proporção em que a troca se efetiva. O momento misterioso aparece fortuitamente na sociedade, por isso, esta forma simples demonstra muita insuficiência e limitação. No entanto ela guarda, já em si, de forma embrionária e inicial, todos os elementos das formas mais desenvolvidas. Nesta fase embrionária do processo de valorização não é difícil dissolver sua falsa aparência, seu mistério em atos práticos dos homens. A produção ainda dominante de valores de uso nos ajuda a perceber que o processo de valorização corresponde a um processo de produção social dos bens materiais efetivados pelos homens.

b) A forma desdobrada do valor

A necessidade de estabelecer trocas com mais intensidade, conduz os homens de uma fase primitiva a uma mais complexa da troca, ou seja, da forma simples do valor, para a forma total ou desdobrada do valor. Nesse estágio de desenvolvimento da forma valor, o valor de uma determinada mercadoria “A” é expresso através de um conjunto de relações de intercâmbio, que a vincula a todas as outras mercadorias da sociedade.

A forma desdobrada do valor é resultado da intensificação e do avanço da troca, motivada pelo aumento da produtividade, divisão social do trabalho e incorporação de novos produtos.

A medição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadoria com vistas à troca, intensifica-se. A medição enquanto tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, já não ocorre fortuitamente, nem ocasionalmente, mas é desdobrada, é ampliada. As comunidades passam a utilizar a medição do tempo para a produção de mercadorias como instrumento para intensificar a troca e não para dominar a sociedade.

Nessa fase de desenvolvimento da forma valor, o intercâmbio mercantil torna-se sistemático. Nesse caso, há uma maior dependência da mercadoria “A” com o mercado, aumentando-se o número de mercadorias que são equivalentes a “A” no mercado. A forma total ou desdobrada da mercadoria comunica que o valor de “A” não se confunde com o seu valor de uso, nem muito menos com os valores de uso das diferentes mercadorias.

A segunda forma distingue o valor de uma mercadoria de seu próprio valor de uso de maneira mais completa, pois o valor do casaco, por exemplo, confronta agora sua forma natural em todas as formas possíveis, como algo igual ao linho, ao ferro, ao chá, etc., como tudo mais, exceto algo igual ao casaco. (MARX, 1985, p. 66)

Nesta fase, o processo de valorização se complexifica ganhando mais completude e suficiência, tornando-se mais constante e mais sistemático. Gradativamente, o valor vai se distinguindo de outros valores de uso. Na medida em que o processo de valorização se torna constante, a produção de valores de uso diminui. Os homens aumentam cada vez mais a produção de bens materiais visando a valorização do valor e diminuem na mesma proporção a produção de bens com o intuito de reproduzir a sua existência.

A produção para a troca aumentou na sociedade mercantil, e com isso elevou também o mistério da produção social. Esse mistério amplia-se com o aumento do processo de valorização do valor. A valorização da mercadoria vai determinando cada vez mais a

produção social entre os homens, ocultando as relações sociais entre estes e dando a entender cada vez mais que a produção dos bens materiais é resultado de uma relação social entre as mercadorias.

Quanto mais o processo de valorização se desenvolve, mais desenvolvido torna-se o processo de inversão e ocultação do real. Neste estágio, no entanto, o processo de valorização do valor ainda não é dominante na sociedade.

c) A forma geral do valor

A forma geral do valor comunica que o intercâmbio de mercadoria na sociedade generalizou-se, tornando-se sistemático.

A forma obtida por último expressa os valores do mundo das mercadorias numa mesma espécie de mercadoria, isolada das outras, por exemplo, no linho, e representa assim os valores de todas as mercadorias por meio de sua igualdade com o linho. Como algo igual ao linho, o valor de cada mercadoria não apenas distingue-se de seu próprio valor de uso, mas de qualquer valor de uso e justamente por isso ele é expresso como aquilo que ela tem comum com todas as mercadorias. (MARX, 1985, p. 66)

A forma geral do valor pressupõe que a sociedade escolheu uma mercadoria e esta se torna um equivalente geral. O processo de sistematização da mercadoria implica em dizer que a sociedade sistematizou a troca através da medição do tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias. O equivalente geral demonstra que o processo de medição do tempo para a produção de mercadorias reificou-se, assumindo a forma de uma coisa: ouro, sal, etc.

De qualquer maneira, o tempo de trabalho continua sendo o correspondente ao equivalente geral: “Se o valor de troca do metal precioso se transforma em equivalente geral de qualquer outro valor de troca, o equivalente fundamental do próprio equivalente geral continua sendo, sempre, o tempo de trabalho” (DUSSEL, 2012, p. 94). O equivalente geral ajudou a tornar troca sistemática, facilitando a medição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias.

A sociedade escolheu uma determinada mercadoria para facilitar o processo de troca, ou seja, para facilitar o processo de medição do tempo para a produção de mercadoria com vista à troca. A dominação pela medição do tempo sistematizou-se no interior das sociedades. Nesta fase, percebemos uma ampliação do processo de dominação através da medição do tempo de trabalho, e essa ampliação ocorreu graças ao equivalente geral.

O processo de valorização do valor continua seu prosseguimento rompendo as barreiras de sua expansão e aumentando sua suficiência e completude. Como já dissemos, a valorização do valor consiste num processo de valorização da propriedade privada. E que consiste, ao mesmo tempo, num processo de ocultação do real na medida em que faz com que os bens materiais apareçam como resultado das relações sociais entre as mercadorias e não como resultado da produção social dos homens.

Para tornar-se dominante na sociedade, os homens escolheram um equivalente geral para o processo de valorização. Com isto, estavam rompidos os limites de expansão da valorização do valor. O valor não se identificava mais com os valores de uso. A produção de bens materiais com vista à valorização do valor tornou-se predominante. Então, o equivalente geral ocultou por completo o processo de produção social dos bens materiais como um processo das relações sociais entre os homens. Este equivalente tem a função de apagar o rastro da produção social dos homens.

A dominação do processo de valorização do valor em relação aos valores de uso corresponde ao domínio e predominância do processo de produção de bens materiais com vista à reprodução do valor em relação à produção de bens materiais com vista à reprodução da existência humana. O desenvolvimento do processo de valorização do valor implicou no aumento do processo de inversão e ocultação do real. Com o predomínio da valorização do valor se tornou mais difícil dissolver o mistério, a falsa aparência do real.

Com a ajuda dos elementos da economia política marxiana, percebemos que o predomínio da ocultação e inversão do real corresponde ao predomínio da produção dos bens materiais com vista à valorização do valor em detrimento da produção de bens materiais como valores de uso. O predomínio do valor oculta, cada vez mais, por detrás do movimento das mercadorias, as relações de produção entre os homens.

Até aqui fica evidente que a metamorfose pela qual a mercadoria passa deve ser analisada como um processo exclusivamente histórico e social e não algo ligado às características materiais ou naturais do valor de uso da mercadoria. A valorização do valor é um processo histórico, decorrente das condições objetivas das sociedades mercantis. Estas condições fazem com que as relações de produção entre os homens somente se manifestem como relações entre as mercadorias.

d) A forma dinheiro do valor

Nas formas do valor que descrevemos acima, registramos que a categoria mercadoria se refere ao processo de desenvolvimento da sociedade mercantil. O dinheiro, enquanto mercadoria, representa um estágio mais avançado dessa sociedade, que se generaliza e se impõe como equivalente geral de todas as demais mercadorias.

Esse estágio é decorrente da sequência de contradições superadas pelo processo de troca. Esse processo histórico de superação de contradições elegeu o ouro e a prata como dinheiro em função de suas propriedades, passando a funcionar como um equivalente geral.

O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes ter-se contraposto a elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias funcionou também como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes mercantis. Pouco a pouco, passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos, como equivalente geral. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria dinheiro, e só a partir do momento em que já se converteu em mercadoria dinheiro distingue-se a forma IV da forma III, ou a forma geral se transforma em forma dinheiro. (MARX, 1985, p. 69)

Como se pode ver, foi a partir da intensificação do movimento das trocas que o ouro, enquanto dinheiro, foi eleito como equivalente geral, graças ao seu monopólio no mundo das mercadorias.

Apesar de o ouro ser excelente como medida de valor, se mostrou limitado diante da intensificação do processo de troca, principalmente no processo de circulação de mercadorias: “o ouro é um meio ineficiente de circulação, apesar de ser uma excelente medida de valor” (HARVEY, 2013, p. 62).

É da ineficiência do ouro como meio de circulação que surge o dinheiro moeda como meio de facilitar o movimento de troca das mercadorias. A fórmula do dinheiro é representada assim:

$$M - D - M'$$

O movimento MDM é diferente do movimento $M = M$, enquanto este representa troca de mercadoria por mercadoria, aquele indica que todas as trocas passam a ser mediadas pelo dinheiro. Ocorre nesse movimento MDM' uma dupla metamorfose do valor: de M em D e de D em M. A primeira metamorfose da mercadoria ou venda é representada:

M-D. Primeira metamorfose da mercadoria ou venda. O salto do valor da mercadoria, do corpo da mercadoria para o corpo do ouro, é como designei em outro lugar, o salto mortal da mercadoria. Caso ele falhe, não é a mercadoria que é depenada, mas sim o possuidor dela. A divisão social do trabalho torna tão unilateral seu trabalho, quanto multilaterais suas necessidades. [...] A um dos possuidores de mercadoria o ouro substitui sua mercadoria e ao outro a mercadoria substitui seu ouro, o fenômeno evidente é a mudança de mãos ou de lugar de mercadoria e

dinheiro, de 20 varas de linho a 2 libras esterlinas, isto é, seu intercâmbio. Mas por que se troca a mercadoria? Por sua própria figura geral do valor. [...] A primeira metamorfose de uma mercadoria, sua transformação da forma mercadoria em dinheiro, é sempre, simultaneamente, a segunda metamorfose inversa de outra mercadoria, sua transformação da forma dinheiro em mercadoria. (MARX, 1985, p. 95)

O movimento MD caracterizado por um salto mortal consiste na mudança de forma de uma mercadoria particular em seu equivalente geral, a mercadoria-dinheiro. Esse salto mortal revela as condições de incerteza crônica em que a troca é efetivada. O mercado é anárquico, não admite regulação. Toda troca é feita sob um processo de insegurança na forma de um salto mortal.

A segunda metamorfose da mercadoria, a compra, representada pelo movimento DM, é a transição do dinheiro para mercadoria. Ao contrário do MD, realiza-se, aqui, um movimento do equivalente geral para o particular, DM.

D-M. Mercadoria segunda ou final da mercadoria: compra. Por ser a figura alienada de todas as outras mercadorias ou o produto da sua alienação geral, é o dinheiro a mercadoria absolutamente alienável. Ele lê todos os preços ao revê se reflete, em todos os corpos das mercadorias como o material ofertado à sua própria conversão em mercadoria. D-M, a compra, é ao mesmo tempo venda, M-D; a última metamorfose de uma mercadoria, é, por isso, simultaneamente, a primeira metamorfose de outra mercadoria. (MARX, 1985, p. 97)

O valor se move de um estado para outro, o de dinheiro para o de mercadoria. Olhando para o conjunto MDM' percebemos que o processo se inicia e se conclui com a mercadoria. Esse processo consiste, segundo Marx, em dois movimentos antitéticos e complementares.

As duas fases inversas da metamorfose das mercadorias formam um ciclo: forma mercadoria, abandono da forma mercadoria, volta à forma mercadoria. Aqui, no entanto, a própria mercadoria, é determinada antiteticamente. Ela é não-valor de uso no ponto de partida, valor de uso no ponto final para seu possuidor. Assim o dinheiro, aparece primeiro como sólido cristal de valor, no qual a mercadoria se transforma, para diluir-se como simples forma equivalente dela. (MARX, 1985, p. 99)

O processo de circulação de mercadorias, com o desenvolvimento da sociedade mercantil, passa a depender cada vez mais do dinheiro, tornando este, elemento fundamental no processo de expansão das relações de troca.

A forma dinheiro-mercadoria é mais do que um símbolo das relações sociais de produção ela é, também, a forma como as relações sociais de produção se realizam.

O dinheiro não é apenas um símbolo. Em alguns casos, particularmente na metamorfose da mercadoria MDM, o dinheiro representa apenas um reflexo transitório e objetivo dos preços das mercadorias. A transferência do dinheiro das mãos de uns para as de outros é apenas um meio para a transferência de bens. Neste caso, sua existência funcional absorve, por assim dizer, sua existência material e pode ser substituído por um simples símbolo do papel-moeda. Mas, embora formalmente separado da substância metálica, o papel-moeda, apesar disso, representa uma objetivação das relações de produção entre as pessoas. (RUBIN, 1980, p. 26)

A forma dinheiro representa um estágio avançadíssimo da mercadoria. Com o dinheiro a medição do tempo para a produção da mercadoria torna-se a forma de dominação total da sociedade. Ele é, assim como as outras formas do valor, em última instância, medido pelo tempo de trabalho:

O ser dinheiro não é uma função absolutamente independente do trabalho humano; cairíamos no fetichismo do dinheiro se não se define a sua relação transcendental com o seu sujeito *material*. É no sujeito material que o dinheiro se liga ao trabalho humano (última instância do ser real do dinheiro). O trabalho se objetiva no produto e um certo produto particular é dinheiro. O tempo de trabalho mede ou determina o valor de uso e o valor de uso, agora troca de valor, como equivalente geral, é dinheiro. O homem, o trabalhador, continua sendo, sempre, o fundamento do ser do dinheiro: sua essência. Se, no sistema capitalista, o homem alcança seu estatuto de “social” através do dinheiro (como o estatuto universal do valor no mercado ou “mundo” das mercadorias), isto mostra, com toda clareza, a inversão da realidade (DUSSEL, 2012, p. 93)

O dinheiro pressupõe o trabalho, e como toda mercadoria, é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Através dele, o processo de valorização se torna soberano na sociedade.

Sobre o dinheiro como o carneiro de todas as coisas, como Moloch a quem tudo é sacrificado, como déspota das mercadorias [...]. O dinheiro figura efetivamente como o Moloch a cujo altar a riqueza real é sacrificada. De sua figura de servo, na qual se apresenta como simples meio de circulação, o (dinheiro) se torna repentinamente soberano e deus no mundo das mercadorias. (DUSSEL, 2012, p. 102)

Neste estágio do desenvolvimento da valorização do valor, os valores de uso são subsumidos cada vez mais pelo valor. Pelo dinheiro, ocorre a universalização do processo de valorização.

O dinheiro perde seu caráter nacional e opera como meio de troca entre as nações, meio de troca universal, mas não já enquanto *signo*, porém enquanto determinada quantidade de ouro e de prata [...]. O ouro e a prata [desempenham] um papel importante na criação do mercado mundial [...]. O ouro e a prata agora são moeda, mas o são enquanto *moeda mundial* [...], a mercadoria acessível em todos os lugares. (DUSSEL, 2012, p. 103)

O capital é a forma de valorização do valor mais desenvolvida, por meio dele a valorização alcança seu processo de maior complexidade subsumindo todas as totalidades do ser social.

Na realidade, o capital não é um instrumento, um ente, uma coisa, mas um processo, uma totalidade que permanece no tempo: fruto do trabalho, instrumento do trabalho, totalidade que inclui o trabalho e o produto do trabalho; um círculo que volteia sobre si mesmo, “em cujos diversos momentos *sempre* é capital. (DUSSEL, 2012, p. 130)

Como se pode ver, o fundamento de todas as formas do valor é a produção social. Em última instância, é nela que se encontra a essência do ser social e não na circulação.

Com o processo de valorização, as relações sociais de produção entre os homens forçosamente se manifestaram como relações sociais entre as mercadorias. Essa inversão criou um engano social: a produção dos bens materiais como decorrente das relações sociais entre as mercadorias. Pela investigação ontológica dissolvemos o processo de valorização do valor em de atos práticos dos homens. Com isto, eliminamos o engano e constatamos que a produção social, mesmo que privada, é a responsável pela produção dos bens materiais.

Além de ocultar, o processo de valorização também regula e organiza as relações de produção. A seguir, demonstraremos como o processo da produção social é regulado e organizado através da valorização do valor: o capital.

5.1.2 A valorização do valor com protoforma e o capital

O processo de valorização fez com que as relações sociais entre os homens aparecessem como relações sociais entre as mercadorias.

Pela investigação ontológica dissolvemos o processo de desenvolvimento de valorização e demonstramos que ele, em última instância, pressupõe o desenvolvimento das relações de produção privada entre os homens: na essência, as mercadorias são resultado do processo da produção social.

O movimento das mercadorias presume o movimento das relações entre os homens: “As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem” (MARX, 1985 p. 159). Na mercadoria há os mesmos elementos constitutivos da produção social: as relações de produção (momento ideal) e as forças produtivas (momento real).

A mercadoria é realmente valor de uso; seu valor se manifesta apenas idealmente no preço, que a reporta ao ouro, situado no polo oposto, como sua figura de valor real. Inversamente, o material do ouro vale apenas como materialidade de valor, dinheiro. Ele é, por isso realmente valor de troca. Seu valor de uso aparece apenas idealmente na série das expressões relativas de valor na qual ele se relaciona com as mercadorias a ele contrapostas, como o círculo de suas figuras reais de uso. (MARX, 1985, p. 170)

A partir daqui, pretendemos dissolver o processo de valorização do capital como um processo mais complexo e desenvolvido da produção social privada: o modo de produção capitalista.

No modo de produção capitalista, o processo de valorização do valor alcançou seu maior desenvolvimento, suas totalidades – a produção, a distribuição, a circulação e o consumo - foram subsumidas pelo processo de valorização do valor. Nele, o processo de valorização consiste no processo de valorização do capital. A personalização das coisas e a reificação das relações das relações de produção decorrentes do processo de valorização do capital se tornaram processos bem mais complexos e desenvolvidos.

Conforme discorremos anteriormente, na comunidade primitiva os produtores se apresentavam no processo produtivo frente a frente, como homens produtores. Os vínculos entre eles eram imediatos, pois a propriedade era de caráter comunitário. O metabolismo entre eles e a natureza era regulado pelos próprios homens, antecipadamente. Por isso, eles não mantinham relações de produção entre eles no processo produtivo. A finalidade da produção era determinada pelas necessidades dos próprios homens. O resultado da produção se objetiva em valores de uso, bens materiais para utilidade deles próprios.

Nas sociedades mercantis os homens aparecem como produtores privados, independentes uns dos outros. A propriedade privada os forçou a manterem relações de produção entre si. No capitalismo, os homens comparecem no processo produtivo como capitalista e trabalhador assalariado. O capitalista como proprietário dos meios de produção, o trabalhador como proprietário da força de trabalho. A propriedade privada os isolou. Para que haja uma relação entre eles é necessário efetivar-se uma relação de produção, uma relação de propriedade.

O processo de valorização do valor no capitalismo consiste num processo de valorização do capital. Já sabemos que o capital foi teoricamente expresso pela fórmula DMD'. A valorização do valor é uma valorização do capital no sentido de que todos os elementos da produção são subsumidos pelo capital com vista a sua valorização. A existência do capitalista e do trabalhador assalariado mantém uma relação de dependência ontológica com o capital: “o trabalhador só existe como trabalhador na medida em que existe para si

como capital e só existe como capital na medida em que um capital existe para ele. A existência do capital é a sua existência, sua vida” (DUSSEL, 2012, p. 139). O mesmo ocorre com o capitalista, o brilho de sua existência é decorrente do capital. Capitalista e trabalhador se relacionam entre si não como pessoas, mas como proprietários de mercadorias, como representantes sociais dos diferentes elementos da produção.

A seguir, explicitaremos como o processo de valorização do valor regula e organiza a produção social no capitalismo. A produção social capitalista pressupõe o processo da valorização do valor capital.

O processo da produção social privada pode ser representado pela fórmula desenvolvida do valor: $D - M - D'$: onde D (dinheiro) – M (mercadoria) – D' (Dinheiro acrescido de valor), que pode ser assim desdobrada: $D - M... p... M' - D'$.

Nesta fórmula, “p” representa o processo produtivo, é nele que o valor é gerado através da força de trabalho. Por meio dessa força o processo da produção social se torna uma vitalidade frutífera:

A força de trabalho é o momento que atua enquanto vitalidade frutífera sobre a objetividade existente e, assim, morta dos meios de produção; ela é vida que ressuscita o valor morto, pretérito, destes meios, transferindo-o para o produto, de forma que este valor não muda sua grandeza, sendo capital constante. Por outro lado, ela também é o momento que altera seu valor no processo de produção, que cria a mais-valia para além do valor da força de trabalho, sendo por isso capital variável. Mesmo o valor da parte constante do capital só é transferido ao produto pela atuação da vitalidade frutífera do trabalho vivo, que também reproduz seu próprio equivalente no valor do produto, mas que ainda produz sobre isso um excedente, a mais valia. (GRESPLAN, 2012, p. 104)

No processo da produção social, a força de trabalho é consumida para produzir mais valor. No processo de valorização do capital, o trabalhador comparece no processo como trabalhador assalariado, apenas com uma única mercadoria, sua força de trabalho, que para ele tem apenas valor de troca.

O capitalista se apresenta no processo produtivo como dono dos meios de produção para quem a força de trabalho do trabalhador assalariado tem apenas valor de uso.

Como *valor de uso*, o trabalho existe unicamente para o *capital*, e é o valor de uso do próprio capital, isto é, a atividade mediadora através da qual o capital se *valoriza*. O capital, na medida em que reproduz e aumenta seu valor, é valor de troca autônomo (o dinheiro) como processo, como *processo de valorização*. (MARX, 2011, p. 239)

No processo produtivo, trabalhadores e capitalistas se apresentam em condições opostas e diferentes. Para que haja relação entre eles é necessário que apenas um deles

concentre tanto os meios de produção, quanto a força de trabalho. Esta concentração, objetivamente, fica nas mãos do capitalista. Para que isto ocorra, é necessário que seja estabelecida entre eles uma relação de produção de compra e venda.

O trabalhador vende sua força de trabalho: “O trabalhador troca a sua mercadoria – o trabalho, o valor de uso que como mercadoria tem também um preço, como todas as outras mercadorias – por uma determinada soma de valores de troca, determinada soma de dinheiro, que o capital cede” (MARX, 2011, p. 213). Já o capitalista, compra a força criadora de valor e paga com dinheiro:

O capitalista recebe em troca o próprio trabalho, o trabalho como atividade valorizante; ou seja: recebe em troca a força produtiva que mantém e reproduz o capital e que, assim, se transforma em força produtora e reprodutora do capital, em uma força que pertence ao próprio capital. (MARX, 2011, p. 213)

É neste processo de compra e venda que o capitalista se apropria da força de trabalho transformando-a em mercadoria. Neste processo, a força de trabalho é subsumida pelo capital: “é neste momento que se produz o ato ontológico da subsunção: o trabalho do operário é agora “trabalho como capital – foi subsumido como um momento do próprio capital” (DUSSEL, 2012, p. 143). Sem sua força do trabalho, o trabalhador é convertido apenas num trabalhador assalariado, despossuído:

O nada absoluto do trabalhador é ser, agora e simplesmente, um assalariado: um ente *fundado* no *ser* do capital. Subsumido no ser do capital, o assalariado é a possibilidade universal da riqueza como sujeito e como atividade – mas não para ser gozada pelo trabalhador e sim pelo capital. (DUSSEL, 2012, p. 144)

Em troca de sua força, o trabalhador recebe dinheiro que é suficiente apenas para reproduzir sua força de trabalho consumindo mercadorias, sem, contudo, enriquecer. O trabalhador sai do processo produtivo do mesmo modo como entrou: “como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si” (LUKÁCS, 2013, 245). O resultado do processo da produção é mercadoria e capital ao mesmo tempo:

Sendo processo de produção e, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que se utilizam dos produtores. (LUKÁCS, 2013, p. 245)

O salário aparece para o trabalhador assalariado como resultado da venda de sua força de trabalho. Um equivalente que oculta o processo desigual da troca.

A forma-salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corveia, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra se distinguem, de modo palpavelmente sensível, tanto no espaço como no tempo. No trabalho escravo, mesmo a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, ele trabalha, de fato, para si mesmo, aparece como trabalho para seu senhor. Todo seu trabalho aparece como trabalho não pago. (MARX, 1985, p. 610)

O trabalho não pago é consumido no processo de valorização do valor. Por essa razão, esse processo de valorização consiste em roubo, já que ele oculta as relações de exploração entre o capitalista e o trabalhador assalariado.

Isto é essencial para compreender duas questões: o sentido ético do roubo do produto (rouba-se da *vida* humana) e a acumulação do valor do produto em capital como acumulação de vida humana (é o fetiche que vive da morte do trabalhador) – a objetivação da subjetividade no processo de trabalho não se realiza como subjetivação igual da objetividade no salário. (DUSSEL, 2012, p. 146)

O capitalista, ao contrário, enriquece porque se apropria da força de trabalho, colocando-a como atividade produtora de riqueza. No final do processo, o seu capital se reproduziu, aumentando seu valor. É o que denominamos de mais valor, ou mais valia.

Somente na aparência o processo de produção social é uma troca igual, porque em sua essência, não existe equivalência. Isto porque o processo de produção no capitalismo tornou-se cada vez mais reificado, consistindo em um processo misterioso do capital tanto para o capitalista quanto para o trabalhador assalariado:

De qualquer maneira, o trabalho foi subsumido, subjugado, ontologicamente incluído no capital, mas é a única determinação essencial do capital propriamente *criadora* do valor, do ser do capital e isto na invisibilidade do próprio mecanismo, tanto para trabalhador quanto para o próprio capitalista. (DUSSEL, 2012, p. 144)

Capitalistas e trabalhadores tornam-se pessoas somente por meio das mercadorias. Como proprietários privados, a relação que se estabelece entre eles somente é efetivada mediante coisas.

Não há um “frente a frente” entre os trabalhadores, mas uma relação coisificada no mercado, entre as coisas. Neste sentido, o “dinheiro é uma relação *social*”. Do mesmo modo, entre os produtores e as mercadorias “o valor é sua relação *social*”. O dinheiro, assim, é uma mediação necessária para socializar as relações humanas – em si mesmas, estas relações não existem, são abstratas. Os homens só se

relacionam no “mundo” das mercadorias, no mercado e fora dele são totalidades solipsistas. (DUSSEL, 2012, p. 88)

A finalidade que orienta o processo produtivo em que estão envolvidos capitalista e trabalhador é a necessidade de reproduzir as coisas que eles representam: o capital e a força de trabalho, respectivamente. Esta finalidade não nasce de suas necessidades enquanto homens, mas da necessidade deles enquanto portadores de mercadorias. Isto posto, é o processo de valorização do valor que orienta as finalidades do processo da produção social.

Desta forma, a produção social torna-se um processo de valorização do valor. O resultado da produção social é o mais valor, a valorização do capital. As relações sociais entre os homens aparecem reificadas nas relações sociais entre as mercadorias. Para o trabalhador assalariado seu trabalho aparece reificado na forma de salário. Para o capitalista, o resultado da produção social aparece na forma da mais valia.

Como as demais totalidades pressupõem as consequências ontológicas da produção social, tanto a distribuição, quanto a circulação e o consumo irão reproduzir o processo de valorização do capital.

Considerando que o caráter privado da produção social irá determinar materialmente as demais totalidades do ser social: a distribuição, a circulação e o consumo, estas irão pressupor as consequências ontológicas da forma privada da produção social: as mercadorias e todas as suas implicações. A circulação, por exemplo, será das mercadorias produzidas pela produção. Se a produção ocorreu de forma privada, determinada pela valorização através da troca, o mesmo ocorrerá com a circulação, ela se constituirá num processo através do qual a valorização do valor será realizada.

Embora determine materialmente, a produção social depende das determinações das demais totalidades do ser social para se realizar. Para que haja uma relação de correspondência recíproca entre a produção social e as demais totalidades é necessário que elas tenham se convertido num processo de valorização do valor. Como o resultado do processo produtivo é o mais valor, neste caso, ele não é nada se não se realizar através do processo de valorização das demais totalidades como a distribuição, a circulação e o consumo. A distribuição, a circulação e o consumo são momentos também de valorização do valor. A relação de interdependência entre as totalidades forma uma totalidade de diversidades: o capital, um processo de valorização que determina e submete todas as totalidades sociais.

Na forma capital do valor, o processo de valorização se torna dominante, determinando e subsumindo todas as totalidades do ser social. A luta para produzir e

reproduzir o capital se tornou dominante em detrimento da luta para produzir e reproduzir os bens materiais. A valorização do valor através da troca de mercadorias subsumiu a produção de valores de uso. Através do desenvolvimento das formas do valor, (forma simples, desdobrada, geral) aos poucos, o valor se tornou um senhor soberano em relação aos valores de uso.

Inicialmente, o valor se expressava claramente nos objetos; progressivamente, através da forma desdobrada, tornou-se abstrato e, cada vez menos, necessitava dos valores de uso para manifestar-se. No capital $D - M... P... M' - D'$ o valor deixou de ser uma característica inerente à mercadoria e passou a ter vida própria:

Na circulação do Capital, o valor não é propriedade nem de D, nem de M ou M'. Deixou de estar em uma mercadoria e se transformou em um ser que existe independentemente da materialidade que tenha: seja dinheiro ou mercadoria. O valor agora como valor-capital, ganhou vida própria, deixou de ser mero adjetivo de uma mercadoria para transformar-se em um substantivo. É a substantivação do valor. [...] A substantivação corresponde a um momento do longo processo histórico do desenvolvimento dialético do valor. (CARCANHOLO, 2011, p. 129)

A substantivação é o momento auge de desenvolvimento do valor na sociedade mercantil. Nesse estágio, o valor encontra-se substantivado.

Neste estágio substantivado, o valor-capital, ou simplesmente capital, não tem materialidade própria. Ele se desmaterializou! É ser desmaterializado! No entanto, necessita “incorporar-se” em materialidade alheia; necessita de uma materialidade emprestada para existir; mas logo que se materializa, quer se metamorfosear, mudar sua materialidade. Essas materialidades, por meio das quais existe, não são propriamente suas; são materialidades emprestadas, formas por meio das quais consegue existir. (CARCANHOLO, 2011, p.130)

Esse estágio de substantivação do processo de valorização é também o momento histórico de maior contradição na produção social. Em seguida, trataremos da dupla contradição do capital: a valorização do trabalho constante e a desvalorização do trabalho variado.

5.1.3 A contradição do capital: valorização do valor e desvalorização da produção

No capitalismo, a produção e reprodução do ser social são postas em movimento pelo caráter contraditório do processo de valorização do valor. Já sabemos que o processo de valorização do valor no capitalismo corresponde ao processo de valorização do capital. Todas

as totalidades do capital – a produção, a distribuição, a circulação e o consumo – pressupõem as consequências ontológicas das contradições do capital.

Assim, a produção social corresponde ao processo de valorização do capital. Nela, reina o antagonismo entre trabalho e capital, entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados.

Esse antagonismo da produção social, Karl Marx o expressou através do movimento da composição orgânica do capital.

$$\begin{array}{ccc} C_c & C_c & C_c \\ C_c + C_v & C_c + C_v & C_c + C_v \end{array}$$

O antagonismo põe em movimento, ao mesmo tempo, dois processos: a valorização do valor e a desvalorização da produção social.

A valorização do valor do consiste no incessante aumento do capital constante. O antagonismo da valorização do capital cria sempre mais valor. A tendência orgânica do capital é aumentar o capital morto através do processo de valorização do valor.

Ao mesmo tempo, o movimento da composição orgânica do capital pôs em movimento um processo de desvalorização da produção social. Na proporção em que o antagonismo aumenta o trabalho morto, ele desvaloriza o capital variado diminuindo cada vez mais o trabalho vivo no processo produtivo.

Tanto a produção social, quanto as demais totalidades irão presumir o antagonismo do capital, constituindo-se entre si uma totalidade de totalidades contraditória.

A contradição faz da totalidade um processo, um movimento, um vir a ser. O modo de produção capitalista é, assim, apenas uma forma histórica de produção do ser social.

Nas contradições antagônicas desta forma de produção, Marx percebeu as possibilidades históricas, e, portanto, ontológicas, para a sua superação e possível efetivação do reino da liberdade.

Através da pesquisa efetivada por Marx, tomamos conhecimento que o modo de produção capitalista é um processo, um movimento tensionado pelas contradições antagônicas inerentes ao seu próprio ser.

A produção social burguesa é uma totalidade em movimento, um processo tensionado pelo desenvolvimento de suas contradições antagônicas: “sua tendência é sempre, por um lado, criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente” (MARX, 2011, p.590). O desenvolvimento desta contradição fará com que o tempo disponível deixe de ser uma existência contraditória e o tempo de trabalho terá como base as necessidades humanas: “com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o

próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição” (MARX, 2011, p.588).

O desenvolvimento das contradições antagônicas da produção social burguesa marca o germe do terceiro estágio histórico da humanidade, a saber, o reino da liberdade:

Relações de dependência pessoal são as primeiras formas sociais nas quais a produtividade humana se desenvolve de maneira limitada em seus pontos isolados. Independência pessoal fundada sobre uma dependência coisal é a segunda grande forma na qual se constitui pela primeira vez um sistema de metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais. A livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social, é o terceiro estágio. O segundo estágio cria as condições do terceiro. (MARX, 2011, p. 106)

Até aqui, percebemos que a propriedade privada pôs em movimento na história do ser social um processo de luta de classe, imprimindo uma nova finalidade para a produção e para a reprodução da existência humana: a valorização da propriedade privada como um processo de valorização do valor.

Esse processo se desenvolveu da sua forma mais simples do valor até a sua forma mais complexa, que é o capital. Inevitavelmente, este processo de valorização fez com que as relações sociais de produção entre os homens passassem a se manifestar como relações sociais entre as mercadorias, criando assim uma inversão, uma falsa aparência. Na medida em que o processo de valorização se desenvolveu, com ele se desenvolveu também o processo de falsa aparência do ser social. Através da economia política marxiana demonstramos que o fundamento último do processo da valorização é a produção social.

Vimos também que a valorização do valor além de ocultar, regulou e organizou a produção social. O processo de regulação e organização da produção e reprodução da existência através da valorização do valor se desenvolveu nos modos de produção tributário, escravagista e feudal, tendo alcançado sua maior complexidade no modo de produção capitalista. Neste, o processo da produção social consiste no processo de valorização do valor, no caso, no processo de valorização do capital.

O processo do capital, dadas as suas contradições, tem implicado ao mesmo tempo na valorização do valor e na desvalorização da produção social. As contradições do movimento de valorização do valor alcançaram seus limites históricos constituindo-se num grave problema a ser resolvido na ordem do ser social.

Na segunda parte deste capítulo, iremos demonstrar como a economia política vulgar tem lidado com essa questão. Demonstraremos também, à luz da economia política marxiana, o reino da liberdade fundado sob a produção social livre e associada, como exigência ontológica para a superação desta questão.

5.2 O reino da liberdade: uma possibilidade ontológica

A historicidade do ser social foi posta em movimento pela produção social. Lutar para produzir e reproduzir a existência é a essência ontológica do ser social. A produção dos bens materiais foi o ato histórico que fundou o ser social. Em sua gênese, o processo de explicitação, de historicidade do ser social foi posto em movimento pela luta dos homens em comunhão para produzir os bens necessários à reprodução de sua existência. Por um longo tempo, o maior da história da humanidade, a produção e reprodução da existência, foram resultados da luta em comunhão dos homens para produzir os bens materiais necessários à vida.

A propriedade privada transformou a luta em comunhão em uma luta de classe para a produção e a reprodução da existência. O resultado dessa forma de produzir e reproduzir a existência a partir da luta de classes foi um progressivo, mas desigual processo de prosseguimento e explicitação do ser social.

Essa forma histórica de explicitação do ser social implicou num processo valorização do valor. Tanto a produção, quanto a reprodução do ser social passaram a ser determinadas pelo processo de valorização do valor. A produção e reprodução da existência humana converteram-se em um grande processo de valorização do valor, da propriedade privada, numa intercambialidade contínua.

Esse processo de valorização do valor se desenvolveu nos modos de produção tributário, escravagista, feudal e alcançou seu maior grau de complexidade e desenvolvimento no capitalismo. Nele, todas as suas totalidades, produção, distribuição e consumo são reguladas pelo processo de valorização, constituindo-se uma totalidade: o capital. A produção dos bens materiais e sua reprodução ocorrem em função da valorização do valor.

Já falamos que no ser social a produção dos bens materiais é a essência ontológica desta forma de ser. Produzir e reproduzir a existência é a essência do ser social. No modo de produção capitalista, a produção e a reprodução da existência ocorrem em função da valorização do valor: o capital.

Trata-se de um processo de valorização do capital na história do gênero humano em todas as suas dimensões: produção, distribuição, circulação e consumo. Homem e generidade foram subsumidos pelo capital.

Como decorrência da valorização do capital, a personificação das coisas e a reificação das relações de produção se complexificaram. Os produtores não comparecem no processo produtivo como homem, como pessoas, mas como proprietários de uma determinada mercadoria. Trabalhador e capitalista são personificações, respectivamente, da força de trabalho e do capital. Como estão separados pelas mercadorias, pela propriedade privada, as relações de produção entre eles somente podem ser efetivadas mediante o processo de valorização do valor através da troca. As relações de produção nunca aparecem como tal, mas como relações sociais entre as mercadorias. No caso do trabalhador como salário, no caso do capitalista como mais valor. As relações de produção, assim, reificaram-se.

O movimento do capital é antagonico. Ele pressupõe a valorização do valor através do aumento do trabalho morto e ao mesmo tempo pressupõe a desvalorização da produção social através da diminuição do trabalho vivo. Esse antagonismo, por ter alcançado todas as totalidades do modo de produção capitalista, alcançou o limite histórico do processo de valorização do valor.

Esse antagonismo revela uma relação de não correspondência entre o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Essa não correspondência caracteriza nosso tempo histórico como um tempo revolucionário:

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. (MARX, 1985, p. 25)

Essa contradição entre o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e a permanência das relações de produção, entre capitalistas e trabalhadores assalariados, inevitavelmente conduzirá os homens à emancipação humana ou à extrema barbárie e sua consequente destruição.

O processo de valorização do capital se tornou um problema a ser resolvido na ordem do dia do ser social. Seja qual for a alternativa a ser escolhida pelos homens para resolver esta questão, o ser social continuará seu processo histórico, sua continuidade nos dá a perspectiva do futuro: ou a intensificação da valorização do capital, o que levaria a

humanidade a um processo de barbárie; ou a sua superação através do processo de emancipação humana.

Para a economia política clássica e vulgar, o futuro é a continuação do capitalismo. Esta tentativa de perenizar, absolutizar o capitalismo contrasta com a essência do ser social: sua capacidade de prosseguimento histórico.

A não historicidade do discurso permite manter ocultas as posições já determinadas, tais como a posse de dinheiro (depois capital) ou a despossessão de seus meios de produção e de sua terra (como camponês expulso e empobrecido). Ambos os sujeitos “aparecem” como *iguais* sendo, na realidade (não abstrata, mas concretamente), *desiguais*, determinados por uma história de posse do produto do trabalho do outro e despossessão do produto do trabalho próprio. Marx indica que esta “ciência”, que só se prende a “essas determinações abstratas” que são “as primeiras a aparecer. (DUSSEL, 2012, p. 113)

Em contraste à economia política burguesa, a economia política marxiana, ancorada na historicidade do ser social, em seu incessante movimento de continuidade e descontinuidade, tem no reino da liberdade sua perspectiva histórica de futuro.

No campo da economia política burguesa várias têm sido as tentativas de perenizar o capitalismo: capitalismo regulado, capitalismo livre, economia verde, etc. Todas estas tentativas procuram resolver o problema da valorização do valor nos limites do capitalismo, de suas totalidades: ora na produção, ora na distribuição, ora no consumo.

Essas “falsas” soluções nada mais revelam do que uma tentativa ilusória de resolver o problema da valorização do valor nos limites do capital: na produção, na distribuição, na circulação e no consumo, etc. Todas tentando perenizar uma forma histórica de produção.

A historicidade do ser social, no entanto, tem apontado para um processo de constante afastamento do ser social das barreiras naturais e consequente explicitação social dele. Perenizar uma forma histórica do ser social, o capitalismo, é petrificar o movimento de um ser cuja essência é um constante vir a ser.

Além do mais, embora tenha havido um progressivo prosseguimento do ser social, o gênero humano está longe de alcançar sua autêntica generidade. Com a produção social, o homem deixou de ser um animal mudo. Essa mudez foi superada com o desenvolvimento da produção na comunidade primitiva. A luta de classe impulsionou esse desenvolvimento, embora o tenha tornado desigual.

A passagem para uma autêntica generidade do ser será efetivada pela produção social e demais totalidades da reprodução social. Este salto qualitativo não será dado pela

produção burguesa, será dever ontológico do socialismo: no qual a produção e a reprodução da existência serão articuladas pelo trabalho livre e associado.

A partir daqui pretendemos vislumbrar, nas tendências históricas da produção social burguesa, as possibilidades ontológicas para a efetivação do reino da liberdade. Inicialmente trataremos das tendências da produção social como possibilidades ontológicas necessárias à mediação do modo de produção capitalista ao modo de produção comunal, o reino da liberdade; em seguida, demonstraremos a produção social livre e associada e a sua relação com a totalidade do reino da liberdade; finalmente demonstraremos o movimento da contradição unitária da produção social no reino da liberdade: o valor supremo.

5.2.1 As tendências da produção social: as possibilidades ontológicas

Para evitar qualquer tentativa de cair no idealismo, seguiremos o movimento do ser social. Iremos rastrear no movimento da produção social burguesa as tendências que apontam para uma possível efetivação de uma nova forma histórica do ser social.

Já falamos do papel central que a produção social ocupa no desenvolvimento do ser social. Ela é uma força, uma condição necessária nos períodos revolucionários que medeia a passagem às novas formas históricas de ser do ser social.

O desenvolvimento da produção social burguesa provocou no ser social um afastamento das barreiras naturais. Esse afastamento foi posto em movimento pelas contradições advindas do processo de valorização do valor. A agudização desse processo contraditório tem feito surgir no ser social tendências que apontam para uma possível subsunção do processo de valorização do valor pela produção livre e associada do reino da liberdade.

Estas tendências foram postas pelo movimento da produção social burguesa: “as tendências de expansão economicamente exigidas, etc., transformam em realidades possibilidades que, no processo normal de reprodução, teriam meramente permanecido como possibilidades” (LUKÁCS, 2013, p. 263).

Em seguida iremos demonstrar as tendências das contradições do processo de valorização que têm surgido no ser social: a) as contradições da relação entre as forças produtivas e as relações de produção; b) o aumento da produtividade; c) a redução do tempo socialmente necessário para a produção dos bens materiais; d) o mercado mundial: o desenvolvimento da individualidade e do gênero humano; e) o processo de desvalorização do valor; f) a supressão da propriedade privada, etc.

a) As contradições da relação entre as forças produtivas e as relações de produção

A evolução do processo de valorização do valor implicou num progressivo, mas desigual desenvolvimento das relações de produção. A história dessa evolução corresponde à história do desenvolvimento das forças produtivas. Na medida em que as forças produtivas se aperfeiçoaram, novas relações de produção foram postas na trajetória do ser social.

No modo de produção escravagista, as relações de produção eram estabelecidas entre os senhores e os escravos. Enquanto houve uma relação de correspondência entre as forças produtivas e estas relações de produção, o modo de produção escravagista desenvolveu-se sem muita perturbação. O desenvolvimento das forças produtivas entrou num processo de não correspondência com as relações de produção. Forçosamente, as relações de produção do modo de produção escravagista foram dissolvidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, dando-se lugar a um novo modo de produção, o feudalismo.

O modo de produção capitalista foi posto em movimento pela relação de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. Apesar do desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção continuam as mesmas desde a gênese do capitalismo: capitalista, proprietário dos meios de produção e trabalhadores assalariados. Esta relação de não correspondência tencionou as contradições entre eles. Forçosamente, o desenvolvimento das forças produtivas irá implicar na superação das relações de produção entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Esta forma histórica de relação é uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas, já que na relação entre os sujeitos produtivos, embora seja igual na aparência, na essência é desigual.

Somente no reino da liberdade as forças produtivas continuarão seu caminho de desenvolvimento. Nele, as relações entre os homens serão reguladas pela liberdade, condição necessária para o aperfeiçoamento das forças produtivas. O capital é o reino da coerção e, como tal, representa uma barreira para o desenvolvimento do ser social. Somente no reino da liberdade o ser social continuará seu movimento progressivo de prosseguimento social.

b) Aumento da produtividade

O objetivo da produção social é produzir bens necessários à reprodução da existência humana. Esse é o traço ontológico fundamental do ser social. A produção do novo e do sempre mais social é o que diferencia os homens dos demais animais. Com o ser social iniciou-se a produção dos bens materiais.

Na gênese do ser social, por ocasião da economia de apropriação, a produção dos bens materiais era baixíssima. Foi a economia de reprodução que revolucionou o processo de produção de bens materiais. Diante do caráter comunal da propriedade, a finalidade da produção era atender as necessidades dos homens: o resultado da produção se objetivava em valores de uso.

Todavia, foi o processo de valorização do valor que, motivado pela propriedade privada, revolucionou a produção dos bens materiais. O problema da escassez da comunidade primitiva, no capitalismo, foi transformado num problema de abundância, de superprodução. O mundo encheu-se de bens materiais. Esse é o momento histórico do ser social de maior produção de bens, os mais variados tipos. O problema é que estes bens, dado o caráter da propriedade privada, tornaram-se valores de troca, logo, mercadorias.

No entanto, a alta produtividade é uma condição necessária para a realização do reino da liberdade. Este é o reino da abundância. Mesmo diante da conversão dos bens materiais em mercadorias, o capitalismo acaba por colocar em movimento, coetaneamente, outra condição fundamental para o florescimento do reino da liberdade: a abundância de bens materiais.

c) A redução do tempo socialmente necessário para a produção dos bens materiais

A redução do tempo socialmente necessário para produzir os bens é um resultado do processo de desenvolvimento da produção social. O afastamento do ser social das barreiras naturais foi posto em movimento pela produção social, reduzindo o tempo socialmente necessário na produção dos bens materiais. O desenvolvimento das forças produtivas implicou neste processo de redução do tempo.

No modo de produção da comunidade primitiva, a finalidade das relações entre os homens era a produção de valores de uso. O mais importante para eles era o resultado do processo da produção: objetos úteis necessários à produção e reprodução da existência deles. Importava aos homens realizarem as suas necessidades naturais (que aos poucos tornaram-se necessidades sociais). O tempo gasto para produzir os bens não estava em questão: “nos primeiríssimos estágios iniciais do trabalho, em geral o mais importante era o surgimento do produto, enquanto o tempo de produção desempenhava um papel apenas secundário” (LUKÁCS, 2012, p.167).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, revolucionadas tanto pela agricultura quanto pela pecuária, os homens passaram a produzir mais bens materiais numa

proporção menor de tempo. A redução do tempo socialmente necessário se tornou a partir daí um elemento importante no movimento do ser social. Com o desenvolvimento da produção social, acionado tanto pelo desenvolvimento das forças produtivas como pelo desenvolvimento das relações de produção, os homens passaram a produzir mais do que o necessário para a produção e reprodução de sua existência. Essa capacidade da produção social de criar sempre o novo e sempre mais do que o necessário, fez surgir o excedente. A partir do excedente, deu-se início o processo de formação da propriedade privada. A propriedade privada transformou os homens produtores em produtores privados, independentes. Iniciou-se, a partir daí, um processo de luta de classe na história do ser social com vista à valorização da propriedade privada.

É neste contexto de valorização da propriedade privada, a partir da luta de classe, que o tempo socialmente necessário para a produção de riquezas se tornou fundamental na história do ser social: “por essa razão, o tempo de trabalho socialmente necessário pode converter-se em base de troca de mercadorias que gradativamente vai se desenvolvendo, assim como do valor de troca e até de todo o comércio econômico-social” (LUKÁCS, 2012, p.167).

Como a finalidade da produção não era mais objetos úteis necessários à reprodução dos homens, e sim a valorização da propriedade privada, quanto menor o tempo para produzir os bens materiais, maior seria essa valorização. Como a explicitação do ser social foi posto em movimento pelo processo de valorização, o tempo socialmente necessário para produzir riquezas ganhou lugar privilegiado no afastamento do ser social das barreiras naturais: “quanto mais universal a disseminação do valor de troca, tanto mais clara e nitidamente o tempo de trabalho socialmente necessário ocupa o lugar central enquanto fundamento econômico da sua respectiva magnitude” (LUKÁCS, 2012, p.167).

Na medida em que o processo de valorização do valor se desenvolveu até chegar na sua forma mais complexa, o modo de produção capitalista, o tempo socialmente necessário para produzir bens se tornou cada vez menor, convertendo-se numa possibilidade ontológica para o florescimento de uma produção baseada no tempo livre e associado.

O reino da liberdade somente pode florescer quando os homens tiverem tempo livre para desenvolverem um processo autêntico de generidade humana. Na comunidade primitiva, embora a propriedade pertencesse a um sujeito coletivo, a produção social encontrava-se num grau de baixo desenvolvimento. Por essa razão, os homens usavam quase todo o seu tempo para produzir os bens materiais. Na luta dos homens para produzir esses

bens, em seu processo de metabolismo com a natureza, restava-lhes pouco tempo para a generidade humana. Havia pouco tempo livre, pois quase todo o tempo era dedicado à produção social.

A produção e reprodução da existência regulada pela luta de classe visando a valorização do valor reduziu o tempo necessário para a produção de bens materiais. Nunca na história do ser social se produziu tantos bens materiais em tão pouco tempo necessário quanto hoje. O processo de valorização do valor, em particular no capitalismo, criou a possibilidade do tempo livre. Sem tempo livre não há emancipação humana, haja vista que esse tempo é uma condição fundamental para o desenvolvimento da autêntica generidade humana:

Quanto menos tempo a sociedade precisa para produzir trigo, gado etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Da mesma maneira que para um indivíduo singular, a universalidade de seu desenvolvimento, de seu prazer e de sua atividade depende da economia de tempo. Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda economia. (LUKÁCS, 2012, p. 168)

Evidentemente que, em função da propriedade privada, a redução do tempo socialmente necessário para a produção de bens tem se convertido em espaço para a uma forma vulgar de individualidade, a individualidade burguesa. Será uma ilusão planejar o reino da liberdade com a existência da propriedade privada e de todas as suas consequências ontológicas para a generidade humana. Na forma de produção burguesa, a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de riqueza tem se convertido em trabalho excedente, em trabalho não pago, em mais valia, relativa e absoluta.

No entanto, o tempo livre é, ao mesmo tempo, uma condição objetiva para a realização da produção livre e associada, ou seja, a produção social burguesa, em sua contradição, acaba por colocar em movimento as condições objetivas para a produção social livre e associada. Com isto, estão postas as condições do tempo livre, da produção livre e associada: “a redução do tempo de trabalho socialmente necessário, só possibilitada pelo desenvolvimento das forças produtivas, constitui sua condição básica” (LUKÁCS, 2013, p. 199)

d) O mercado mundial: o desenvolvimento da individualidade e do gênero humano

O processo de valorização do valor alcançou sua maior complexidade e desenvolvimento no modo de produção capitalista. Nele, todas as suas totalidades – produção, distribuição, circulação e consumo, transformaram-se num grande processo de valorização. O modo de produção capitalista venceu quase todas as barreiras naturais e sociais e se constitui

numa forma predominante de produzir riqueza através do processo de valorização do valor. No entanto, isto somente foi possível graças ao mercado mundial. O processo de mundialização da valorização do valor criou o mercado mundial.

Embora o mercado mundial exista em função da produção e reprodução de mercadorias, ele cria também, ao mesmo tempo, a condição necessária para o desenvolvimento da generidade humana: “somente com o surgimento e a intensificação do mercado mundial é que o gênero humano foi posto na ordem do dia como problema geral e que engloba todos os homens” (LUKÁCS, 2012, p. 173).

A mundialização da valorização do valor é, simultaneamente, a mundialização da desvalorização da produção social. Esta desvalorização consiste no rebaixamento cada vez maior do homem de sua condição de sujeito histórico à condição de objeto. Através da mundialização, o processo de desvalorização das relações entre os homens se tornaram mais visíveis, colocando-se na ordem do dia.

Além de tornar visível o problema da desvalorização das relações entre os homens, o mercado mundial, ao permitir uma ligação entre os homens, poderá vincular um projeto de emancipação humana:

O fato fundamental desse processo é a integração econômica da humanidade na forma de mercado mundial, que cria uma ligação factual entre todos os homens que corporificam a humanidade; mesmo que essa ligação seja mediada de muitas formas, ela é incontestável inclusive para a consciência individual. (LUKÁCS, 2013, p. 199)

O reino da liberdade pressupõe um reino do gênero humano para além da singularidade burguesa. O mercado mundial, pode assim, constituir-se em um elemento facilitador para o desenvolvimento da unidade entre individualidade e gênero humano:

É evidente e foi exposto aqui de diversas maneiras que o desenvolvimento do mercado mundial propicia a base real para essa unidade e, nesse tocante, o percurso da história até aqui efetuado já se aproxima bastante da realização dessa unidade do gênero humano. (LUKÁCS, 2013, p. 199)

e) A supressão da propriedade privada

Além das condições objetivas apresentadas até aqui, é necessário, fundamentalmente, que haja uma supressão da propriedade privada como condição *sine qua non* para a efetivação da produção social livre e associada.

Com o fim da propriedade privada dos meios de produção, desmorona-se também o trabalho abstrato, produtor de valores de troca. Pondo fim também, à luta de classes:

Sin embargo, las clases no son un fenómeno eterno. La sociedad humana comenzó su trayectoria por una estructura social sin clases. Tampoco conocerá las clases la sociedad comunista. Cuando se construya el comunismo completo desaparecerán los restos de las diferencias de clase.⁸⁹ (RUMIANTISEV, 1980, p. 18)

A propriedade passará às mãos da humanidade e as relações de produção serão efetivadas por homens livres e associados. Com isso, a força motriz da produção social não será a luta de classe, mas a humanidade, os homens livres e associados.

Estas são condições objetivas para a efetivação da produção social livre e associada. Nestas condições objetivas, a produção social será regulada pelo tempo livre, e não mais pelo tempo de trabalho. Ou seja, a riqueza não será mais medida pelo tempo de trabalho, como ocorre na produção social burguesa: nesta forma de produção social ela é representada por uma imensa coleção de mercadorias. A riqueza será aferida pelo tempo livre disponível da sociedade.

A produção social livre e associada criará tempo livre, que anteriormente consistia num tempo excedente, não pago ao trabalhador. Com o fim da propriedade privada dos meios de produção, as relações de produção, que em si são relações de propriedade, passam a ser efetivadas por homens, produtores livres e associados, e não mais de forma abstrata, estranhada, reificada.

A superação do reino da propriedade privada dos meios de produção e a consequente superação do trabalho abstrato são condições objetivas imprescindíveis para o afloramento do reino da liberdade, ou seja, o reino da liberdade somente poderá florescer a partir da relação efetiva, livre e direta dos produtores com o reino da necessidade, sem a mediação das mercadorias.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas forças próprias como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, 1991, p. 52)

A produção social, livre e associada, emancipará o homem do trabalho assalariado, estranhado, reificado.

⁸⁹ No entanto, as classes não são um fenômeno eterno. A sociedade humana começou sua trajetória com uma estrutura social sem classes. Tampouco conhecerá classes a sociedade comunista. Quando se construir o comunismo por completo, desaparecerão as diferentes classes. (Tradução livre do autor)

Livres estarão para planejarem a produção social, antes feita às costas dos produtores; nestas condições, ela será realizada às claras, direta e efetivamente pelos homens livres.

A economia de tempo, a isto se reduz, afinal, toda a economia. Da mesma forma, a sociedade tem de distribuir apropriadamente o seu tempo para obter uma produção em conformidade com a totalidade de suas necessidades; do mesmo modo como o indivíduo singular tem de distribuir o seu tempo de forma correta para adquirir conhecimentos em proporções apropriadas ou para desempenhar suficientemente as variadas exigências de sua atividade. Economia de tempo, bem como distribuição planificada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos de produção, continua sendo também a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva. (MARX, 2011, p. 119)

Desmorona-se aqui a produção reificada, mediada pelas mercadorias, estranhada, etc. Assim, estarão postas as condições objetivas para o afloramento do reino da liberdade.

O reino da liberdade, como uma totalidade, é uma tendência, uma possibilidade do movimento do ser social. Nestas tendências, Marx percebeu o reino da liberdade e nele, vislumbrou o valor supremo.

5.2.2 A produção social livre e associada: o reino da liberdade como uma totalidade

Referimo-nos ao reino da liberdade apenas como uma possibilidade, entre outras. Nossa consciência a respeito dele é construída a partir das tendências que o ser social tem posto na ordem do dia. Essas tendências são reais: a redução do tempo socialmente necessário para produzir riquezas, o aumento da produtividade, entre outras. A partir destas tendências é possível vislumbrar o reino da liberdade como uma possibilidade no progressivo caminho de prosseguimento do ser social.

Caso seja a escolha dos homens, o reino da liberdade, estará assentado sob uma forma de produção de bens materiais baseado no trabalho livre e associado. Essa forma de produção social terá consequências ontológicas para todas as totalidades sociais.

Uma vez sendo superada a propriedade privada, o caráter e o grau de desenvolvimento das forças produtivas mudarão. As forças produtivas passarão a pertencer a humanidade. Deixarão de ser privadas. Serão uma propriedade da humanidade. O caráter comunal subsumirá o caráter privado da propriedade. O desenvolvimento delas será motivado pelo desenvolvimento das necessidades humanas. Nesse sentido as forças produtivas serão essencialmente humanas.

Este caráter e desenvolvimento das forças produtivas irá fundamentar novas relações de produção entre os homens. No processo produtivo eles irão comparecer como

homens, produtores livres. A separação ontológica provocada pela propriedade privada não mais existirá entre eles. Os homens comparecerão no processo produtivo frente a frente. A propriedade comunal impedirá o isolamento e a separação deles. A divisão do trabalho será determinada pelas necessidades sociais dos homens, e não mais pelo valor de troca das mercadorias:

Em lugar de uma divisão do trabalho que se engendra necessariamente na troca de valores de troca, ter-se-á uma organização do trabalho que tem como consequência a porção que corresponde ao indivíduo no consumo comunitário [...]. [Neste] Caso, o caráter social da produção é pressuposto e a participação no mundo dos produtos [não das mercadorias], no consumo, não é mediada pela troca de produtos de trabalhos ou de trabalhos reciprocamente independentes. (DUSSEL, 2012, p. 170)

Não haverá necessidade de os homens estabelecerem relações econômicas no processo produtivo. Isso nem seria possível já que eles não mais comparecerão como proprietários privados. A produção será previamente regulada pela humanidade.

Assim como o selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, trazendo-o para seu controle comunitário em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. (LUKÁCS, 2012, p. 198)

A produção deixará de ser um processo feito às costas dos homens: destrutiva e incontrolável. Livres e associados eles irão regular a produção social, previamente, com vista à humanização da humanidade.

Nestas condições objetivas, o desenvolvimento da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção será objetivado naquilo que Lukács denominou de valor supremo.

O que interessa reconhecer aqui é tão somente que o reino da liberdade, no qual Marx vislumbra o valor supremo, a culminância de valor do desenvolvimento social, não possui caráter econômico e até se retira do âmbito da economia o qual, como afirma Marx aqui mesmo peremptoriamente, será para sempre um reino da necessidade. (LUKÁCS, 2012, p. 198)

O valor supremo estará livre do caráter econômico porque ele será resultado do trabalho de homens livres e associados. A necessidade econômica que determina a previdação dos homens no capitalismo será subsumida, no reino da liberdade, pelas

necessidades realmente humanas. Dessa forma, o material produzido pela produção social será o valor supremo, ou seja, bens materiais e espirituais resultados do desenvolvimento social da humanidade. Valores de uso, resultado do desenvolvimento social da humanidade com vista à humanização cada vez maior da humanidade. O valor supremo consiste no desenvolvimento da relação das forças produtivas com as relações de produção como um fim em si mesmo em vista da humanização da humanidade, da generalidade humana: “O desenvolvimento das forças humanas, considerado com um fim em si mesmo” (MARX, 1983, p.273). É o processo de afastamento das barreiras naturais, posto em movimento pela produção social, em vista da humanização da humanidade, em vista da explicitação da personalidade humana: “O desenvolvimento das forças como fim em si pressupõe o valor social da plena explicitação da personalidade humana, representando, portanto, um valor” (LUKÁCS, 2013, p. 198). A produção social produzirá o mais social, só que o mais social humanizado.

Esse material produzido pela produção social – o valor supremo – criará os fundamentos para uma nova forma de distribuição e consumo. Já nos referimos que a produção social é a *δυναμις* que implode o ser social tornando-o sempre mais social. Pelo seu caráter de transição, ela determina materialmente todas as demais totalidades, tornando-se protótipo delas. A distribuição e o consumo serão levantados pressupondo todas as consequências ontológicas da produção social livre e associada. Nestes termos, teremos uma distribuição e um consumo livre e associado. A produção livre e associada é a pedra angular, uma forma radicalmente nova de intercâmbio do homem com a natureza, sobre a qual serão levantadas as demais totalidades do ser social

Essa nova forma de produção determinará o material e a forma como ele será distribuído e consumido. Nesse sentido, a distribuição e o consumo continuarão mantendo sua eterna dependência ontológica com a produção social.

Se a produção foi efetivada por homens livres e associados ela somente se realizará por distribuidores e consumidores livres e associados. Embora a produção crie o valor supremo ele somente será realizado através da efetivação da distribuição e do consumo livre e associado. Nesse sentido, a produção social continuará também mantendo uma dependência ontológica com estas totalidades. Sua realização dependerá da efetivação destas totalidades sociais.

Nestas condições objetivas, desaparecerá a circulação como troca. A troca desaparecerá como uma exigência ontológica desta nova forma social do ser social. O caráter

comunal da propriedade impedirá a troca. No reino da liberdade não haverá necessidade de trocas já que os bens materiais pertencerão a todos os homens, à humanidade. A propriedade comunal libertará os homens da propriedade privada. Livres, eles não terão necessidade de estabelecer trocas.

O processo de humanização da humanidade somente ocorrerá quando todas as totalidades sociais se tornarem socialmente humanas, livres e associadas. Elas serão chamadas a cumprirem uma função social diferente da produção social, mas ontologicamente dependentes dela. Para cumprirem suas funções específicas no interior do ser social, estas totalidades se afastarão - mas não se separarão- da produção social. Esse afastamento somente é possível graças ao caráter de autonomia relativa que elas gozam no interior do ser social, tanto nas suas relações com a totalidade da produção social, quanto nas suas relações com a totalidade social, o reino da liberdade. Nas suas especificidades sociais, as totalidades sociais irão determinar a produção social, revolucionando-a.

O momento ideal, no reino da liberdade, será constituído, em geral, por ideias que explicam e justificam essa forma de existência real. Sem estas ideias que fortaleçam o comunitarismo, o comunismo, o real não se efetivará.

No campo ideal, a ética será fundamental para justificar e revolucionar esse processo de humanização da humanidade:

A autoconstrução do homem tomou novas cores, isto é, estabeleceu-se, segundo o fluxo geral, um laço entre a auto edificação de si e da humanidade. No conjunto desse processo, a ética é um fator de ligação muito importante. E porque ela, precisamente, renuncia a qualquer autonomia; porque ela se considera conscientemente um momento da práxis humana geral, que a ética pode se tornar um momento desse enorme processo de transformação, dessa real humanização da humanidade. (LUKÁCS, 2013, p. 27)

A culminância, o coroamento, de todo esse processo de correspondência recíproca entre as totalidades sociais, entre o real e o ideal, será a realização do valor supremo, a realização da humanização da humanidade, o reino da liberdade.

O reino da liberdade só começa, de fato, quando o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente impostas; por natureza, transcende a esfera da produção material propriamente dita.[...] Neste domínio, a liberdade só pode consistir nisto: os produtores associados - o homem social - regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no comunitariamente, sem deixar que seja a força cega que os domina; fazem-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais condignas e adequadas à natureza humana. Mas este esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além deste é que começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que só pode florescer tendo por base o reino da

necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho. (MARX, 1983, p. 273)

No reino da liberdade, efetiva-se a universalidade do gênero em contraponto à singularidade burguesa. Ele anuncia o fim da pré-história dos homens, fundada na luta de classe, em relações reificadas e marca o início da história dos homens: a produção social humana.

A supressão da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é essa emancipação justamente pelo fato de esses sentidos e qualidades terem se tornado humanos, tanto subjetiva como objetivamente. O olho tornou-se olho humano, do mesmo modo como seu objeto se tornou um objeto social, humano, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos tornaram-se teóricos. Eles se comportam em relação à coisa em função da coisa, mas a própria coisa é um comportamento humano objetivo diante de si mesma e diante do homem e vice-versa. [...] A carência ou a fruição perderam, assim, a sua natureza egoísta e a natureza perdeu o seu caráter meramente utilitário, na medida em que a utilidade se tornou utilidade humana. (MARX, 2004, p. 109)

É claro, no entanto, que o reino da liberdade sempre será fundamentado no reino das necessidades. Os homens sempre serão sujeitos de necessidade. Antes de serem produtores, os homens são sujeitos de necessidades. Acontece que, com a superação da propriedade privada, as necessidades que irão movimentar a totalidade social serão aquelas essencialmente humanas.

Temos nos referido ao caráter de autonomia relativa presente no ser social. O reino da liberdade será uma totalidade de totalidades. Mas, uma totalidade social aberta. Isso significa que sempre haverá possibilidades de conflitos, tanto nas totalidades sociais quanto no campo do momento ideal.

No entanto, predominantemente, no reino da liberdade haverá uma contradição de caráter unitário. Esta contradição unitária irá por em movimento todas as totalidades sociais.

Dessa forma, a contradição da produção social nestas condições objetivas terá um caráter positivo, unitário. Ela não se moverá a partir de contradições antagônicas, mas a partir de contradições unitárias. Com o fim do antagonismo das classes sociais, a contradição da produção social será unitária e terá uma objetividade positiva. O afastamento das barreiras naturais provocado pela contradição unitária da produção social do reino da liberdade implicará num processo de “humanização da humanidade” (LUKÁCS, 2013, p. 28), num processo de generalidade humana em contraponto à singularidade da produção social burguesa.

A distribuição e o consumo irão pressupor todas as consequências ontológicas da contradição unitária da produção social. Isso significa que, por estarem fundamentadas nas contradições unitárias dos bens materiais, a distribuição e o consumo, inevitavelmente, irão assumir tal caráter de contradição.

O novo, provocado pela produção social, através do processo de afastamento-nunca separação – das barreiras naturais, consistirá no mais homem, na mais humanidade. Todas as totalidades sociais se converterão em totalidades essencialmente humanas. A produção dos bens materiais perderá seu caráter econômico e se tornará a produção de valores de uso com vista à humanização da humanidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lukács não exagerou quando afirmou que ninguém havia se ocupado tão extensamente com a história humana quanto Karl Marx. Sua práxis transformadora revelou-se coerentemente em todas as dimensões de sua vida: tanto em sua atividade prática, enquanto redator de jornal, quanto em sua atividade teórica, enquanto produtor de obras, como *Os Grundrisse*, *O capital*, que continuam sendo a crítica mais profunda e aguda ao modo de produção capitalista. Sua vida e obras nos revelaram um rico processo de amadurecimento teórico-prático. Mais do que compreender a história humana, ele pretendia transformá-la

Percebemos que seu processo de amadurecimento teórico-prático teve início na tradição da filosofia hegeliana, atravessou a tradição dos socialistas utópicos até chegar na economia política clássica. A síntese deste processo de amadurecimento teórico-prático foi a elaboração de uma rica e crítica teoria do ser social: sua gênese e seu desenvolvimento em direção à sua emancipação. Na compreensão de Lukács (2012; 2013), Karl Marx desenvolveu uma ontologia do ser social. Foi seu movimento ontológico que lhe permitiu apreender estas tradições e superá-las. Como resultado de sua pesquisa, Marx nos deu uma teoria do ser social. Como desdobramento de sua ontologia do ser social, obtivemos as seguintes premissas:

a) o real tem prioridade sobre o ideal: é a existência real dos homens - os indivíduos reais e suas condições materiais de vida - que determina a consciência. Ou seja, não são as ideias que criam o ser social, ao contrário, elas brotam do movimento real do ser social. As ideias devem ser encontradas na própria realidade social. O primeiro ato histórico a considerar são os homens, suas vidas em processo de produção dos bens materiais e espirituais necessários à reprodução. É a vida dos homens que determina a consciência deles.

b) a realidade social é um conjunto articulado de totalidades: a produção, a distribuição, a circulação e o consumo. Ela é uma totalidade de totalidades. Em última instância é a totalidade social que determina a totalidade da produção, da distribuição, da circulação e do consumo;

c) no ser social, as totalidades se determinam reciprocamente. Cada totalidade social é um momento singular do ser social, por isso, elas exercem determinações diferentes na realidade social. A determinação da produção social sobre as demais totalidades é material. Ela produz sempre o material que será usado na distribuição, na circulação e no consumo. Decorre daí que não existe produção social imaterial. Não existe circulação, distribuição e consumo do imaterial;

d) por produzir “o material”, a produção social tornou-se o momento singular predominante do ser social. Ela foi o primeiro ato histórico dos homens. Dessa forma, a totalidade da produção social além de ter fundado o ser social, tornou-se, por isso, o modelo para todas as totalidades sociais. Em função de sua determinação específica, a produção social goza de um lugar central no ser social. Este lugar jamais poderá ser ocupado por qualquer outra totalidade social. Ontologicamente, é impossível, por exemplo, o consumo produzir “o material”.

e) o consumo e as demais totalidades exercem no ser social uma determinação específica. O consumo, por exemplo, exerce uma determinação ideal, tendencial: a necessidade do objeto funda a possibilidade de sua produção. O mesmo ocorre com a distribuição e com a circulação;

d) a reprodução ideal da realidade social deve seguir o movimento real do ser social. A consciência ideal da realidade social consiste na apreensão do movimento real do ser social. O momento do pensamento deve sempre partir da realidade social como uma totalidade de totalidades. Num primeiro momento a realidade social aparece no pensamento como uma totalidade caótica.

Através da representação plena do real, o pensamento separa e analisa abstratamente um a um os momentos singulares do ser social: a produção, a distribuição, a circulação e o consumo. Por ter mediado a forma orgânica à forma social do ser e ter se tornado a protoforma de todas as totalidades sociais, o processo analítico, forçosamente, deve iniciar-se pelo momento da produção social. Esta não é uma opção metodológica do sujeito pesquisador, mas uma determinação ontológica do movimento objetivo do ser social. Esse mesmo procedimento deve ser feito com as demais totalidades sociais. Como resultado temos a realidade social, no campo do pensamento, como uma totalidade abstrata.

Esse procedimento, no entanto, consiste no caminho de ida. O pensamento deve fazer o caminho de volta. Ao contrário do que foi feito na abstração, o processo analítico, situa cada uma das totalidades sociais na totalidade do ser social, começando pela produção social. Ao final, a realidade social aparece no campo do pensamento como concreto pensado.

O movimento do pensamento, ou seja, o movimento das determinações abstratas, deve seguir o movimento destas determinações reais. Os momentos do pensamento devem coincidir com os momentos do real. O processo analítico deve seguir o movimento da determinação recíproca entre as totalidades e o movimento de determinação da totalidade

social sobre as demais totalidades sociais. Desse modo, o procedimento analítico de Karl Marx estaria muito longe de uma apreensão economicista ou determinista do ser social.

Assim, no ser social, as totalidades sociais se determinam reciprocamente e, em última instância, são determinadas pela totalidade social. Ao longo da história do ser social, estas totalidades como momentos singulares do ser social, exerceram a mesma determinação social sob a realidade social. Elas, no entanto, em cada momento histórico, foram determinadas pela totalidade social. Isto é, em cada modo de produção, em última instância, há uma totalidade social que determinou todas as totalidades sociais: produção, circulação e consumo. Por exemplo, no modo de produção capitalista, esta totalidade social é o capital, que determina todas as totalidades sociais, subsumindo-as. Isso significa que, embora a produção social seja o protótipo das demais determinações sociais, elas todas, em última instância, são determinadas pela totalidade social.

Ancorados na ontologia marxiana, procuramos reproduzir idealmente o movimento da produção social na gênese, no desenvolvimento e nas tendências do ser social.

Iniciamos nosso processo expositivo demonstrando o papel da produção social na gênese do ser social. A produção social foi o ato histórico que permitiu a passagem do ser orgânico ao gênero humano: um salto ontológico, uma transição de um nível de ser a outro, qualitativamente diferente.

Por ela, tem-se início a história dos homens, seu processo contínuo de afastamento das barreiras naturais e seus primeiros passos rumo à emancipação humana.

No processo de historicidade do ser social, a produção social teve lugar privilegiado. Percebemos que a história do ser social corresponde à história da produção social dos bens materiais. Para compreendermos a história do ser social tivemos que apreender como a produção social dos bens materiais foi efetivada nos diversos momentos históricos.

Através da produção social ocorreu a passagem do ser orgânico ao ser social. Isto foi possível porque a produção social é constituída de dois momentos ontológicos: as relações de produção, ou momento ideal, e as forças produtivas, ou momento real. Estes dois momentos permitiram que o ser social mantivesse um caráter de eterna continuação com o ser inorgânico e orgânico da natureza; ao mesmo tempo, esses momentos permitiram uma descontinuação do ser orgânico permitindo que o ser social se tornasse cada vez mais social.

A luta pela produção e reprodução da existência foi o momento predominante desta forma do ser, sendo esta o diferencial do homem de todos os demais animais da

natureza. Enquanto houver ser social, haverá luta dos homens para produzir e reproduzir a sua existência, os bens materiais necessários à vida.

A produção social e a reprodução são a marca indelével do ser social. Sugerir uma sociedade sem produção social é ontologicamente impossível. O ser deixaria de ser social e retornaria à condição de ser orgânico, o que parece ser também, ontologicamente impossível, dado o caráter irreversível do ser social. Logo, não é possível uma sociedade sem produção social. O mesmo vale para os demais momentos singulares do ser social: distribuição, consumo, etc. Sem a efetivação destes momentos, a produção social não se realizaria, logo não haveria reprodução do ser social.

Em função destes dois momentos ontológicos, a produção social tornou-se também o protótipo de todas as outras demais totalidades do ser social: a distribuição, o consumo, etc. Pela constituição ontológica da produção, sua determinação sob as demais totalidades do ser social é material. A produção social se objetiva em bens materiais, logo, a determinação dela sobre as demais totalidades é de caráter material. Ontologicamente, não existe produção imaterial. O consumo sempre será o consumo dos bens materiais produzidos pela produção social. A distribuição sempre será a distribuição dos bens materiais produzidos no processo da produção social.

A produção social é um momento singular do ser social e se diferencia de todas as outras totalidades pelo fato de sua determinação ser de caráter material. Desta forma, a produção social permitiu a passagem do ser orgânico ao ser social, bem como foi através dela que o gênero humano foi posto em movimento.

Percebemos que embora a produção social tenha lugar privilegiado no ser social, ela manteve uma relação de dependência recíproca com as demais totalidades. O ser social é uma totalidade de totalidades. Cada uma delas constitui-se de um momento singular do ser social, tendo cada uma sua determinação específica, gozando todas de autonomia relativa. Por conta da singularidade ontológica de cada uma, não se pode igualá-las.

Ao investigarmos o papel da produção social na passagem da forma orgânica à forma de ser social, percebemos também que esse momento não teria sido possível se as demais totalidades sociais – distribuição e consumo – não tivessem se desdobrado no ser social. Como momentos singulares, elas cumpriram papel importantíssimo tanto na passagem da forma orgânica à forma social do ser, como também em seu processo de constante prosseguimento social.

Evidenciamos que, já em sua gênese, o ser social se constituiu como uma totalidade de totalidades. Embora cada uma delas tenha exercido uma determinação específica, todas elas, em última instância, foram determinadas pela totalidade social.

Por um longo tempo, o processo de afastamento foi resultado da luta comunal dos homens em seu processo de produção e reprodução dos bens materiais. O modo de produção da comunidade primitiva, tanto no período da economia de apropriação, quanto no período da economia de reprodução, teve como base a luta comunal pela produção e reprodução dos bens materiais. Tratou-se de processos transparentes. A produção dos bens materiais era um processo realizado às claras, frente a frente. Os homens compareciam no processo da produção como homens produtores. As relações de produção entre eles eram previamente determinadas pelo sujeito coletivo: a família, a tribo, etc.

Evidenciamos que a luta comunal para produzir os bens materiais somente se tornou possível, por muito tempo na história do ser social, porque ela se realizava na efetivação da distribuição e do consumo comunal. Sem esta relação de correspondência recíproca entre as totalidades sociais, a luta comunal não teria se realizado na história do ser social. Para que o ser social se reproduzisse foi necessário a efetivação destas totalidades sociais. Sem elas, a produção não se realizaria, e desse modo, não haveria ser social, nem muito menos sua reprodução social.

Além da reprodução, o momento ideal foi fundamental para que a luta comunal se realizasse no interior do ser social. Desde os tempos mais remotos, os homens passaram a ter consciência de sua existência real. Sabiam que a existência deles se diferenciava da existência dos outros animais orgânicos. Eles tinham ideias a respeito do real. Essas ideias, na medida em que explicavam e justificavam a existência comunitária deles, tornaram-se ideologias. Sem estas, a práxis dos homens não teria se operacionalizado, esbarrando-se em seus conflitos sociais.

Como em todos os outros modos, o modo de produção da comunidade primitiva foi marcado por muitos conflitos, entre eles aquele que tratava da contradição entre os interesses individuais e os interesses da coletividade. As ideologias de caráter coletivo foram fundamentais para resolver estes conflitos. Assim, podemos afirmar que elas exerceram papel importantíssimo no processo de afastamento do ser social das barreiras naturais. Demonstramos ainda que a representação teórica dos homens, neste estágio do ser social, realizava-se de forma muito simples, em geral através de desenho.

Desse modo, graças à relação de correspondência recíproca entre estes momentos – produção, reprodução e o momento ideal - o modo de produção da comunidade primitiva perdurou por milênios.

Falar da contradição nos momentos e na totalidade do ser social que levou à deteriorização dos fundamentos do modo de produção da comunidade primitiva

Com o advento do modo de produção tributário esses momentos – produção, reprodução e ideal, tornaram-se cada vez mais social e complexos.

Gradativamente, a comunidade primitiva se afastou das barreiras naturais. Esse processo de afastamento, posto em movimento pela luta para produzir e reproduzir-se, criou o excedente, resultando na formação da propriedade privada. Estavam postas as condições objetivas, as forças produtivas privadas e as relações de produção dela decorrente, para um processo de produção e reprodução baseada na luta de classes.

A partir daí a luta pela produção e reprodução dos bens materiais passou a ter um caráter de classe. Percebemos que, desde então, iniciou-se um processo de luta de classes na história do ser social. Nestas condições objetivas, a produção social dos bens materiais, aos poucos, tornou-se um processo misterioso, regulado pela valorização do valor através da troca. Formou-se no ser social uma falsa aparência: as relações sociais de produção entre os homens começaram a aparecer como relações sociais entre as mercadorias. Decorrendo daí dois processos: a personificação das coisas e a reificação das relações de produção.

Desta forma, a reprodução do ser social passou a ser posta em movimento pelo desenvolvimento do processo de valorização do valor. Demonstramos que esse processo teve início com o modo de produção tributário, atravessou o modo de produção escravista, o feudal e alcançou sua completude no modo de produção capitalista. Evidenciamos que, embora o ser social tenha se desenvolvido, este desenvolvimento foi desigual entre as classes em luta.

Apresentamos o modo de produção tributário como o fim de uma sociedade comunal representada pelas comunidades dos clãs e, ao mesmo tempo, como o início da sociedade de classe, representada pela instância política. Neste modo de produção, o processo de valorização do valor teve início através da produção do excedente na forma de tributo.

O desenvolvimento da contradição entre o modo de vida comunal e o modo de vida da classe política foi agudizado pelo desenvolvimento da propriedade privada. Desta contradição, a propriedade privada subsumiu a propriedade comunal. Seja como for, o modo do produção tributário representou um significativo afastamento do ser social das barreiras naturais em todos os seus momentos: produção, reprodução e momento ideal.

No campo da produção, as forças produtivas se desenvolveram de tal forma, que a indústria metálica subsumiu a indústria da pedra. Com o desenvolvimento dessas forças produtivas, as relações de produção se complexificaram revolucionando, tanto a agricultura, quanto a pecuária.

No campo da reprodução, as totalidades da distribuição, da circulação e consumo foram revolucionadas pelos novos materiais produzidos. Demonstramos que nesse estágio do ser social, deu-se o germe do Estado. O modo de produção tributário criou os fundamentos do Estado, e sem a efetivação deste, a produção tributária não teria se realizado.

No campo ideal, as ideias tornaram-se mais social e complexa. A contradição entre existência real dos homens dos clãs e a existência real dos homens da instância política fez surgir, no interior do ser social, ideias antagônicas. Para resolver este conflito de ideias decorrentes das contradições reais, foram postas em movimento as ideologias. Através delas, os conflitos eram resolvidos e a práxis dos homens tornava-se possível. Por exemplo, a ideologia do rei bondoso para com todos, que figurava como “pai da justiça” explicava e justifica a apropriação do excedente por parte da instância política. Como decorrência do desenvolvimento social do momento ideal, surgiram as ciências. Com o tempo livre, a instância política passou a dedicar tempo à ciência da matemática, entre outras.

Se por um lado o momento real fundava o momento ideal, tornando-o cada vez mais social e complexo, por outro lado, o momento ideal revolucionou o momento real. A matemática, por exemplo, revolucionou a produção social. Certamente, nesse estágio, os homens desenvolveram novas formas de representação teórica do real.

Constatamos que o ser social continuou em seu caminho de progressivo prosseguimento através do modo de produção escravista. Salientamos que, em função do caráter da relativa autonomia inerente ao ser social, nem todos os povos escolheram esta forma de produzir riquezas. Fizemos uma opção por incluir em nosso caminho expositivo o modo de produção escravista por que este caminho conduziu ao modo de produção mais complexo e desenvolvido do ser social: o modo de produção capitalista.

Evidenciamos que o modo de produção escravista foi posto em movimento pelo desenvolvimento do ser social em todos os seus momentos: produção, reprodução e momento ideal. Por dominarem a tecnologia hidráulica e metálica, os povos indo-europeus – gregos e romanos - conseguiram subjugar outros povos, transformando-os em escravos. O desenvolvimento das forças produtivas, tanto no campo da tecnologia hidráulica quanto no campo da tecnologia metálica permitiu que estes povos desenvolvessem relações de produção

baseadas na produção escravista. A produção escravista condicionou as demais totalidades sociais, transformando-as em totalidades escravistas: consumo escravista, distribuição escravista, etc. A produção escravista criou os fundamentos para o comércio de escravo. Este por sua vez revolucionou a produção escravista na medida em que fornecia para todos os campos sociais a força de trabalho escrava. Nesse sentido, o Estado escravista foi uma criação da produção escravista. As cidades-Estado da Grécia tiveram seus fundamentos na produção escravista.

Demonstramos que o momento ideal também se complexificou. Afirmamos que o modo de produção escravista foi efetivamente fundado na luta de classes entre os senhores donos de escravos e os escravos. Para resolver esta contradição real, foram criadas ideias em torno da naturalização da escravidão. Demonstramos que a filosofia grega brotou da produção escravista e para ela voltava, explicando-a e justificando-a. Os gregos, através da filosofia, foram os primeiros a fazerem uma elaboração teórica da existência real, inclusive da produção social.

Em seguida apresentamos o modo de produção feudal. Asseveramos que o caráter conservador e reacionário do modo de produção escravista, representado na relação entre o senhor e o escravo, travava o progressivo prosseguimento do ser social. Das ruínas desse modo, brotou o modo de produção feudal. Com este, o ser social continuou sua marcha de desenvolvimento.

No campo da produção social, as forças produtivas se desenvolveram criando novas maquinarias. Com o desenvolvimento destas forças as relações de produção entre o senhor feudal e o servo complexificaram cada vez mais até chegar na sua forma mais desenvolvida, a troca em forma de dinheiro. O dinheiro passou a revolucionar todas as totalidades sociais: produção, distribuição e consumo. Através do desenvolvimento da produção social, a cidade subsumiu o campo, entre outras coisas.

As contradições entre a existência real dos senhores feudais e a existência real dos servos fez brotar um conjunto de ideias antagônicas. Na medida em que as contradições da produção social se acentuavam aumentava as contradições no campo das ideias. Com a vitória do dinheiro sob as relações de produção baseadas na troca em produtos, o modo de produção feudal começou a arruinar-se. Demonstramos que nesse momento, o processo de valorização do valor tornou-se mais desenvolvido e complexo no ser social. Com este desenvolvimento do valor foram postas as condições objetivas para o nascimento do modo de produção capitalista.

Como o processo de valorização do valor passou a regular as relações de produção entre os homens, tivemos que primeiramente, dissolver a falsa aparência do processo de valorização do valor. Através da investigação ontológica dos elementos da economia política marxiana, fizemos o processo de dissolução do processo de valorização do valor, desde a sua forma mais simples até a sua forma mais complexa, o capital.

O processo de valorização do valor alcançou seu grau máximo de desenvolvimento e complexidade no modo de produção capitalista. Nele, percebemos que o processo de valorização é o processo do capital. Diferente dos demais processos de valorização que lhes antecederam, o processo de valorização do capital subsumiu todas as totalidades do ser social.

O processo de produção social no capitalismo é o processo de valorização do capital. Percebemos que nele os homens comparecem como personificação das mercadorias: o trabalhador como personificação da força de trabalho e o capitalista como personificação do capital. Isolados uns dos outros, como proprietários independentes, as relações de produção entre eles passaram a se materializar mediante as coisas: salário e mais valia. As mercadorias passaram a ocultar e a regular as relações de produção. Deu-se um processo de reificação das relações de produção. Tanto a personificação quanto a reificação ocorreram no processo de valorização simples. Evidentemente de forma esporádica, assim como ocorria a frequência do processo de valorização. Foi somente no capitalismo, como decorrência da explicitação do processo de valorização, que a personificação e a reificação tornaram-se uma constante e em todas as totalidades.

Pela investigação, demonstramos que o fundamento ontológico último da valorização do valor é a produção social. Já na forma simples do valor percebemos que, de fato, o que regula o processo de troca simples é a produção social. O que foi igualado e trocado, na verdade, foi o tempo socialmente necessário para produzir aquelas determinadas mercadorias postas no processo de valorização simples.

Na medida em que o processo de valorização do valor se desenvolveu através das formas: desdobrada, equivalente geral, com ele se desenvolveu também o complexo da falsa aparência. Somente a investigação ontológica, através dos elementos da economia política marxiana, pode dissolver esta falsa aparência.

Percebemos que o desenvolvimento do processo de valorização do capital é um movimento contraditório. Essa contradição foi posta em movimento pelo antagonismo entre trabalho e capital. O processo de valorização do capital implica em dois momentos

concomitantes e contraditórios: a valorização do valor e a desvalorização da produção social, expresso no aumento do capital morto e conseqüente diminuição do trabalho vivo, respectivamente. Essa contradição representa o limite histórico do processo de valorização do valor, um problema a ser resolvido na ordem do ser social.

Concluimos nosso trabalho rastreando nas tendências históricas da produção burguesa as possibilidades ontológicas para a efetivação do reino da liberdade. Vimos que o reino da liberdade é uma possibilidade histórica. Estas possibilidades já estão afloradas na agudização das contradições antagônicas na produção social burguesa.

Examinamos e demonstramos que, como consequência direta das contradições antagônicas da produção social burguesa, foi posto em movimento duas categorias: a redução do tempo socialmente necessário e o aumento da produtividade, entre outras. Estas tendências são condições imprescindíveis para o afloramento do reino da liberdade. Demonstramos que ao lado destas duas tendências, a supressão da propriedade privada é uma condição ontológica para a efetivação da produção social livre e associada. O reino da liberdade é um horizonte, uma esperança sob base materialista do ser social. Nele, podemos vislumbrar o “valor supremo” que, conforme expusemos, representa a produção social como um valor em si mesmo em vista da humanização da humanidade.

Percebemos que, com o advento do capitalismo, o momento real se complexificou ainda mais. Diante dele, surgiram diferentes ideologias. A economia política clássica foi uma forma de consciência da classe burguesa. Esta forma de consciência representou significativo avanço no processo de compreensão e reprodução ideal do modo de produção capitalista. Conforme Marx, a economia política realizou o caminho de ida no processo de compreensão e reprodução ideal do capital. No entanto, por ter absolutizado esta forma de produção, deixou de demonstrar seu caráter histórico e passageiro. Podemos dizer que a economia política clássica compreendeu a realidade social como uma totalidade abstrata. Por seu compromisso com interesses burgueses, os economistas clássicos tentaram perenizar a forma burguesa de produção. Nesse sentido, a economia política clássica foi uma ideologia da classe burguesa.

Já a economia política vulgar, recuou em seu processo de compreensão e reprodução da realidade econômica, na medida em que tem tratado do modo de produção capitalista como uma totalidade caótica. Dessa forma, representa uma decadência ideológica do pensamento burguês no campo da economia.

Nesse sentido, temos assistido aquilo que Lukács denominou de decadência ideológica, ou destruição da razão, no processo de apreensão e reprodução do ser social. Essa

decadência ideológica, nós temos assistido em todos os campos da reprodução ideal do ser social: economia, política, direito, educação, etc.

Demonstramos que Karl Marx superou a economia política clássica na medida em que apreendeu e reproduziu o capitalismo como uma totalidade concreta. No capital, o concreto real tornou-se concreto pensado, porque ele elevou para o campo do pensamento o real como uma síntese de múltiplas determinações sociais. Nesse sentido, Karl Marx fez o caminho de volta que a economia política clássica estava impossibilitada de realizar. Ao fazer o caminho de volta, Marx empreendeu a mais profunda e arguta crítica ao capitalismo. Nela, a categoria da mais valia aparece como essência de seu pensar teórico e revela o processo real de exploração do capitalista sob o trabalhador assalariado. Ao lado da luta dos trabalhadores, Marx se empenhou em oferecer à consciência deles uma concepção teórica que apontasse para o horizonte da emancipação humana a partir da superação das contradições do modo de produção capitalista.

Entendemos que esse processo de apreender e reproduzir o movimento das tendências históricas da produção social burguesa é uma atividade necessária, objetivando o processo revolucionário. É preciso ter um conhecimento científico do movimento do ser social em vista de sua superação. A construção de uma precisa teleologia depende em grande parte do conhecimento das legalidades causais da sociedade. Estamos vivendo um momento contrarrevolucionário que exige daqueles que avistam o horizonte da emancipação humana, uma postura teórica crítica e objetiva do movimento do ser social.

Percebemos que esse momento contrarrevolucionário que vivemos é marcado por um profundo recuo da teoria, em todos os campos sociais. O neopositivismo e seus corolários: o existencialismo, a fenomenologia e o sócio centrismo são expressões deste recuo.

Esse recuo da teoria é decorrente de um processo histórico do ser social, ou seja, é decorrente do próprio movimento da forma capital do ser social. Através de Marx, tomamos conhecimento da composição orgânica do capital. O movimento do ser social na forma histórica do capital pressupõe aumento do capital constante e, ao mesmo tempo, diminuição do capital variado. Assim sendo, na medida em que o trabalho morto aumenta, diminui, na composição orgânica do capital, o trabalho vivo. Vejamos que se trata de uma inversão ontológica. Evidentemente, esta inversão ontológica expressa-se no plano do pensamento através do recuo da teoria. A decadência ideológica não é um processo moral, mas histórico, real.

No recuo, a reprodução ideal não é do movimento do real enquanto uma totalidade, mas apenas da imediaticidade do real, de sua aparência.

Ora, a teoria consiste numa reprodução ideal do movimento do real, de sua objetividade como uma totalidade concreta, uma inteireza.

A devida concepção teórica do movimento do ser social permite não somente a apreensão do real em sua objetividade, como também ilumina, orienta o caminho da emancipação humana.

Essa concepção teórica é fundamental no processo de apreensão das possibilidades históricas, como uma força material que deve orientar a produção material da vida social almejando o reino da liberdade.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979.

ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. In: PINSKY, Jaime (org). **Modos de produção na antiguidade**. São Paulo: Global, 1984.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BELLUZZO, L. de M. **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Dialética de la mercancia y teoría del valor**. San José: Educa, 1982.

CHASIN, J. **A determinação ontonegariva da politicidade**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

DAVID, R. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Abril, 1982.

DOBB, M. **Introducción a la Economía**. México: Fondo de cultura económica, 1959.

DUSSEL, E. **A produção Teórica de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Filosofia de la producción**. Bogotá: Nueva América, 1984.

ENGELS, F. **Anti-duhring**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1986.

GODELIER, Maurice. Natureza e leis do modo de produção asiático. In: PINSKY, Jaime (org). **Modos de produção na antiguidade**. São Paulo: Global, 1984.

GORENDER, J. Prefácio. **O Capital, v.1: Crítica da economia política**. São Paulo: Cultural, 1985.

_____. Introdução. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Cultural, 1982.

GRESPLAN, J. L. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global Editora, 1980.

_____. **O capital: conceitos fundamentais**. São Paulo: Global Editora, 1978.

- HARVEY, D. **Para entender o Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- HOBSBAWN, E. J. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- _____. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUTART, François. **Religião e modos de produção pré-capitalistas**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- JAPPE, A. **As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor**. Portugal: Antígona, 2006.
- KOFLER, L. **História e dialética**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LESSA, S. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- MANDEL, E. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MARX, K. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução. In: **Revista Temas de Ciências Humanas**. Vol. II. São Paulo: Grijalbo, 1979.
- _____. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Cultural, 1982.
- _____. **O Capital, v.1: Crítica da economia política**. São Paulo: Cultural, 1985.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. **A Miséria da Filosofia**. Lisboa, Portugal: Editora Estampa, 1978.

_____. **Manifesto comunista.** São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.

_____. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDES SEGUNDO, M. das D. & RABELO, J. Marx e o fetichismo da mercadoria: notas a respeito do primeiro capítulo do livro I d'O Capital. In: JIMENEZ, S. & RABELO, J. (Orgs). **Trabalho, educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história.** Fortaleza: Brasil Tropical, 2004. P.31-47.

_____. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o FUNDEF no centro do debate.** Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2005.

MÉSZÁROS, I. **O poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social.** São Paulo: Boitempo, 2008

MONTELLA, M. **Os grandes mestres do valor: de Smith a Marx, de Jevons a Marshall.** Rio de Janeiro: Fonte Universitária, 2010.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

NESTLE, Erwin & ALAND, Kurt. **Novum testametum graece.** Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1993.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade** – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PETTY, W. **Obras econômicas.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

PINHO, M. T. B. **Ideologia e Formação humana em Marx, Lukács e Mézszáros.** Tese de doutorado. Fortaleza: UFC, 2013.

PINSKY, Jaime (org). **Modos de produção na antiguidade.** São Paulo: Global, 1984.

QUESNAY, C. F. **Tableau Economique.** Londres: Macmillan, 1972.

- ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura do capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ-Contraponto, 2001.
- RUBIN, I. **A teoria do valor em Marx**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RUMIÁNTSEV, A. **Economia Política: capitalismo**. Traducción al español. Editora Progreso, 1980.
- SANTOS, T. dos. **Forças produtivas & relações de produção**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- SCHAFF, A. **A riqueza das nações: investigações sobre a natureza e suas causas**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Editora Abril, 1983.
- TEIXEIRA, F. J. S. **Repensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de *O Capital***. São Paulo: Ensaio, 1995.
- TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- _____. **Educação contra o capital**. Maceió: Edefal, 2007
- _____. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005
- ZAMORA, F. **Tradado da teoria econômica**. México: fondo de cultura economica, 1984.